

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Vasco Daniel Sousa Ferreira

A Pandemia e os seus impactos no Trabalho



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Vasco Daniel Sousa Ferreira

A Pandemia e os seus impactos no Trabalho

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Sociologia
Área de especialização Organizações e Trabalho

Trabalho efetuado sob a orientação do
**Professor Doutor António Joaquim Brito Figueiroa
Jardim Costa**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

O seguinte trabalho académico pode ser utilizado por terceiros desde que sejam cumpridas as regras e boas práticas aceites a nível internacional, relativamente aos direitos de autor e direitos conexos. O trabalho poder ser usado mediante os termos previstos na licença abaixo indicada.

Se o utilizador pretender utilizar o trabalho para fins não previstos no licenciamento indicado, deve contactar o autor, a partir do RepositórioUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-SemDerivações

CC BY-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, da qual me orgulho e muito prazer me deu, representa um marco importante no meu percurso académico. Apesar do empenho e dedicação imprescindíveis para que esta etapa fosse concluída com sucesso e porque não vivemos em casulos independentes uns dos outros, aproveito este espaço para agradecer aos que estiveram presentes nesta jornada e que, de uma forma ou doutra, deram o seu contributo para que o trilho tenha sido percorrido com entusiasmo e satisfação.

Ao Professor Doutor Joaquim Costa, pelo apoio prestado, pela divulgação de conhecimento e reparos cirúrgicos e também pela sua disponibilidade total e profissionalismo.

Aos meus pais, por toda a paciência, compreensão, apoio, estabilidade, conhecimento e incentivo, enfim, pelo trato.

Por fim, à minha prima Flávia, que sempre me ajudou quando precisei.

Obrigado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter realizado este trabalho académico de forma íntegra e não recorrendo a técnicas de plágio nem a qualquer tipo de falsificação de informações no âmbito da pesquisa e nos resultados obtidos provenientes da investigação.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

A crescente utilização de meios informáticos no quotidiano do mercado laboral tem possibilitado que cada vez mais trabalhadores exerçam as suas funções sem necessitarem de estar fisicamente no tradicional local de trabalho. A competitividade do mercado faz com que as empresas se vejam na obrigação de se complementarem, atribuindo encargos umas às outras. Exemplos disto é o aumento de empresas ou indivíduos com contratos de prestação de serviços, num processo que, do seu início ao fim, requer a participação de vários atores em diferentes setores. Este cenário tornou-se uma realidade aumentada a partir do século XXI, onde a evolução das telecomunicações e dos algoritmos de software possibilitou que o trabalho deixasse de ser sinónimo de presença física num certo local e pudesse ser exercido com o mesmo rendimento em espaços diferentes.

A chegada da pandemia obrigou a que os governos tomassem medidas excecionais para evitar o aglomerar de pessoas nos variados espaços. O local de trabalho também foi afetado, na medida que o regime de teletrabalho se tornou obrigatório, quando possível. Assim sendo, cerca de 1 milhão de portugueses começaram a laborar a partir de casa. Esta agilização do trabalho requer uma revisão da legislação existente, defendem alguns estudiosos. Fatores como horário laboral, as condições de saúde e segurança no trabalho, seguros em caso de acidente de trabalho, as despesas subjacentes ou questões relacionadas com o controlo e vigilância, são todos aspetos a ter em consideração neste momento de transição.

Palavras-Chave: burnout; capitalismo; pandemia; risco; teletrabalho; trabalho.

ABSTRACT

The increasing use of IT means in the daily life of labor market has made it possible for more and more workers to perform their duties without needing to be physically in the traditional workplace. The competitiveness of the market makes companies see themselves obliged to complement each other, assigning burdens to each other. Examples of this is the increase in companies or individuals with contracts for the provision of services, in a process that, from start to finish, requires the participation of various actors in different sectors. This scenario became an augmented reality from the 21st century onwards, where the evolution of telecommunications and software algorithms made it possible for work to no longer be synonymous with physical presence in a certain place and could be performed with the same performance in different spaces.

The arrival of the pandemic forced governments to take exceptional measures to avoid the agglomeration of people in the various spaces. The workplace was also affected, as teleworking became mandatory, when possible. Therefore, about 1 million portuguese began to work from home. This measure had a major impact, mainly on public administration, and subsequent studies have already revealed that the five months of teleworking had no negative impact on productivity. This streamlining of work requires a review of existing legislation, argue some scholars. Factors such as working hours, health and safety conditions at work, underlying expenses or issues related to control and surveillance, are all aspects to be considered at this time of transition.

Keywords: burnout; capitalism; pandemic; risk; telework; work.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| AGRADECIMENTOS | iii |
| RESUMO..... | v |
| ABSTRACT | vi |
| ÍNDICE DE TABELAS..... | x |
| ÍNDICE DE GRÁFICOS..... | x |
| ÍNDICE DE FIGURAS | x |
| OBJETIVOS..... | xii |
| | |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| | |
| 1. A PANDEMIA | 5 |
| 1.1. A temática do Vírus | 5 |
| 1.2. Definição de Vírus | 5 |
| 1.3. O vírus | 6 |
| 1.4. O surgimento do vírus | 6 |
| 1.5. O início do vírus na Europa..... | 7 |
| 1.6. Os sintomas do Covid-19..... | 9 |
| 1.7. Forma de transmissão..... | 9 |
| | |
| 2. A GLOBALIZAÇÃO E O RISCO | 11 |
| 2.1. Análise histórica da noção de risco | 11 |
| 2.2. O risco em Anthony Giddens | 12 |
| 2.3. O risco em Ulrich Beck..... | 14 |

| | |
|--|-----------|
| 3. AS METAMORFOSES DO TRABALHO..... | 15 |
| 3.1. O porquê de clarificar o termo “trabalho” | 15 |
| 3.2. Origem etimológica do termo..... | 15 |
| 3.3. O trabalho na Antiguidade Clássica..... | 16 |
| 3.4. Na Idade Média..... | 17 |
| 3.5. Na Idade Moderna | 18 |
| 3.6. Pós-Revolução Industrial..... | 19 |
| | |
| 4. O TRABALHO DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO..... | 25 |
| 4.1. O trabalho em Marx | 25 |
| 4.2. O trabalho em Durkheim | 27 |
| 4.3. O trabalho em Weber | 30 |
| | |
| 5. O CAPITALISMO | 32 |
| 5.1. Surgimento do Capitalismo..... | 32 |
| 5.2. O trabalho no capitalismo..... | 34 |
| 5.3. A transição da economia industrial para a economia de plataforma..... | 36 |
| 5.4. O trabalho na economia de plataforma | 41 |
| 5.5. O caso Uber | 46 |
| 5.6. O capitalismo e o desenvolvimento | 53 |
| | |
| 6. O TELETRABALHO | 58 |
| 6.1. Definição de teletrabalho | 58 |
| 6.2. Vantagens e inconvenientes do teletrabalho | 59 |
| 6.3. Conciliar o trabalho e a vida pessoal..... | 61 |
| 6.4. Relação entre o bem-estar no trabalho e o stress profissional..... | 62 |
| 6.5. Stress em contexto organizacional | 63 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 6.6. | Definição de <i>burnout</i> | 65 |
| 6.7. | Possíveis causas de <i>burnout</i> | 66 |
| 6.8. | Modelos explicativos do stress e do bem-estar profissional..... | 67 |
| 6.9. | Modelo de desequilíbrio esforço-recompensa..... | 68 |
| 6.10. | Modelo vitamínico de Warr..... | 69 |
| 7. | INQUÉRITO E RESULTADOS..... | 72 |
| 7.1. | Metodologia..... | 72 |
| 7.1.1. | Dados Sociodemográficos..... | 75 |
| 7.1.2. | Perceção Global do Teletrabalho..... | 77 |
| 7.1.3. | Contexto Organizacional..... | 79 |
| 7.1.4. | Perspetivas futuras..... | 82 |
| 7.2. | Comparação dos resultados..... | 83 |
| 8. | REFLEXÕES ATUAIS..... | 86 |
| 8.1. | Análise sociológica atual..... | 86 |
| 9. | CONCLUSÃO..... | 102 |
| 10. | BIBLIOGRAFIA..... | 104 |
| 11. | APÊNDICE..... | 116 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - SOLIDARIEDADE (DURKHEIM)..... | 29 |
| TABELA 2 - NARRATIVES OF PLATAFORM CAPITALISM..... | 45 |
| TABELA 3 - TELETRABALHO - NÍVEL INDIVIDUAL..... | 59 |
| TABELA 4 - TELETRABALHO - NÍVEL ORGANIZACIONAL..... | 60 |
| TABELA 5 - TELETRABALHO - NÍVEL SOCIAL | 60 |
| TABELA 6 - VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS | 76 |
| TABELA 7 - VANTAGENS DO TELETRABALHO | 78 |
| TABELA 8 - DESVANTAGENS DO TELETRABALHO..... | 78 |
| TABELA 9 - PANTOJA ET AL | 84 |
| TABELA 10 - DIMENSÕES DE HOFSTEDE..... | 95 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 - CAUSAS MAIS COMUNS DE STRESS RELACIONADO COM O TRABALHO..... | 62 |
| GRÁFICO 2 - EXPOSIÇÃO A SITUAÇÕES POTENCIADORAS DE PROBLEMAS RELACIONADOS COM O STRESS..... | 63 |
| GRÁFICO 3 - JÁ TINHA TRABALHADO EM TELETRABALHO? | 77 |
| GRÁFICO 4 - NÍVEIS DE STRESS..... | 80 |
| GRÁFICO 5 - CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO | 80 |
| GRÁFICO 6 - RELAÇÃO COM OS COLEGAS..... | 81 |
| GRÁFICO 7 - CONCILIAR TRABALHO E FAMÍLIA..... | 81 |
| GRÁFICO 8 - PRESSÃO ACRESCIDA..... | 82 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 - TRIPALIUM | 15 |
| FIGURA 2 - TEMPOS MODERNOS (1936)..... | 23 |
| FIGURA 3 - MAIS VALIA (MARX) | 35 |
| FIGURA 4 - TARIFA DINÂMICA (UBER) | 50 |
| FIGURA 5 - TARIFA DINÂMICA 2 (UBER) | 50 |
| FIGURA 6 - MODELO DESEQUILÍBRIO ESFORÇO-RECOMPENSAFACTORES INTRÍNSECOS | 69 |
| FIGURA 7 - MODELO VITAMÍNICO DE WARR..... | 69 |
| FIGURA 8 - MODELO VITAMÍNICO DE WARR (1998)..... | 70 |

“Desocupação, eis o sinal do homem nosso contemporâneo; abandono, eis o sinal do mundo que nos rodeia. Um homem que espera pelo seu mundo, um mundo que espera pelo seu homem.”

Agostinho da Silva

OBJETIVOS

Este projeto de dissertação intitulado de “A pandemia e os seus impactos no trabalho” procura encarar o trabalho, tal como o conhecemos, agora e como já fora entendido no passado, ou seja, pretende trazer para o consciente coletivo os diferentes significados, valorações e perceções que demos ao conceito de trabalho e, na prática, os atores envolvidos e o seu quotidiano, nos diferentes contextos históricos. Não se pretende dar ênfase apenas ao caráter legislativo do trabalho e/ou da relação laboral que nem sempre traduz o que acontece na rotina do trabalhador. As metamorfoses a que o trabalho tem sido sujeito não podem ser entendidas apenas através de uma área científica, as diferentes ciências sociais podem e devem intervir em busca da sua interpretação, compreensão e previsão face ao futuro não tão longínquo. Centrando as nossas atenções no país em que estamos inseridos, pretende-se a divulgação de questionários direcionados, essencialmente, para trabalhadores qualificados porque foram os que tiveram que mudar o seu regime de trabalho para teletrabalho, visando entender as diferenças entre o teletrabalho e o trabalho convencional, os seus pressupostos e as opiniões pessoais não devem ser descartados. Não será levada a cabo uma triagem na amostra em função da sua área de trabalho, por limitações de logística o critério será quem esteve em teletrabalho, em regime total ou parcial (regime híbrido). Há que ter em conta que a visão dos trabalhadores face à mesma situação varia consoante o seu contrato de trabalho, é importante entender se lidamos com uma amostra homogénea, no sentido de todos serem empregues por conta de outrem, por exemplo, ou todos subcontratados e prestadores de serviços. Assim sendo, o público-alvo deste estudo são os trabalhadores empregues por conta de outrem que estiveram em situação de teletrabalho devido às limitações impostas de forma a combater a propagação do vírus.

De um ponto de vista geral, este trabalho procura entender a evolução do conceito de trabalho, quer no imaginário coletivo quer nas práticas. Analisar o contexto atual, com uma evolução extremamente rápida das novas tecnologias e o aparecimento da economia de plataforma, onde deixa de ser necessário a presença física do trabalhador no local de trabalho porque deixa de haver local de trabalho, em última análise. A pandemia também teve um papel fundamental no acelerar deste processo, devido à necessidade de colocar os trabalhadores em casa, caso fosse possível. Isso fez perceber aos trabalhadores que é possível serem igualmente produtivos a trabalhar a partir de casa. Por último, recorreremos ao pensamento de autores contemporâneos com o intuito de entender as dinâmicas que estão empregues não apenas no contexto laboral mas como este afeta a nossa forma de pensar, ser e agir.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, segundo a versão oficial chinesa, na província de Hubei surgiram relatos de médicos referentes a um “coronavírus”¹ novo e desconhecido da comunidade. Os surtos não são novidade no século XXI, a gripe das aves (H5N1), a gripe suína (H1N1) ou o ébola, são alguns exemplos. Porém, no dia 11 de março a Organização Mundial de Saúde declara pandemia². Nunca declarado desde a sua criação (1948), estamos perante um cenário sem precedentes, onde o papel da globalização como fósforo para a catástrofe mundial é uma evidência.

A Chanceler Alemã, Ângela Merkel, atribuiu a luta ao covid-19, numa conferência de imprensa dirigida ao povo alemão, como “...o maior desafio desde a Segunda Guerra Mundial”. (Diário de Notícias, 2020) Não há setores imunes ao impacto provocado pelo vírus. Desde a economia, política, o social e o cultural, no contexto português, o FMI (Fundo Monetário Internacional) previa uma recessão de 8% para Portugal, atualizada agora para os 9,8%, e de 3,1% na economia mundial.

Em contexto político, Rui Rio, presidente do PSD, num discurso na Assembleia da República afirma que “...o PSD não é oposição, é colaboração”, face à guerra iminente contra o vírus, o líder apela à união, desejando sorte ao Governo, porque a sorte do Governo, é a sorte de Portugal. Discurso este que foi publicado na conta do Twitter de Pablo Iglesias, secretário-geral do Podemos, partido político espanhol.

No dia 18 de março, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, anunciou Estado de Emergência, nunca antes decretado em Portugal. Este Estado legitima um maior poder ao Governo, fazendo com que possa restringir a circulação e o quotidiano dos cidadãos. Das várias medidas implementadas, é importante mencionar que apenas os estabelecimentos que vendam produtos essenciais (comida, bebida, jornais e tabaco) podem estar abertos. Os restaurantes só podem funcionar em regime de *take-away* e as pessoas só podem circular de carro para fins permitidos (trabalhar, ir ao supermercado e prestar auxílio a familiares). Este “Estado de Emergência” representa uma exceção, uma realidade de exceção. Giorgio Agamben, filósofo italiano, tem um livro publicado no qual explica o paradoxo da exceção em sociedades, ditas, democratas. A respeito dese livro, escreve o autor brasileiro Daniel Arruda Nascimento

¹ São uma “família de vírus” que podem atingir animais ou humanos. Dois outros exemplos de doenças causadas por este vírus são o SARS (2002) e o MERS (2012) (farmáciasportuguesas.pt)

² <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>

“Giorgio Agamben tem uma conhecida tese de que a partir do início do século vinte o instituto jurídico do estado de exceção, que autoriza a suspensão no todo ou em parte da ordem constitucional justamente para protegê-la da ruína quando necessário, tornou-se uma trivial e corriqueira técnica de governo” (Nascimento, D. A. Sobre os Usos da Exceção em Tempos de Pandemia, 2022, p.128)³

Esta teoria descreve o limbo entre a democracia e o absolutismo, sugerindo a democracia⁴ ao estar em risco, apropria-se de excecionalidades para combater as causas que podem ter, como efeito, a queda das democracias. Neste contexto, o estado de exceção torna legal o que é ilegal. Não se pretende aqui discutir as consequências que podem e vão resultar de uma privação dos direitos elementares de uma sociedade. O aumento da desigualdade social e económica, as lacunas do ensino à distância, o agravar da solidão dos idosos e de todos os outros indivíduos, a falta de sociabilidade necessária nas crianças e também na restante população, enfim, na vida, em geral. Por outro lado, o quão subjetivo é a implantação do estado de exceção, no caso do filósofo Agamben, este questiona-se da narrativa oficial⁵ sobre os impactos do Covid-19, sugerindo que vivemos num mundo niilista onde o próprio lugar da ciência e da medicina podem ser questionados.

Diferentes debates eram perpetuados enquanto o vírus se espalhava a uma velocidade supersónica num reduzido mundo onde tudo é perto de tudo. Desde a origem do vírus, se foi fabricado em laboratório ou se se trata de uma zoonose. Os países comparavam-se, no sentido de ver quem tomava medidas mais drásticas e/ou restritivas de forma a conter a propagação do vírus, simultaneamente, discutia-se os planos financeiros que deveriam ser lançados para que se conseguisse combater os danos causados pela pandemia. Uma das questões de fundo, que se comentava, embora com tabus, era a dicotomia economia e saúde.

“Acredito, porém, que os padecimentos económicos se revelam em compressão perante a saúde. Para aqueles existe terapia (pense-se no ADN dos Planos Marshall e Molotov na reedificação dos escombros da Europa, pós-II GM)”. (Rodrigues, J. V. A Parrésia do receio da reavistação de “uma singela proposta”, 2022, p.207)

³ Este artigo está englobado no livro Política e Pandemias – Olhares políticos transdisciplinares sobre os dilemas da Cidade Terrestre, onde vários autores de diferentes países contribuem com artigos.

⁴ Estado de Direito, isto é, substituição de um governo de Homens para um governo de leis.

⁵ Ou, talvez, narrativas oficiais.

O medo e a complexidade de enfrentar o inimigo invisível⁶, é explicativo desta nova ordem de discurso que vigorou durante a pandemia.

A nível económico a estagnação de vários setores de atividade impediu a transformação de mercadoria em capital, nomeadamente de matérias-primas relacionadas com dispositivos electrónicos ou combustíveis fósseis. Deste modo, atingiu-se o cúmulo do petróleo ter atingido valores negativos, contrastando com o equipamento hospitalar que tinha procura em demasia para a produção existente. (Teles, N. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2022, p.15-38)

A crise sanitária internacional também veio trazer à superfície as desigualdades entre os, comumente designados, países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento. De forma a sensibilizar para que se tomassem medidas de forma a reduzir as assimetrias mundiais, numa primeira fase, para que fosse possível fazer chegar aos países em desenvolvimento mais material hospitalar, e com a chegada das primeiras vacinas, o director geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, fazia apresentações diárias para alertar neste sentido. Também o Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell, alertava e apelava à solidariedade também com a justificativa de que o vírus também teria de ser erradicado nos países mais pobres para deixar de ser uma ameaça à escala planetária⁷.

A nível mundial, tornou-se emergente reduzir, ao máximo, o contato social entre os indivíduos, não se fazendo diferenciação entre os momentos de lazer e o de laborar. Quem rumasse no sentido oposto, era considerado, em “praça pública” que estaria mais interessado bem-estar económico em detrimento da saúde – no caso extremo de vida ou morte. Neste contexto, a nível laboral, tornava-se obrigatório que todos os trabalhadores que pudessem laborar a partir de casa, entrariam em regime de teletrabalho, uma mudança repentina que obriga as empresas a alterar o seu modo de funcionamento e gestão. (Caldeira G. et al, 2020, p.71) Nos setores onde se tornou possível colocar os seus trabalhadores a laborar em teletrabalho, isso revelou-se um fator essencial para a manutenção dos postos de trabalho e, conseqüentemente, evitar falências de empresas. Por exemplo, na área metropolitana de Lisboa, de abril a dezembro de 2020, a população empregada em teletrabalho era de 48%⁸.

⁶ A terminologia usada pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no dia 18 de março de 2020, ao decretar “Estado de Emergência”, para descrever realidade da situação então atual foi “guerra”, é possível ler-se mais em: <https://www.presidencia.pt/atuabilidade/toda-atuabilidade/2020/03/mensagem-ao-pais-sobre-a-declaracao-do-estado-de-emergencia/>

⁷ <https://www.eeas.europa.eu/eeas/%C2%ABequipa-europa%C2%BB-%E2%80%93-resposta-global-da-ue-ao-surto-de-covid-19-%E2%80%93-ajuda-aos-pa%C3%ADses-parceiros-e-%C3%A0s-pti>

⁸ Dado retirado do portal do INE. (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=493705905&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)

A nova realidade fez com que os trabalhadores tivessem que se adaptar, dos mais variados modos. À informação constante, 24/7, que se apoderava dos noticiários e das páginas da Internet, num clima centrado na ansiedade referente ao presente e ao que ainda estaria por vir, as pessoas que podiam continuariam a trabalhar a partir de casa. Este conceito que, embora não fosse uma invenção proveniente do combate à propagação do vírus, não era propriamente conhecido no léxico português. A necessidade de se adotar esta modalidade de trabalho foi demasiado repentina para que a população pudesse adquirir as competências digitais necessárias inerentes ao trabalho.

Este trabalho tem como objetivo entender como foi a experiência das pessoas que tiveram a oportunidade de laborar em teletrabalho, se consideram ser uma opção viável a ser adotada pelas empresas, quer no presente ou num futuro próximo. Procura-se entender o que mais as preocupou, questões como a produtividade ou a intromissão física do local de trabalho no convívio familiar, são do mais pertinente possível para avaliar os riscos psicossociais deste modo de laborar. Pelo caminho, entende-se que as preocupações e os objetivos dos indivíduos estão alinhados com a ideologia político-económica dominante. O que torna imprescindível uma análise a conceitos primordiais nas sociedades ocidentais atuais – capitalismo; trabalho, interpretando de que forma estes conceitos sofreram tantas metamorfoses com o passar dos séculos. Numa fase mais avançada, tentaremos entender as dinâmicas aparentemente paradoxais com as quais lidamos no mundo contemporâneo. Se, por um lado, o trajeto que tem sido feito é um trajeto que tenta manter alinhado os interesses económicos em paralelo com uma promoção do bem-estar psicológico e social dos membros da sociedade que compõe o tecido produtivo, verifica-se que vivemos tempos em que se comenta, sistematicamente, a ansiedade crescente, o stress desproporcional, que, quando aliados, acabam por dar origem às crises denominadas de *burnout*.

1. A PANDEMIA

1.1. A temática do Vírus

No final do ano 2019, a China confirmou a existência de um novo vírus que estava a afetar a província de Wuhan. Em poucos meses, o vírus encontrava-se espalhado por todo o mundo, sendo declarado pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Contudo, antes de ser exposto este caso em particular é importante expor a definição de “vírus”, a sua forma de atuação.

Em seguida, será exposta uma breve definição de determinados conceitos essenciais para a compreensão da situação atual como surto, epidemia e pandemia.

Posteriormente, serão observados alguns exemplos de epidemias/ pandemias que ocorreram ao longo do curso da humanidade.

1.2. Definição de Vírus

O termo “vírus” deriva do latim *virus* que significa “fluido venoso” ou “toxina”. Os vírus são sistemas biológicos simples que não possuem metabolismo próprio, reproduzindo-se apenas no interior de uma célula, sendo considerados “parasitas intracelulares obrigatórios”. Os vírus destacam-se pelas doenças que causam nos seres vivos, destacando os seres humanos.

O vírus infecta uma célula e multiplicam-se no interior da célula infetada, contudo cada um possui mecanismos de multiplicação próprios. Quando existe a multiplicação mencionada, o vírus tende a inserir o seu material genético na célula infetada passando a dominar o seu metabolismo com a criação de estruturas próprias. Este processo denomina-se Ciclo lítico. No entanto, existe também o ciclo lisogénico, nesta reprodução há uma combinação entre o material genético do vírus com o material genético da célula.

Os vírus infetam determinados tipos de células. Por exemplo, o vírus da gripe comum (*influenzavirus*) infecta o ser humano através das células que revestem os olhos, as fossas nasais e cavidade bucal, reproduzindo-se de seguida no interior da célula, fazendo com que as mesmas deixem de funcionar corretamente e multiplicando o vírus que começa a circular através do sangue para que este se possa alojar noutros órgãos e sistemas. Já no caso da constipação, o vírus somente afeta as células do trato respiratório superior.

Os vírus podem ser encontrados em praticamente todos os lugares e é comum ser adquirido pelos seres humanos, sem que haja uma questão alarmante. As típicas “virose” - as doenças comuns que são causadas pelos vírus - são usualmente tratadas de forma rápida recorrendo a

determinados medicamentos. O tratamento deve também ser acompanhado de repouso e de uma alimentação equilibrada para que mais facilmente seja eliminado.

Ao contrário dos anteriormente mencionados, existem vírus que se tornam permanentes no ser vivo como é o caso do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH). Neste caso, as células vitais do sistema imunitário são afetadas, sendo comum o desenvolvimento de SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Dentro de um vírus é ainda comum que exista variabilidade genética criando novas estirpes de um vírus conhecido. Exemplo do mesmo é o novo Coronavírus. Apesar de pertencer à família do Coronavírus, a pandemia de 2020 é uma nova estirpe.

1.3. O vírus

O último dia de dezembro de 2019 ficou marcado pela notícia do aparecimento de um novo coronavírus. Os primeiros seis meses de 2020 são irremediavelmente marcados pelo vírus e ainda não é possível prever o que irá acontecer no resto do ano e até os próximos permanecem numa incógnita. O desejo de regresso à “normalidade” está presente em todas as conversas, contudo os números em julho não são animadores visto que a cada dia se quebra recordes de casos ativos e do número de mortes. Com o intuito de perceber melhor a recente realidade será elaborada, em seguida, uma contextualização sobre o vírus.

1.4. O surgimento do vírus

Segundo a versão oficial chinesa, em dezembro de 2019, na província de Hubei na China, surgiram relatos de um novo coronavírus desconhecido pela comunidade médica e científica. A 31 de Dezembro foram reportados, pela Comissão Municipal de Saúde de Wuhan, vinte e sete casos de uma nova pneumonia. (RTP, 2020) Todos os casos estavam relacionados com o Mercado de Wuhan, um mercado de peixe, mariscos, aves, mas onde também é comum a venda de animais selvagens e exóticos.

Depois dos primeiros casos reportados, a comunidade científica reconheceu a existência de um novo tipo de coronavírus. O coronavírus são um tipo de vírus, conhecido desde 1960, que pode contagiar tanto seres humanos como outros animais (tanto mamíferos como aves). (DGS, s/d)

Até ao momento, são conhecidas oito estirpes de coronavírus que podem infectar o ser humano. Usualmente as estirpes não são muito perigosas sendo consideradas gripes ligeiras e rápidas. (DGS, s/d) Contudo, dentro do Coronavírus existem estirpes que foram responsáveis por surtos de pneumonias graves como foi o caso do SARS-CoV de 2002. A SARS - como ficou conhecida - tratou-se de uma epidemia que se espalhou por cerca de vinte e seis países e resultou em quase oitocentas mortes. (Wallace, 2020)

O Coronavírus é comum em vários tipos de animais (em particular nos morcegos) e passa dos animais infectados para o ser humano, no caso do Covid-19, a primeira versão oficial afirma que o vírus foi transmitido do morcego para o ser humano através de um pangolim que servira como intermediário, no entanto não há evidências científicas que exista essa ligação.

Uma equipa de investigação da Academia de Ciências de Guangdong (China) afirmou que "os pangolins podem ser hospedeiros naturais dos betacoronavírus com potencial desconhecido para infectar seres humanos." No entanto, "o estudo não conclui que o SARS-CoV-2 tenha evoluído diretamente do pangolim" (*Diário de Notícias*, 15 de maio, 2020)

Assim sendo a forma como o vírus foi transmitida para os seres humanos permanece inconclusiva. Todavia, imensas insinuações e afirmações foram feitas, principalmente por parte dos Estados Unidos da América de que o vírus poderia ter sido feito em laboratório ou que a China teria mais conhecimento sobre o mesmo. (*Lusa*, 2020)

Recentemente, uma investigação do jornal britânico *Sunday Times*, revelou que a China tem armazenado um vírus semelhante ao Covid-19, descoberto em 2012. Segundo a investigação, o vírus foi descoberto numa mina de cobre abandonada, depois da exploração da mesma por parte de seis homens. Os homens tiveram sintomas semelhantes ao Covid-19 e acabaram por falecer. Quatro dos seis homens foram testados positivamente ao coronavírus. A descoberta desta estirpe e as consequências não foram, segundo o *Sunday Times*, reveladas à comunidade científica. (*Sunday Times*, 2020) Apesar da investigação ainda não existe uma confirmação oficial da veracidade das informações nem uma resposta por parte da China. (*Sunday Times*, 4 de julho, 2020)

1.5. O início do vírus na Europa

Depois de se ter concentrado na China num primeiro momento, o vírus espalhou-se pelo resto do mundo. No final de janeiro o vírus já havia chegado a Itália onde o número de casos continuou a crescer, em março, o governo italiano viu-se obrigado a ampliar as restrições entrando num estado de quarentena. À medida que o número de infectados aumentava, o número de mortos

também crescia. O sistema de saúde italiano não estava preparado para o elevado número de doentes pelo que tiveram que recorrer à ajuda de outros países (como Alemanha) para que fosse possível tratar mais doentes. (*O Observador*, 3 de outubro, 2020)

Ainda quando Itália enfrentava o grande desafio do elevado número de doentes, a situação de Espanha começava a ser preocupante. O primeiro caso foi detetado a 31 de janeiro e a 13 de fevereiro era anunciada a primeira morte. A partir de março iniciou-se um aumento de casos sendo que no fim do mês foram iniciadas uma série de restrições muito mais rígidas que, entre elas, suspendiam todas as atividades não-essenciais. A 17 de Abril, o número de casos por dia ultrapassou os cinco mil. Em relação às mortes, Espanha chegou a ter quase mil mortos por dia. (*Jornal de Negócios*, 17 de abril, 2020)

Apesar do destaque de Itália e Espanha, o resto da Europa também estava a ser afetada pelo vírus. O número de casos em março e abril crescia no Reino Unido, França e Alemanha assim como noutros países da Europa. As medidas de restrições impostas pelos governos com o intuito de conter o vírus levaram aos encerramentos das fronteiras, tanto terrestres como aéreas, havendo uma interrupção num dos pilares da União Europeia: a livre circulação de pessoas e mercadorias dentro do espaço Schengen. As fronteiras passaram a ser controladas, sendo muitas vezes necessário apresentar justificações para entrar noutro país, como aconteceu com os emigrantes que necessitavam de passar fronteiras para regressar ao trabalho.

Apesar do passar dos meses, a circulação de pessoas continua - ainda em julho - condicionada. Mesmo com a possibilidade de viajar para outros países, muitos continuam a colocar restrições na circulação havendo necessidade da realização de quarentena depois de viajar, um dos países alvo dessas imposições é Portugal.

Em Portugal, os dois primeiros casos foram detetados a 2 de março no Norte do País, tratando-se de dois homens vindos de Espanha e Itália. O vírus espalhou-se rapidamente no Norte do País, até que, no dia 7 de março de 2020 a Universidade do Minho decidiu encerrar todas as atividades presenciais e as instalações, depois de um aluno ficar infetado. (*O Público*, 7 de março, 2020)

No decorrer do mês de março, as medidas de restrições começaram a aumentar levando a que atividades comerciais fossem suspensas, os centros comerciais foram encerrados assim como as escolas que passaram a trabalhar em regime virtual, passando posteriormente à adoção da telescola. Muitas empresas optaram pelo regime de lay-off.

1.6. Os sintomas do Covid-19

Desde o primeiro momento, a Organização Mundial de Saúde reconheceu como principais sintomas do novo Coronavírus a febre, tosse e cansaço. Contudo, ao longo do tempo os sintomas têm vindo a aumentar. Atualmente na lista de sintomas mais comuns surgem também dores de garganta, corrimento nasal, dores de cabeça, dores musculares. (SNS24, s/d)

Outros sintomas foram ainda associados à doença ao longo do tempo. No decorrer dos meses de pandemia, sintomas como arrepios, conjuntivite, vermelhidão ocular, irritação na pele, perda de olfato e do paladar, problemas gastrointestinais (incluindo dor de barriga e diarreia), foram associados. (Monteiro, 2020; Direção-Geral da Saúde, s/d)

Mais recentemente, foram registados casos de confusão mental associada ao covid-19, pelo que o estado de confusão/ falta de concentração foi também associado a um dos sintomas. (Direção-Geral da Saúde, s/d)

Os sintomas mais preocupantes continuam a ser as dificuldades respiratórias uma vez que estão mais associadas a uma fase mais grave da doença.

1.7. Forma de transmissão

A forma típica de transmissão do Covid-19 é a transmissão de pessoa para pessoa, quando uma está infetada com a doença havendo uma transmissão direta. O vírus pode também ser transmitido de forma indireta quando ocorre um contacto com uma superfície ou objeto contaminado.

A transmissão ocorre normalmente através das gotículas com particular virais, estas são libertadas pelo nariz ou pela boca através de tosse ou espirros que podem infetar diretamente a pessoa ou as superfícies em que alguém poderá tocar. (Direção-Geral da Saúde, s/d)

Foi elaborada uma carta assinada por 239 cientistas em que estes pediram à Organização Mundial de Saúde que reconheça que o novo coronavírus pode ser transmitido através do ar. De acordo com os investigadores, quando se tosse ou espirra as partículas ficam suspensas no ar podendo infetar pessoas. (Bento, 2020)

Relativamente à transmissão entre animais e pessoas, não há evidências que os animais domésticos possam transmitir a doença aos seres humanos. Apesar de ter existido relatos de animais com o novo coronavírus, não existe evidencia científica que aconteça.

O período de incubação do vírus usualmente é entre dois e catorze dias. Quanto aos assintomáticos, apesar de inicialmente ter sido dito que não seriam transmissores, atualmente a Organização Mundial de Saúde reconhece que as pessoas que estão infetadas e que não apresentam sintomas podem transmitir a doença. A responsável técnica da Organização Mundial da Saúde, Maria Van Kerkhove afirmou que estudos sugerem que cerca de 40% das infeções podem ser transmitidas por pessoas sem sintomas. Do mesmo modo, acredita-se que os assintomáticos consigam contaminar também o ambiente. (*O Observador*, 9 de junho, 2020)

Um estudo realizado na China, mostrou que num ambiente fechado, as pessoas sem sintomas contaminavam também as superfícies como a cama, lençol, almofada entre outras superfícies, logo constituem um perigo tanto para a família como para as pessoas com quem costumam conviver. (*Lusa*, 2020)

Relativamente à imunidade, até ao momento não há evidência científica que as pessoas que foram infetadas pelo vírus, ganhem imunidade protetora e não possam ter o vírus novamente. (Direção-Geral da Saúde, s/d)

2. A GLOBALIZAÇÃO E O RISCO

2.1. Análise histórica da noção de risco

Antes de nos focarmos na perceção do risco do vírus, é importante perceber o contexto do conceito “risco”. A palavra “risco” é definida no dicionário português como “estar exposto ao perigo”⁹. No contexto sociológico, o risco é associado à probabilidade de ocorrência de acontecimentos e dos danos que tais ações irão causar. Para entender melhor o enquadramento histórico do conceito teremos em conta o trabalho levado a cabo pelo professor doutorado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, José Manuel Mendes, que considera o trabalho do pesquisador francês Pierre Charles Pradier o mais “sólido” estudo realizado sobre a história deste conceito.

Pradier considera a existência de duas teses alusivas ao conceito de risco: a tese modernista e o romance náutico. Como o nome indica, a segunda tese potencializa o carácter fantasioso e inventivo da concetualização histórica de risco. Esta ideia remete a origem de “risco” como sendo proveniente do latim, cuja primeira nomenclatura designava-se de “*risicare*”, *aquele que ousa*. Posteriormente a terminologia foi alterada para “*resecum*”, que tinha como contexto as viagens marinhas e, conseqüentemente, os perigos ocultos do mar. (Mendes, 2015)

O romance Moby-Dick de Herman Melville, datado de 1851, várias vezes adaptado cinematograficamente, retrata a viagem de marinheiros, que no seu Essex (baleeiro americano), iniciam uma jornada em busca de óleo de baleia, mas que acabam por ter o seu barco derrubado por um cachalote no oceano pacífico. Este é um bom exemplo do “romance náutico” descrito por Pradier.

Contudo, esta formulação acaba por perder credibilidade a partir do momento em que estudos indicaram que a palavra risco já teria uso ainda na Idade Média (476 d.C. – 1453). A paleografia atribuiu a origem da palavra “risco” ao ano de 1193, em Itália. Através das rotas militares e comerciais provenientes de Génova, o seu uso foi alargado para Marselha, Catalunha e Provença. (Mendes, 2015)

O significado inicial do risco englobava a atividade militar e aqueles que, voluntariamente, viviam em perigo, nomeadamente os cavaleiros, ou, em contexto de literatura, os heróis. No século XVII, o termo “risco” foi associado às atividades náuticas. O seu uso tal como hoje o conhecemos

⁹ Ver mais em <https://dicionario.priberam.org/risco>

começa no século XX, onde o risco se apodera das mais diversas matérias, englobando um conjunto de matérias provenientes das ciências naturais e sociais. (Mendes, 2015)

2.2. O risco em Anthony Giddens

Giddens aborda a temática do risco como uma das características indissociáveis da modernidade. “[...] refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que surgiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1991, p.11).

Os três elementos descritos por Giddens como sendo os pilares da modernidade são: a separação do tempo e espaço, a ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais e a descontextualização dos sistemas sociais. Centrar-nos-emos na ideia de desencaixe, que por sua vez, se refere ao afastamento das relações sociais, quer a nível temporal e espacial. Assim sendo, Giddens reconhece a existência de dois tipos de mecanismos de desencaixe – sistemas periciais e garantias simbólicas. Enquanto que as fichas simbólicas são o que habitualmente designamos por dinheiro, os sistemas periciais significam “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje.” (Giddens, 1991, p.35).

Estes sistemas permitem que, contrariamente aos tempos que antecederam a modernidade, nós possamos comunicar, interagir, confiar ou até estar dependente em pessoas que nunca vimos nem quiçá iremos conhecer. Por exemplo, a produção de mercadorias aliado ao seu transporte para os mais diversos locais constitui um sistema perito, ou seja, o indivíduo tem a possibilidade de adquirir e consumir um alimento cuja produção não foi realizada no seu local de residência.

A capacidade de regulação e de moldagem dos sistemas peritos é incansável, é omnipresente. A sua influência terá repercussões no saber e na prática, no nosso quotidiano. Há traços característicos dos sistemas periciais, nomeadamente dois. O primeiro consiste na autonomia (quase total) do sistema perito perante o consumidor desse mesmo sistema. Isto significa que a engrenagem pela qual o sistema é composto muito dificilmente poderá ser moldada pela crítica depreciativa de quem a ele está submetido. Sabendo que o consumidor não possui a capacidade técnica, ou mesmo possuindo, não lhe compete, profissionalmente, algum cargo no sistema, a capacidade de o alterar apenas se torna numa realidade se conseguir obter uma legião

de outros consumidores que, ao seguirem as suas ações de abdicar do serviço prestado pelo sistema, pode provocar uma reação.

A segunda vertente centra-se na capacidade de o consumidor acreditar no que o sistema tem para fornecer. E isto é muito mais abrangente do que possa parecer e sequer imaginar. A sociedade humana é intangível, e consoante o aumento da complexidade de instrumentos exigidos no quotidiano do indivíduo, a sua autonomia para com a sua vida desvanecer-se-á.

A perda da autonomia é sinónimo de dependência dos sistemas periciais, sendo que são estes sistemas que nos possibilitam o acesso a variadas necessidades do quotidiano, como o acesso à informação ou até numa consulta ao médico. O carro utilizado pelo indivíduo para ir à consulta pressupõe a necessidade de uma série de operações realizadas por pessoas e máquinas que são alheios ao conhecimento do consumidor, daí a obrigatoriedade da predisposição do indivíduo confiar no que o rodeia e assim a autonomia ser meramente ilusória.

O alargamento das relações sociais potencializa os riscos, quanto à sua intensidade e extensão. As falhas que podem ocorrer nos sistemas afetam todos aqueles que estejam subjacentes às expectativas geradas pelos sistemas.

Surge na modernidade mudanças no tipo de ambiente de risco. A intervenção humana, obrigatória para a existência de sistemas periciais, traz consequências a nível ambiental, institucionalmente. Sendo que o risco não se disfarça de acidente, faz parte das tarefas levadas a cabo pelos sistemas e já são conhecidos antes de acontecer.

Numa última instância de análise, o impacto dos sistemas periciais faz com que haja uma necessidade de reconhecimento do risco como consequência de uma ação construída não só composta pelo indivíduo mas também com a influência de externalidades que este não pode colmatar. Entende-se, portanto, que o risco está sempre presente e merece ser alvo de constante melhoria e aperfeiçoamento.

Para que isto se verifique, o consumidor deve entender a possibilidade de falha do sistema. Este risco é agravado quando são os peritos a desconhecer a falha. A confiança constitui um aspeto crucial nesta dimensão. É nela que o indivíduo se baseia para que consiga viver num quotidiano onde impere a segurança, numa sociedade onde os sistemas podem ou não ter rosto.

2.3. O risco em Ulrich Beck

A evolução do risco, na ótica de Beck, centra-se na transição de um risco controlado, no tempo e no espaço, para um risco descontrolado. Na sociedade pré-industrial, os riscos estavam associados a eventos não provocados pela ação humana, ou seja, desastres naturais que decorrem num determinado período de tempo e espaço, sendo delimitado.

Contudo, na modernidade, a inovação tecnológica e a prosperidade são associadas, havendo novos riscos que poderão ser incontroláveis e imprevisíveis, mas que são maximizados em função do lucro.

Ulrich Beck recorre a uma analogia entre a distribuição da riqueza e dos riscos, explicando que da mesma forma que a riqueza é repartida de modo diferente, com os riscos acontece o mesmo. Beck afirma que as fontes de riqueza estão cobertas por um manto de danos colaterais. Deste modo, quanto maior for a riqueza, maior será o dano, o que irá sucumbir em autodestruição.

Para Beck, o risco assume um estado intermédio entre a segurança e a destruição. Por sua vez, a percepção do risco - que será abordada em seguida - define o pensamento e a ação. O autor define ainda a sociedade de risco¹⁰ como uma “forma sistemática de lidar com os perigos e inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização”. (Beck, 1992: 21)

Beck assume que, no contexto atual, o que acontece num lugar do mundo terá consequências em qualquer outro local do planeta, uma vez que não existe fronteiras para os riscos. Por outras palavras, a teoria de Beck vai ao encontro do chamado efeito borboleta. No contexto atual, esta teoria não podia fazer mais sentido. Uma das consequências da venda e da ingestão de determinado animal numa província da China foi que alunos da Universidade do Minho em Portugal, tivessem que ter aulas por videochamada. Ou seja, do mesmo modo que o bater das asas de uma borboleta poderia provocar um furacão, também uma simples refeição pôde condicionar a vida de milhares de pessoas nos mais diversos sectores.

¹⁰ Anteriormente a Sociedade de Risco havia sido definida por Anthony Giddens como uma “sociedade cada vez mais preocupada com o futuro (e com a segurança), o que gera a noção de risco.

3. AS METAMORFOSES DO TRABALHO

3.1. O porquê de clarificar o termo “trabalho”

Se o que se pretende com este estudo é entender de que forma é que a chegada da pandemia veio domesticar modalidades do trabalho que até então ainda só era utilizada de forma esporádica e por uma faixa muito reduzida da população, não menos importante é, até do ponto de vista sociológico, e não só, perceber o que está em causa quando nos referimos à palavra “trabalho”. Conceito esse que tantas metamorfoses sofreu ao longo dos séculos, com valorações do mais antagonistas possíveis. Como escreve Robert Fossier “Sobre uma trama tão longa de tempo, o sentido dado a uma palavra certamente variou; a pressão das contingências do momento é suficiente para tanto.”¹¹ (2019, p.1) A mesma palavra conseguiu ser utilizada como sinónima de “escravidão” e também conseguiu ser encarada como uma espécie de libertação divina. É esta relação de amor-ódio que se pretende analisar neste capítulo, reconhecendo que o conceito possa ter sido alterado conforme o período histórico em que é aplicado, mas a alteração surge, primordialmente, da percepção¹² das massas, é aí que reside o interesse, perceber o que mudou e porque mudou a forma do indivíduo encarar o trabalho.

3.2. Origem etimológica do termo

Figura 1 - Tripalium



Fonte: Google Imagens

¹¹ “O trabalho na Idade Média” de Robert Fossier, disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=MUmWDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=robert+fossier&ots=QKKRQDvPBH&sig=OsW092v5F_PQ7UYit2mi5FHa4sM#v=onepage&q=robert%20fossier&f=false

¹² No seu livro intitulado de *O visível e o Invisível*, Merleau-Ponty afirma que “Antes da ciência do corpo – que implica a relação com outrem –, a experiência de minha carne como ganga da minha percepção ensinou-me que a percepção não nasce em qualquer outro lugar, mas emerge ao recesso de um corpo.” (2000 p.21).

A origem etimológica da palavra “trabalho” deriva do latim *tripalium*¹³ (junção de três e *palum*=madeira). O *tripalium* era um instrumento de tortura feito de madeira com três estacas afiadas, como se pode ver na imagem.

A partir do latim, o termo passou para o francês *travailler*, que significa “dor” ou “sofrer”.

No sentido de atribuição de significado, a primeira prova remete-nos para o primeiro livro bíblico da Bíblia Cristã. No Livro de Génesis, no capítulo 3 versículo 17 podemos ler: *“comederes maledicta terra in opere tuo in laboribus comedes eam cunctis diebus vitae tuae”*

Significa isto que o homem que pecou amaldiçoado ficou e fora condenado a extrair o seu sustento a partir do seu cansaço e suor, ou seja, do seu trabalho.

3.3. O trabalho na Antiguidade Clássica

Na Grécia Antiga, predominava o sistema de castas¹⁴. Organização societal que não permite a mobilidade social, sendo que os seus pertencentes apenas pertencem onde pertencem por motivos religiosos. Deste modo, a estratificação social ocorre consoante o nascimento do indivíduo em determinada família.

O trabalho, considerado inglório e indigno do Homem livre, era executado pelos escravos, caracterizado pelo seu esforço manual. Por outro lado, quem era livre dedicava-se a atividades mais mentais, tais como a meditação. Denota-se uma distinção valorativa entre o físico e o mental. Este pensamento fica bem patente com este excerto do filósofo Aristóteles, na sua obra Política:

“as propriedades são uma reunião de instrumentos e o escravo é uma propriedade instrumental animada (...). Se cada instrumento pudesse executar por si próprio a vontade ou o pensamento do dono (...) se o arco pudesse tirar sozinho da cítara os sons desejados, os arquitetos não teriam necessidade de operários, nem os senhores teriam necessidade de escravo.”

“Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros são condenados pela natureza à escravidão. É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo quem tem tão pouca alma e tão poucos meios que deve resolver-se a depender de

¹³ Ver mais em: <https://etimologia.com.br/trabalho/>

¹⁴ Segundo Weber: “... como um sistema fechado, a ordem das castas é um produto do pensamento consistente dos brâmanes e nunca poderia ter chegado ao poder sem a influência intensiva dos brâmanes como sacerdotes caseiros, correspondentes, father confessors, conselheiros em todas as situações da vida, e como oficiais dos príncipes (principados) cuja habilidade de escrever os colocou em crescente demanda com o desenvolvimento da administração burocrática... Entretanto, as condições da Índia Antiga forneceram os elementos estruturais para o sistema de castas...” (WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967).

outrem. O uso dos escravos e dos animais é aproximadamente o mesmo” (1977 apud MARQUES, 2006, p. 29)

O que se torna inequívoco nesta passagem é a conotação negativa que era dada ao trabalho neste período histórico da antiguidade clássica. E o ato de escravizar quem trabalha, embora seja com o interesse e o próprio proveito da elite, havia também um caráter solidário quando ele diz “*É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios*”.

Na Roma Antiga o cenário era idêntico, com uma divisão distinta entre os patrícios que eram aqueles que possuíam as terras distribuídas pelo Estado em função do parentesco e a plebe, os que seriam responsáveis pelas atividades agrárias. As atividades artesanais também começaram nestes tempos, onde serviam principalmente para fazer face às necessidades locais e eram realizadas por mulheres e escravos. Como se encontra bem evidenciado por Marques (2006):

“a condição de senhores de terras e escravos deu aos patrícios grande soma de direitos políticos e privilégios. (...) A maioria da população era composta pelos plebeus (artesãos, pequenos proprietários e, principalmente, camponeses), que embora fossem homens livres, não tinham direito à cidadania. Ao contrário dos plebeus, que eram homens livres, os escravos formavam a camada marginalizada da sociedade e eram identificados como patrimônio dos seus senhores.” (p.35)

3.4. Na Idade Média

Este período histórico remete-nos para a queda do Império Romano do Ocidente no século V d.C. e prolonga-se por mais de dez séculos, sendo o seu término aquando da conquista de Constantinopla pelo Império Otomano, no século XV. Sabendo que o período em questão é extenso e que o trabalho sofreu várias metamorfoses, o que se pretende aqui não é uma análise extensa, mas um “tipo ideal” de forma a entender de que forma o contexto da mesma atividade foi mudando consoante a época em que nos encontramos.

O trabalho continua a ser encarado como uma atividade puramente física e as jornadas de trabalho começava com o nascer do sol e terminavam com o pôr do sol. A atividade predominante era a rural, onde os trabalhadores eram alvo de condições semelhantes às dos escravos. O que na Antiguidade se chamaria de escravo, passa a ser chamado de servo. Aquele que presta

servidão fá-lo em troca de permanecer nas terras do seu senhor. Como faz questão de escrever Carmo

“..., o trabalho era necessário, a fim de garantir a sobrevivência da família e uma espécie de tributo do servo para o senhor deveria ser de baixa produtividade, pois não havia uma economia de mercado que comportasse os excedentes, o ritmo das atividades e a sua interrupção deveriam ser ditados pelas chuvas estações do ano e pelo ciclo de dia e noite.” (CARMO, 1992, p.22)

O trabalho rural, embora houvesse momentos em que estaria interrompido devido a fatores naturais, ao tempo disponível que restava não era permitido aos servos dedicarem-se ao ócio, lazer ou cultura, essas continuavam a ser atividades elitistas.

Numa fase mais avançada da Idade Média e apelidada por muitos pensadores de Alta Idade Média (a partir do século X), ficou marcada pelo nascimento de uma nova classe – burguesia. Embora não seja um termo consensual, de uma forma alargada entende-se que a burguesia tenha nascido com o novo sistema mercantil baseado no poder de adquirir bens a partir da moeda. Até então, na Baixa Idade Média, os produtos apenas seriam trocados por outros produtos e o sistema feudal que operava numa ordem de subsistência, não criava condições para a mobilidade social.

Esta nova classe foi inovadora no sentido que substituiu a lógica de produção baseada na autossuficiência para um objetivo de acumular riqueza, característica típica do capitalismo. O sociólogo alemão, Karl Marx, define a classe de burguesia como sendo “a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção e empregadores do trabalho assalariado.” (Manifesto Comunista, p.40)

3.5. Na Idade Moderna

Até ao período da Idade Moderna, o trabalho tinha uma conotação negativa, desde a Antiguidade que concebia o trabalho como algo execrável e pouco diferenciava os escravos dos animais, enquanto na Idade Média já se considera o trabalho como sendo necessário, no entanto desprovido de prazer e valor e da não acumulação de bens. É na Idade Moderna que inicia o

“desencantamento do mundo”¹⁵ e de “secularização”¹⁶ (Weber, 1999). Isto deve-se, maioritariamente à própria alteração do *status quo* da religião, à sua privatização e à substituição crescente de explicações religiosas por explicações científicas (Berger, 1985). A perda de soberania do clero e o aparecimento de novas doutrinas filosóficas e/ou religiosas têm a capacidade de individualizar o pensamento individual, o monopólio deixa de pertencer à igreja enquanto o capitalismo floresce. De acordo com Durkheim (1996), a religião pode ser definida como um sistema solidário de crenças e práticas relativo a entidades sacras e que une, numa mesma comunidade moral, todos os que a ela aderem. Neste âmbito, se a crença dominante se altera, conseqüentemente, a crença nos Homens também se altera. As reformas protestantes permitiram restaurar a harmonia entre a prosperidade económica levada a cabo pela burguesia em crescendo e a doutrina filosófica e/ou religiosa. No sentido que é na Idade Moderna que o trabalho começa a ser encarado de forma positiva e recompensadora do ponto de vista espiritual. É também neste período onde o capitalismo começa a dar os seus primeiros passos – mercantilismo. Com o controlo permanente do Estado e a proteção do mercado interno, surge também o conceito de “balança comercial”, fazendo com que as nações europeias explorassem os países colonizados, apoderando-se dos recursos e assegurar uma exportação superior à importação.

3.6. Pós-Revolução Industrial

Do ponto de vista histórico, é amplamente aceite pela comunidade científica dizer-se que o início da contemporaneidade ocorreu com a Revolução Francesa (1789-1799), não obstante a Independência dos Estados Unidos da América (1776), a revolução que aconteceu na Europa teve principal destaque na divisão cronológica dos tempos não só por terem sido historiadores europeus a delinear a cronologia mas também pelo impacto que teve no resto do continente. A revolta do povo francês perante a longa monarquia absolutista (trezentos anos) resultou do aumento da desigualdade social e económica¹⁷, o aumento da dívida nacional¹⁸ e a grande intervenção dos pensadores da época iluminista¹⁹.

¹⁵ Esta expressão foi utilizada por Max Weber e retrata a evolução registada na civilização ocidental em que as práticas religiosas deixam de ser fundamentalmente em função da crença do espiritual e passa a ser alusiva à ética. Auguste Comte analisa esta transição consoante a sua lei dos três estados: Estado Teológico, Estado Metafísico e Estado Positivo.

¹⁶ As explicações que anteriormente eram baseadas nas crenças e nas tradições herdadas passam a ser reduzidas aos racionais lógicos provenientes da ciência.

¹⁷ (Marshall, Thomas H. *Citizenship and social class*. Vol. 11. Cambridge, 1950).

¹⁸ Sargent, Thomas J. And Francois R. Velde. “Macroeconomic features of the French Revolution.” *Journal of Political Economy* (1995): 474-518

¹⁹ O iluminismo consistiu num movimento filosófico e intelectual que predominou nos séculos XVII e XVIII na Europa. Esta corrente defendia as liberdades individuais e o uso da razão como fonte do conhecimento.

A revolta das classes populares na França de 1789 não apenas concretizou o desmantelamento da monarquia corporativista como foi o ponto de partida para uma mudança nas estruturas políticas, económicas e sociais, não apenas na França mas também em vários outros países. A exaustão do povo deve-se, em grande parte, pela crise económica no setor agrícola e os grandes aumentos do trigo e centeio no período que antecedeu a revolução. Apoiados pela burguesia que, embora fosse de prever que este grupo fosse a favor do panorama até então estabelecido, a falta de autonomia imposta pelo Estado fez com que até aqueles que se encontravam numa posição minimamente privilegiada na sociedade se voltassem contra o poder instituído. A revolta das massas, apoiada também nos descontentes burgueses possuidores de algum capital só precisava do abalo intelectual para que todas as forças estivessem unidas contra o Estado. Este agregar de forças, a bravura das massas, o simbolismo dos burgueses e a ideologia praticamente *enfant terrible* dos pensadores, constitui o caldo perfeito para o destronar do trono num tão curto período de tempo. O povo encontrava nos filósofos da época a sustentabilidade intelectual necessária para enfrentar o regime. É de salientar o trabalho de Denis Diderot (1713-1784), através da sua Enciclopédia de trinta e cinco volumes. De entre os autores que também deram o seu contributo no desenvolvimento da Enciclopédia distingue-se Voltaire (1694-1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Ou até Montesquieu (1689-1755) com a sua famosa teoria da “*separação de poderes*”, ainda hoje permanece nas mais modernas constituições. Esta onda de pensadores, maioritariamente franceses e britânicos, quebraram o paradigma que vigorava até então. A centralização do poder nos monarcas, assim como a tremenda influência da Igreja Católica e a intervenção do Estado na economia são um conjunto de características que se tornaram alvos a abater perante os modernos pensadores que pretendiam a laicização do Estado, a divisão de poderes e a liberalização económica. “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (“*Liberté, Egalité, Fraternité*”) tornou-se o *slogan* da Revolução Francesa.

“A história da Revolução Francesa deve seu status particular ao fato de ser a narrativa de um acontecimento: afirmação do tempo curto, de uma subversão total, em um período de menos de dez anos, de todo um edifício político, institucional e social de longa data.” (Michel Vovelle, A Revolução Francesa, p.2)

O desmoronar de um modelo plurissecular em virtude de um outro modelo antagónico em tão pouco tempo (cerca de dez anos) é uma prova, de acordo com o historiador francês Michel Vovelle, do impacto e da afirmação de poder que esta imposição haveria de ter não só na França

mas como mudança estrutural no resto do globo. A vitória da burguesia capitalista acaba por impor uma nova ordem social, abdicando, assim, do impacto do Estado na economia, entrando em vigor a livre concorrência, apoiada pelo progresso tecnológico e conseqüente aumento da produtividade.

O progresso tecnológico existe desde sempre. Desde os primórdios que sempre houve a necessidade de moldar as civilizações através do processo produtivo que, outrora rudimentar, fora utilizada como meio de responder às necessidades dos humanos. A instrumentalização das plantas, dos animais, do solo constituem as formas mais elementares – fatores naturais (assim como a água, o vento etc) . O uso de utensílios é a forma de enquanto se reduz o esforço humano satisfaz-se as necessidades do mesmo. A passagem de uma produção de subsistência para uma produção destinada para o lucro é o que está na origem do mercantilismo.

A Revolução Industrial (1760-1840) é amplamente considerada a transformação que mais impacto teve no sistema de produção e constituiu o modelo de fabrico tal como hoje é realizado. A passagem do sistema doméstico (oficinas) para as fábricas resulta de um conjunto de avanços tecnológicos que teve impacto em vários setores de produção. A mecanização alimentada por água ou vapor permitiu aumentar significativamente a produção do algodão, assim como o tear elétrico (Ayres, 1989, p.17), isto na têxtil. A máquina a vapor fez com que o consumo do combustível fosse significativamente reduzido e com a água que era retirada das minas de ferro e carvão, produziam-se tecidos. O aumento de produção foi exponencial e os empresários ingleses começaram a investir na indústria.

“Fato ainda mais expressivo – pois as primeiras cadeias visavam basicamente ao mercado da classe trabalhadora – foi a expansão das lojas de roupas e calçados sob produto do desenvolvimento da produção industrial de botas e sapatos na década de 1860 e da fabricação industrial de roupas na década de 1880. Os calçados abriram caminho – já havia 300 lojas em cadeia em 1875, mas 25 anos depois seu número era de 2600 (...)” (Hobsbawm, Eric J. p.152, 1968)

O historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) na sua obra intitulada de *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo* pretende explicar a histórica económica e social do Reino Unido nos últimos duzentos anos. Desde a mudanças estruturais, quer no domínio político ou no sistema de produção, passando pelas longas jornadas de trabalho e o aparecimento dos sindicatos, apresenta-nos também vários gráficos e anotações que possibilita compreender as diferenças que se registaram na Grã-Bretanha naquele período. Não obstante todos os progresso tecnológicos da

época, o desagrado da chamada classe média era evidente e o repúdio de Eric torna-se evidente na seguinte passagem “*A Grã-Bretanha era um país habitado por uma massa estoica de pessoas destinadas a passar a vida numa situação de subsistência mínima e incerta, até que a velhice as atirasse ao monturo da Lei dos Pobres, subalimentadas, mal abrigadas e mal vestidas.*” (Hobsbawm, p.153, 1968)

As mudanças ocorridas quer a partir da Revolução Francesa quer na Revolução Industrial, formou os alicerces da sociedade atual tal como a conhecemos. Dos mais variados pontos de vista, desde a perda do poder absoluto centrado no Estado, à laicização do mesmo, até ao reconhecimento das liberdades e direitos individuais. A perda de poder da Igreja Católica remete-nos ao pensamento de Comte (1798-1857), nomeadamente o caminho traçado pelo autor no que considera ser a evolução do conhecimento – “*Lei dos Três Estados*”

“Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente em cada uma de suas investigações três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, e finalmente, o método positivo [...]” (COMTE, 1825, pp.125-126).

Já a Revolução Industrial trouxe consigo transformações a nível de relações sociais, de trabalho e principalmente no próprio sistema produtivo. O aumento da produção devido aos progressos tecnológicos a nível de maquinaria fomentou várias diferenças na sociedade. A máquina não indispensava a presença do trabalhador, o que fez com que os trabalhadores na indústria aumentassem vertiginosamente. Consequências como o êxodo rural, o crescimento desenfreado das cidades e o impacto na demografia tornaram-se uma evidência.

Uma outra forma de entender o impacto deste período histórico de mudança é recordar a velha máxima de Marx e Engels “*As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante*” (2007, p.47). Como explicam de forma simples porém brilhante, os economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson em “Porque falham as nações” (2013)

“A história política dá-nos um exemplo vívido das consequências da destruição criativa. Em vésperas da Revolução industrial, no século XVIII, os governos da maioria dos países europeus eram controlados pela aristocracia e elite tradicionais, cujas principais fontes de rendimento eram as terras ou os privilégios comerciais de que

gozavam, graças a monopólios que lhes haviam sido concedidos e a barreiras à entrada nos mercados impostas pelos monarcas “...” Estas elites viram também aparecer novos empresários e comerciantes que minavam os seus privilégios comerciais. Em termos globais, foram claramente os perdedores económicos da industrialização. A urbanização e o nascimento de uma classe média e de uma classe trabalhadora com consciência social também puseram em causa o monopólio político da aristocracia proprietária de terras. Com a difusão da Revolução Industrial, a aristocracia deixou de ser apenas o perdedor económico; correu o risco de se tornar também perdedora política, ao deixar de deter o poder político. Ao verem ameaçado o seu poder económico e político, estas elites opuseram-se energicamente à industrialização” (2013, p.108)

A magnitude da revolução não se revela apenas no sistema de fabrico ou na descentralização do Estado como também no aparecimento de novos mercados²⁰ que dariam origem a novos capitalistas e à urbanização das cidades. A terra deixava de ser a fonte de rendimento e/ou subsistência do povo e as fábricas começavam-se a encher de operários.

Figura 2 - Tempos Modernos (1936)



Fonte: Internet (Google Imagens)

²⁰ É importante aqui definir que a existência de mercados pressupõe a intervenção de, pelo menos, dois intervenientes: compradores e vendedores. A relação entre quem produz (o vendedor) e quem compra representa a condição necessária para o conceito de mercado. Quando Polanyi nos diz “A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.” (Polanyi, 2000, p.94, Editora Campus), refere-se, precisamente, às próprias dimensões primordiais que perfazem a mercadoria – ora, esta tem que estar passível de ser produzida, vendida e comprada. É possível ler-se mais sobre o aparecimento e a proliferação dos mercados em “A Grande Transformação” (1944, pp. 76-99)

A classe trabalhadora, em troca das longas jornadas de trabalho, passaram a usufruir de um rendimento que lhes possibilitava ter acesso a novos produtos no mercado. Esta procura pelo trabalho individual traduziu-se num crescente aglomerado de pessoas nas cidades, como nos diz Sposito “No começo do século XIX a proporção de pessoas nas cidades de mais de cem mil habitantes era da ordem de 10%, sendo que quarenta anos depois era de 20% - aumento grande se comparado ao crescimento observado no século anterior para a Europa.” (Sposito, 2001, p.49).

4. O TRABALHO DO PONTO DE VISTA SOCIOLÓGICO

4.1. O trabalho em Marx

Ao longo da obra de Marx, é possível interpretar a categoria trabalho como a atividade afirmadora de vida e o que nos distingue do resto dos animais. Há toda uma consciência por detrás do trabalho, enquanto no contexto animal este realiza as suas atividades para satisfazer as suas necessidades imediatas, o Homem, através do trabalho, materializa os seus sentimentos e ambições e molda a sua realidade, há todo um carácter de planeamento onde não se encontra no reino animal – posição positiva; como Marx afirma:

“É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza”²¹ (Marx, 2004, p.85)

A “beleza” do trabalho reside na capacidade do Homem, como ser e produto histórico que é, modificar a sua forma de agir de acordo com as necessidades de determinado período histórico. Isto envolve o uso de diferentes utensílios, ferramentas e técnicas que apenas o Homem é capaz de os adaptar e inventar para seu proveito, como diz Wood “...o desenvolvimento histórico dos meios de produção são o indício da história humana com um todo”²² (Wood, 2004, p.33)

Marx, para além de reconhecer o trabalho como a atividade vital do ser humano em que o permite moldar a realidade e adaptar-se às dificuldades, vai analisar também a condição negativa

²¹ Ver em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econc3b4mico-filosc3b3ficos.pdf>

²² WOOD, Allen W. Karl Marx: arguments of the philosophers. 2.ed. New York: Routledge, 2004.

e perversa da propriedade privada. Esta atividade, outrora vital, impulsionada pela atividade burguesa e o nascimento da sociedade capitalista, vai ser alvo de um “estranhamento”²³ (*entfremdete*). Esta palavra, muito usada por Marx nos seus manuscritos, deve-se a fatores que podemos encontrar no seu livro O Manifesto Comunista (1848), onde é possível ler-se uma série de críticas face ao movimento burguês. No modelo capitalista, o trabalhador deixa de ser conhecedor do produto do seu trabalho ou apenas conhece-o parcialmente e o próprio trabalhador realiza a atividade laboral com base na necessidade do capitalista, dando origem a um desinteresse quer à atividade que desempenha quer aos seus pares – alienação. Torna-se, assim, mercadoria:

“...nessa mesma medida desenvolve-se o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Estes operários, que têm de se vender à peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e estão, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado.” (Marx, Manifesto Comunista, p. 36)

É neste contexto que Marx critica a economia política clássica, usando as características que a compõe – propriedade privada; separação entre o trabalho, capital e a terra; separação entre o salário, o lucro do capital e a renda da terra, a divisão do trabalho, etc. Pressupostos estes que Marx argumenta que carecem de explicação e que surgem arbitrariamente como se de uma causa natural se tratasse.

Dito isto, Marx centra o seu estudo em relação ao trabalho como uma relação social desequilibrada entre os opressores e oprimidos, burguesia e proletariado. Não apenas no contexto histórico em que o autor presenciou, mas desde sempre, defende Marx, que “a história da sociedade é a história da luta de classes”. Neste sentido, o trabalho caracterizar-se-á como característica hierarquizante da sociedade em que de um lado está o capitalista e o operário e no seu meio encontra-se as dialéticas fortuna e miséria ou capital e força de trabalho.

“O impacto de Marx só pode ser comparado ao de figuras religiosas como Jesus ou Maomé. Na maior parte da segunda metade do século XX, aproximadamente quator

²³ De acordo com Ranieri (2001) “a primeira [alienação - Entäusserung] está carregada de um conteúdo voltado à noção de atividade, objetivação, exteriorizações históricas do ser humano; a segunda [estranhamento - Entfremdung], ao contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que a primeira se realize em conformidade com as potencialidades do homem, entraves que fazem com que, dadas as formas históricas de apropriação e organização do trabalho por meio da propriedade privada, a alienação apareça como um elemento concêntrico ao estranhamento. Na verdade [...], a partir do momento em que se tem, na história, a produção como alvo da apropriação por parte de um determinado segmento social distinto daquele que produz, tem-se também o estranhamento, na medida em que este conflito entre a apropriação e expropriação é aquele que funda a distinção socioeconômica e também política entre as classes (Ranieri, 2001, p. 8-9).

em cada dez pessoas viviam sob governos que se consideravam marxistas e afirmavam - ainda que isso possa parecer implausível- usar os princípios de Marx para decidir como a nação deveria ser dirigida. Nesses países, Marx era uma espécie de Jesus secular: seus escritos eram a fonte última de verdade e autoridade.” (SINGER, 2003, p.13)

4.2. O trabalho em Durkheim

O sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) é considerado um dos fundadores da Sociologia como ciência moderna. Com o objetivo da criação de uma ciência autônoma explicativa da sociedade, Durkheim considera que tal como se faz nas ciências naturais, ou seja, o método científico destas deve ser trazido para as ciências sociais. É neste contexto em que seguirá uma corrente pertencente ao positivismo, denominada de organicismo²⁴ (orgânico+ismo).

A nova ciência necessita de um objeto de estudo, objeto esse que será os fatos sociais. Durkheim define-os com base em três características essenciais: coercitividade, exterioridade e generalidade.

“[...] toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007 [1895], p. 13).

Na sua obra intitulada de *Da Divisão do Trabalho Social* (1893), o autor compromete-se a escrutinar a função e a necessidade social do trabalho, assim como as causas e condições que o constituem. Conceitos como “anomia”²⁵ ou “consciência coletiva”²⁶ são nucleares nesta obra no sentido que Durkheim utiliza as irregularidades para explicar o cotidiano, como ele mesmo o diz numa comparação às ciências exatas “Este estudo oferecerá, além disso, o interesse de que, aqui como em biologia, o patológico nos ajudará a compreender melhor o fisiológico.” (Durkheim, 1893, p.9)

²⁴ Corrente seguida por Durkheim que consiste em olhar para a sociedade como de um organismo vivo se tratasse. Da mesma forma que que cada órgão do corpo humano tem a sua respetiva função, tanto os indivíduos como as organizações presentes na nossa sociedade têm de convergir para permitir-nos viver em sociedade, caso fracassem conseqüências como a anomia poderão advir.

²⁵ Na sua obra, Durkheim aborda temas típicos da sociedade ocidental moderna (ex.: racionalização, individualismo, urbanização, divisão social do trabalho etc). Se existe uma quebra de confiança face às regras comuns e o indivíduo deixa de ser capaz de ser solidário estamos perante a anomia.

²⁶ Corresponde a um conjunto de características e conhecimentos comuns a uma sociedade. “A única força capaz de servir de moderadora para o egoísmo individual é a do grupo; a única que pode servir de moderadora para o egoísmo dos grupos é a de outro grupo que os englobe” (DURKHEIM, 2010, P. 428). Ver em: DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. Martins Fontes, São Paulo, 2010.

O surgimento da sociedade industrial teve como um dos resultados uma perda da consciência coletiva. Quando que nas sociedades mais primitivas havia uma cooperação de tal ordem que o coletivo se superiorizava ao individual, nas sociedades industriais essa harmonia tende a desvanecer-se e dar lugar a um estado de anomia. Durkheim, através do trabalho, fato social esse que permite organizar a sociedade, na medida em que o indivíduo contribui para a sociedade e da sociedade acabará por receber, (no sentido da dupla interação da “interioridade e exterioridade” popularizada por Bourdieu²⁷), vai dividir as sociedades em solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. A “solidariedade” surge no sentido que a divisão do trabalho antes de se tratar de divisão económica trata-se de uma questão de moralidade, com o objetivo de unificar e propagar o consciente coletivo.

A solidariedade mecânica é resultante das sociedades primitivas, em que a divisão social do trabalho é praticamente inexistente e o facto de serem mais pequenas (comunidades), o espírito tribal faz com que haja maior necessidade de manter a coesão e a harmonia social, fazendo com que se abdique do individual. Ainda nestas sociedades, os mecanismos de punição são mais severos. No pólo oposto, encontra-se as sociedades mais complexas, caracterizadas por indivíduos que desempenham funções distintas e posições hierárquicas diferenciadas. Ou seja, o grau de complexidade da sociedade orgânica faz com que a probabilidade de anomia social aumente. Como Durkheim diz:

“ Bem diverso é o caso da solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelham, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade. É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar” (DURKHEIM, op. cit., p.108).

²⁷ O *habitus* é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (2011, p. 191). Ou seja, a dialética aqui presente trata-se da objetividade do exterior e da subjetividade do exterior. O *habitus* representa a interiorização do social exterior na subjetividade interior e, simultaneamente, representa também a marca do ator individual no mundo exterior.

De forma a sintetizar as diferenças que Durkheim atribui aos dois tipos de solidariedade, é possível ver no seguinte quadro:

Tabela 1 - Solidariedade (Durkheim)

| Tipos de Solidariedade, segundo E. Durkheim | |
|--|---|
| MECÂNICA | ORGÂNICA |
| Sociedade simples | Sociedades complexas |
| As funções sociais dos indivíduos são semelhantes | As funções sociais dos indivíduos são especializadas e interdependentes |
| Não há significativa divisão social do trabalho | A divisão social do trabalho é bastante complexa |
| Predomínio de mecanismo de coerção imediata, violenta e punitiva | Predomínio de mecanismos de coerção formais, exercido de forma mediada |
| Predomínio do Direito punitivo | Predomínio do Direito restitutivo |
| Sociedades economicamente simples | Sociedades economicamente complexas |

Fonte: *Blog Café com Sociologia*

Portanto, Durkheim defende que o fator trabalho ao longo da história teve um caráter unificador, sendo que com a complexidade aumentada das sociedades modernas, imensos novos fatores surgem que, de acordo com o autor, merecem a devida atenção e deve atingir identidades (“corporações”) que devem gerir e coordenar a divisão do trabalho, encarando não só o lucro, mas também a importância da harmonia na sociedade e que em última instância funcione como um agente mediador.

“A ausência de qualquer instituição corporativa cria, pois, na organização de um povo como o nosso, um vazio cuja importância é difícil exagerar. É todo um sistema de órgãos necessários ao funcionamento normal da vida comum que nos faz falta. [...] Será necessário que, em cada profissão, um corpo de regras se constitua, fixando a quantidade de trabalho, a justa remuneração dos diferentes funcionários, seu dever para com os demais e para com a comunidade, etc.” (DURKHEIM, op. cit., p. 38–39).

4.3. O trabalho em Weber

O sociólogo Max Weber (1864-1920) numa das suas obras mais aclamadas “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1905), apesar do tema principal do livro ser a origem do racionalismo ocidental e o capitalismo, a contribuição do autor para a compreensão do conceito “trabalho” é inegável. O trabalho foi alvo de diferentes contemplações ao longo dos períodos históricos, como já fora mencionado anteriormente. Neste estágio que nos encontramos, na contemporaneidade, existe admiração por quem (mais) trabalha. O que mudou, essencialmente, foram as reformas protestantes do século XVI.

*Ora et labora*²⁸, em Lutero, abre caminho para uma valorização positiva do trabalho ao traduzir o Novo Testamento para alemão utilizando a palavra *beruf* ao invés de *arbeit*, embora a diferença seja subtil, retira a conceção pejorativa do trabalho como expiação. Contudo, é Calvino que vai fortalecer a ideia mais radical de valorização do trabalho, reconhecendo-o como um dever. De acordo com Calvino “o trabalho profissional deveria formar uma muralha contra a preguiça, todos devem trabalhar – quem não trabalha não deve comer e o trabalho é um dever” (Muller, 2005: 243-244). Weber, na Alemanha, observou que os capitalistas protestantes acabavam por se tornar mais bem-sucedidos a nível económico do que os seus correligionários católicos. A ideia calvinista revela um profundo interesse pela vida económica e social “não somente a religião concernia a toda a vida – económica, profissional, familiar -, mas tudo devia concorrer para a glória de Deus (...) dentre todas as coisas deste mundo, o trabalhador é o mais semelhante a Deus.” (Williaime, 2005:70). As conceções das reformas protestantes representam uma antítese quando comparadas com a fonte original do trabalho. Não trabalhar torna-se sinónimo de não prestar homenagem a Deus e o ócio e a preguiça não são desejados por Deus, “(...) e o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida” (Weber, 1967:113). O calvinismo²⁹ não considera prejudicial a acumulação de riqueza, mas sim o uso que se faz dela. Aquele dotado de posses financeiras será lhe posto à prova a sua capacidade de fé e caridade. A teologia calvinista, mesmo na sua doutrina da predestinação, é mais um dos fatores que, de acordo com Weber, contribuiu para a promoção do capitalismo e do trabalho.

²⁸ Frase célebre atribuída a São Bento de Núrsia (480 d.C. – 547 d.C.) no seu livro intitulado de *Regra de São Bento*. Atualmente, pode ler-se nas portas dos Mosteiros Beneditinos.

²⁹ O calvinismo foi uma doutrina religiosa que surgiu durante a Reforma Protestante. O seu nome deriva de um dos seus fundadores, João Calvino. Este movimento religioso acredita na predestinação e rompeu com a visão referente ao trabalho. Para os calvinistas, a prosperidade económica é sinal da bênção de Deus para o árduo trabalho realizado. Ver mais em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=GRT-EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=o+calvinismo&ots=wLZZy8iJO_&sig=kZGwrMKYqj3VObHzlbCh-48uNcA#v=onepage&q=o%20calvinismo&f=false

de cada um considerar-se escolhido (...) A exortação é aqui interpretada como um dever de obter certeza da própria dedicação e justificação na luta diária pela vida (...). Por outro lado, a fim de alcançar aquela autoconfiança, uma intensa atividade profissional era recomendada como o meio mais adequado (WEBER, 1967: 77).

No domínio do fatalismo não há Deus, igreja ou comunidade religiosa onde se possa procurar a salvação divina, esta incerteza crescente nos fiéis resulta numa angústia extrema na qual apenas se torna suportável se houver uma réstia de esperança em ser um dos eleitos de Deus, é neste sentido que a ética protestante do trabalho vai ganhar notoriedade, através da crença que o sucesso na vida terrestre, adquirida através da hipótese do trabalho poder interferir na salvação dos fiéis. Assim sendo, para além da religiosidade no trabalho, a visão protestante também revela traços positivos para o empreendedorismo.

a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional [trabalho profissional], como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação de redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como espírito do capitalismo (WEBER, 1967: 123).

O ascetismo³⁰, na prática, consegue unir os Homens e regular a sociedade para um fim único através da religião. A punição e expiação por meio do trabalho, escravo ou não, era algo que já as sociedades conheciam, a diferença está na agregação dos fatores económicos, sociais, éticos e morais à religião – eis a diferença de *status quo*. O novo *ethos* – conjunto de valores culturais – tais como a aquisição de bens, a procura do lucro e a acumulação de capital, reestabelecem uma harmonia social que contribui para o espírito capitalista. A diferença reside no *mindset* (“configuração mental”) atribuída ao trabalho. Até então o trabalho era penoso, destinado ao pecador e impuro, e com as reformas protestantes passou a representar a possibilidade de os fiéis dedicarem, em vida, servidão a Deus. “Trabalho porque amo a Deus e não porque o temo”.

³⁰ Caracteriza-se como sendo uma filosofia de vida com o objetivo de alcançar um desenvolvimento espiritual ímpar. Nesta prática é frequente abdicar-se dos prazeres mundanos. O ascetismo encontra-se muitas vezes associado às diversas religiões.

5. O CAPITALISMO

5.1. Surgimento do Capitalismo

Existe diversas formas de interpretar o capitalismo. As abordagens históricas ajudam a entender o início do capitalismo, como este se proliferou, dinamizou e moldou a sociedade ao seu agrado, colocando-o no centro de muitas das dinâmicas económicas (e sociais). Esta abordagem não coloca o enfoque apenas no sistema produtivo e na procura do lucro como definição do capitalismo. É preciso entender, como nos diz Wallerstein

“o que distingue o sistema social histórico a que chamamos de capitalismo é o facto de, neste sistema, o capital passar a ser usado (investido) ... com o objetivo primário de auto expansão. Neste sistema, as acumulações anteriores apenas são ‘capital’ na medida em que são usadas com vistas à obtenção de acumulações ainda maiores.”
(1998, p.11-12 Wallerstein, I. (1998). O capitalismo histórico (seguido de) A civilização capitalista. Vila Nova de Gaia: Estratégias criativas.)

Nesta vertente, a mudança que Wallerstein atribuiu ao capitalismo é o pressuposto que para a sua existência é necessário um investimento constante, as acumulações tornam-se capital capaz de formarem acumulações ainda superiores “ad *infinitum*.” Contrapondo esta posição podemos adotar a perspetiva mais cultural de Max Weber. A definição atribuída pelo sociólogo atribui ao capitalismo “...uma expectativa de lucro por meio de utilização de oportunidades de troca, isto é, em chances de lucro (formalmente) pacíficas” (Weber, 2013 (1905), p.17) Este incisivo entendimento que constitui a troca como elemento nuclear do capitalismo retira o valor à moeda. O capitalismo contemporâneo nada significa com a extinção da moeda, isto é, é ela (a moeda) que nos permite consumir, investir e acumular. Porque em si mesmo, a moeda nada significa que senão um meio de negociação entre os indivíduos. Na formulação de Weber, a moeda é irrelevante ao capitalismo, a troca efetuada entre indivíduos já por si só representa o que o capitalismo é, a obtenção de algo superior em detrimento da perda de um objeto que consideremos inferior.

A sua origem (do capitalismo) é ambígua. Se a própria formulação do que se trata não é unânime, muito menos a sua origem e evolução também o serão. A questão prende-se com o facto de se considerar que para a existência de capitalismo é necessário um sistema produtivo focado no lucro ou se a troca de bens entre indivíduos é ela, em si mesmo, para ser rotulada de

capitalismo. Em “O Estado Corporativo” de Mussolini³¹, este distingue o capitalismo em três fases: capitalismo dinâmico, capitalismo estático e supercapitalismo. Na sua ótica:

“O capitalismo é um modo específico da produção industrial. Na sua expressão mais perfeita, é um sistema de produzir em massa para o grande consumo, fortemente financiado mediante a emissão do capital anônimo, nacional e internacional”³² (“Discurso sobre o Estado Corporativo, 1933)

O capitalismo dinâmico corresponderia ao aparecimento do tear mecânico e da fábrica, era através dele que o capitalismo industrial tornar-se-ia possível, aliado à lei da concorrência livre e à “luta de todos contra todos”. O segundo segmento, denominado de estático, é caracterizado pela interferência de sindicatos e consórcios, provenientes do cansaço derivado do próprio capitalismo. Apesar do nome aplicado (“estático”) na visão de Mussolini subentende-se que este considera um retrocesso do próprio capitalismo porque o que este sistema produtivo prometia não preenche a vontade dos intervenientes e estes procuram refúgio na interferência estatal. Por último, estaríamos perante o supercapitalismo, usando as palavras do próprio:

“Nesta fase o supercapitalismo inspira-se e justifica-se com esta utopia: a utopia do consumo ilimitado. O ideal do supercapitalismo seria a estandardização do género humano do berço ao túmulo. Queria o supercapitalismo que todos os homens nascessem do mesmo comprimento, para que se pudessem fazer berços estandardizados; queria que as crianças desejassem os mesmos brinquedos, que todos os homens se vestissem do mesmo modo, que todos lessem o mesmo livro, que todos gostassem dos mesmos filmes, e que enfim todos desejassem a assim chamada máquina utilitária” (Discurso sobre o Estado Corporativo, 1933)

O ambiente mercantil por si só não significava a existência de capitalismo, isto de acordo com Mussolini. A complexidade não reside apenas na definição, mas também na sua origem, a própria definição que se atribui condiciona a origem. Assim sendo, o sociólogo e professor da Universidade do Minho, Fernando Bessa Ribeiro diz que o período anterior à Revolução Industrial e que perfaz a Idade Moderna corresponde a uma “...vasta rede de relações mercantis ancoradas em modos de produção não capitalistas.” (Ribeiro, 2010, p.86). Ou seja, as mudanças ocorridas

³¹ O fascista italiano, demarcava-se do liberalismo e do comunismo, afirmando que o corporativismo era a única forma de implementar o socialismo.

³² Ver <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/corporativo.html>

nos cerca de trezentos anos da Idade Moderna formaram a base para o capitalismo. Fatores tais como a descoberta dos restantes continentes (América, África e Ásia) e o recurso a uma violenta extração de recursos destes continentes, através da exploração dos povos colonizados (1); o próprio feudalismo (2) e as contribuições da reforma calvinista (3).

Michel Beaud, economista e historiador francês, descreve a instalação do capitalismo da seguinte forma:

“...processo complexo onde se imbricam a formação de burguesias (mercantis e bancárias), a afirmação das nacionalidades e a constituição de Estados modernos, o alargamento das trocas e a dominação à escala mundial, o desenvolvimento das técnicas de transporte e de produção, o estabelecimento de novos modos de produção e o aparecimento de novas mentalidades”. (Beaud, 1992, p.15

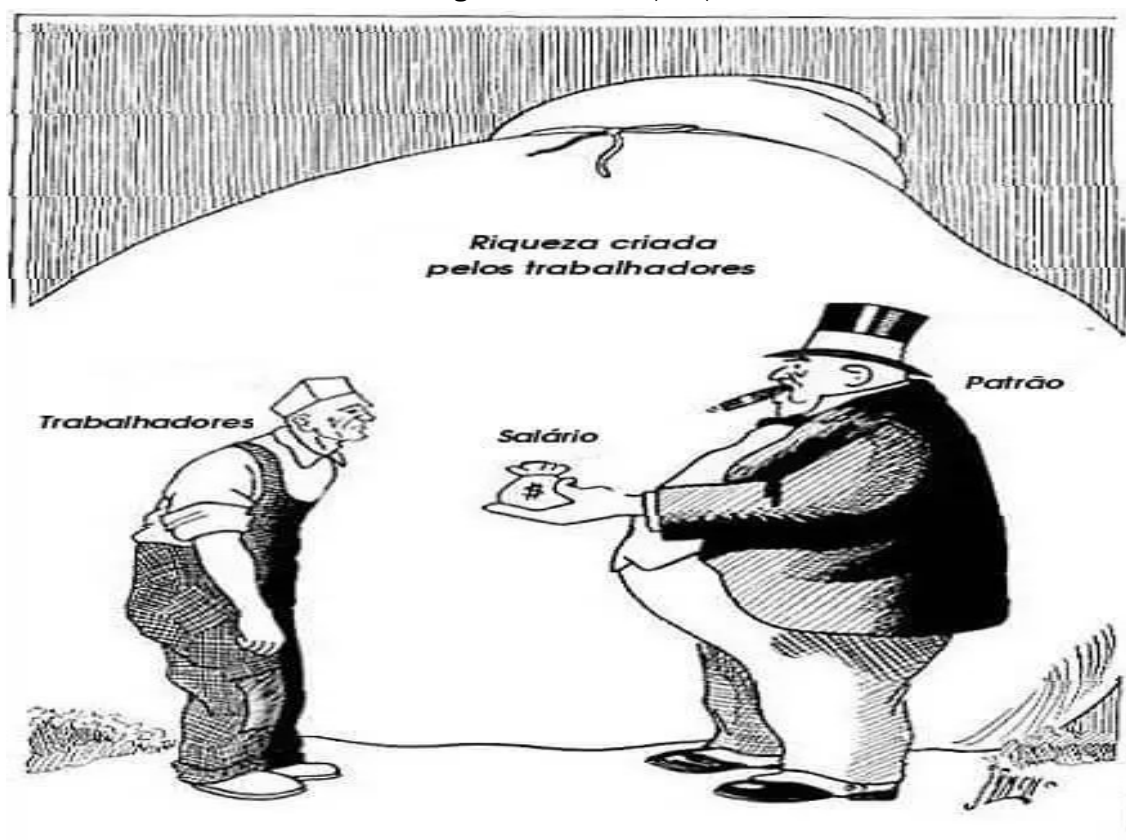
5.2. O trabalho no capitalismo

Existe uma relação indissociável entre o trabalho e o capitalismo. Desde os seus benefícios aos fatores negativos, todas as ciências sociais se debruçam sobre o estudo da sua compreensão, retratando-a como ela é (a relação) e as consequências da mesma. Estamos, então, à boa moda durkheimiana, perante um fato social. Apropriar-me-ei de um termo biológico – a simbiose. Este termo é usado quando dois ou mais organismos diferentes se associam e se tornam dependentes, sendo que todos os intervenientes beneficiam dessa mesma dependência. De uma forma geral – e sem nunca ignorar todos os possíveis malefícios da hierarquização proveniente do capitalismo; o trabalho é uma troca da qual ambos se beneficiam. O detentor do capital, através dos meios de produção e dos trabalhadores, gera riqueza. Enquanto o trabalhador, o que fornece a sua força de trabalho, garante a sua subsistência através do salário auferido pela entidade patronal. A questão entre a relação é que esta é baseada em diferentes interesses, enquanto o trabalhador move-se pela necessidade, o capitalista move-se pela ambição. Adam Smith, considerado amplamente o pai da economia moderna, no seu livro intitulado de “A Riqueza das Nações”. A relação faz-se com base na necessidade e na conveniência. A necessidade encontramos-la no trabalhador e a conveniência no patrão. O trabalhador abdica do seu tempo e dispõe da sua força de trabalho de forma a garantir o seu salário, o empregador paga, através do salário, a força de trabalho do trabalhador, pagamento esse que se traduz no mínimo possível. Este mínimo é condicionado por dois fatores: tem que ser uma quantia suficiente para não perder o trabalhador e uma quantia que permita ao capitalista gerar lucro.

“...não é, contudo, difícil prever qual das partes, em circunstâncias normais, levará sempre a melhor nesta disputa e obrigará a outra a aceitar os seus próprios termos. Os patrões levam a melhor.” [1993 (1776), Adam Smith, p.176]”

Embora ambas as partes necessitem uma da outra para atingir os objetivos pretendidos, há uma dependência infinitamente maior da parte do trabalhador. Os termos estipulados pelo patrão prevalecerão por esse mesmo motivo. Esta troca que já é desigual, revela-se ainda mais desigual através do que Marx chama de mais-valia.

Figura 3 - Mais Valia (Marx)



Fonte: Politize.com.br

A imagem acima procura retratar o significado do conceito “mais-valia”. Conseguimos ver que o plano de fundo da imagem é um saco, saco esse que representa a riqueza gerada pelos trabalhadores. Contudo, o salário que estes auferem é múltiplas vezes inferior à riqueza que gerem. O excedente que não retorna ao trabalhador Marx chama de mais-valia.

Marx divide a mais-valia em duas vertentes: absoluta e relativa. Na mais-valia absoluta, retomemos a imagem como exemplo. O trabalhador realiza a sua jornada de trabalho para igualar

as condições da sua subsistência (o seu salário), os restantes dias que ele trabalha serão o excedente que não será remunerado proporcionalmente por parte do patrão. Na mais-valia relativa já não podemos utilizar a imagem como exemplo. A forma do aumento do excedente, do lucro, faz-se com a melhorar dos processos de trabalho, com o aumento da tecnologia. Neste contexto, o trabalhador produzirá mais em menos tempo e o excedente do seu trabalho aumenta, logo a mais-valia aumenta também.

“A produção de mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.” (Marx, O Capital, Livro 1, Vol.2, p.586)

Através de Amin (1975), percebemos que a elevada mais valia registada no século XIX, fez com que começassem a surgir problemas em relação à produção. Ou seja, o que se produzia não se vendia ao ritmo que se pretendia – problema de escoamento. Uma das soluções para resolver o problema é aumentar os salários dos trabalhadores para que houvesse uma maior capacidade de compra, não fora a solução encontrada pelos patrões. Se a nível interno não se resolvia a situação, optaram por vender os produtos em outros países – escoamento externo.

O capitalismo traz consigo a possibilidade de prosperidade. Se isto ainda é válido atualmente, mais válido seria nos seus primórdios. Através do que o Adam Smith se refere como *laissez faire*, a verdade é que a prosperidade chega a muito poucos. A ambição do *self-made man* tornou-se uma realidade. Porém, em termos lógicos, um sistema que se guia através da força de trabalho de muitos para a riqueza de poucos, a balança nunca estará equilibrada – numa pirâmide a base é sempre maior. A riqueza era desprezada por Marx devido, essencialmente, há “exploração do Homem pelo Homem”, Sismondi não a rejeita. Ele a vê como positivo, desde que haja controlo da distribuição de riqueza (apud Russ, 1991)

5.3. A transição da economia industrial para a economia de plataforma

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) promovem mudanças estruturais no mundo do trabalho. Através delas, promove-se atividades que têm por base os serviços e informações, contrastando com o modo de exploração dos recursos que predomina deste a Revolução

Industrial. Assistimos, portanto, a uma desmaterialização da produção e à imaterialização do consumo.³³

No contexto do impacto ambiental, o progresso tecnológico é visto com bons olhos e não poucas vezes, associa-se as sociedades mais tecnológicas como sendo as mais desenvolvidas. De forma a compreendermos o papel da tecnologia na organização de produção, usar-se-á o contributo dado pelo professor de direito Yochai Benkler³⁴, em que este organiza a tecnologia em quatro diferentes perspetivas: (i) sendo um elemento externo ao âmbito económico, político e social e, simultaneamente, faz parte de um processo que se autorregula, com dinâmicas próprias e que condicionam a própria produção; (ii) trata-se de um simples elemento do processo produtivo que não tem grande impacto da produção e distribuição; (iii) um elemento diferenciador que ao mesmo tempo que é capaz de promover disputas económicas, políticas e sociais, também é influenciada por essas mesmas três dimensões; (iv) apenas mais um fator de uma economia política multidimensional que engloba as próprias instituições e respetivas ideologias.

No primeiro caso, pretende-se isolar o uso da tecnologia e da ciência progressista das dimensões políticas, sociais e económicas. Esta situação apenas é possível dentro de uma política e momento histórico focado na inovação. Lewis Mumford explica esta noção através da comparação com o ambiente de fábrica, dominado por energias tais como o carvão ou eletricidade³⁵. Em contexto fabril, nomeadamente com o uso do carvão, havia a necessidade de a produção ser central e concentrada. De forma a maximizar a eficiência, não havia a possibilidade da dispersão geográfica porque quanto mais longe estivessem situadas as máquinas do gerador central, mais energia se perdia – o que o autor chama de “período paleotécnico”. A transição ocorre quando o carvão é substituído pela eletricidade como principal energia no uso industrial – “período neotécnico”; neste caso, já se tornava possível descentralizar as fábricas, não havendo a necessidade de estas estarem próximas, geograficamente, do centro que distribuía a energia. A eletricidade fomentou o início às tecnologias de comunicação, o que deu origem à possibilidade de exercer controlo sobre áreas grandes e dispersas do local onde decorria a produção (fábrica). A mudança estratégica impulsionada pela inovação levada a cabo pelo progresso tecnológico traz consigo mais oportunidades de consumo, tanto no contexto de quantidade como de qualidade. Com o progresso tecnológico dá-se o progresso técnico, necessita-se de uma maior divisão e especialização do trabalho,

³³ Ver Tapscott, D., & Ticoll, D. (2003). *The naked corporation: How the age of transparency will revolutionize business*. Simon and Schuster; e Fung, A., Graham, M., & Weil, D. (2007). *Full disclosure: The perils and promise of transparency*. Cambridge University Press.

³⁴ Benkler, Yochai. *Network pragmatism: Towards an open social economy*, 2017. (p.1-5)

³⁵ Mumford, L. *Technics and civilization*, 1934 (p.221-225)

o que também origina novos problemas socioeconómicos que antes não estariam presentes. É neste contexto que se pode assumir que a tecnologia desempenha um papel externo às condições económicas, políticas ou sociais, mas que o progresso da tecnologia acabará por obrigar a adaptações devido a uma nova realidade implementada por essa mesma tecnologia. O sinónimo de progresso e tecnologia dá-se, deste modo, pelo papel ativo³⁶ da tecnologia, contrastando com o papel passivo e reativo das restantes dimensões.

Na segunda perspetiva, autores como Lawrence Mishel ou John Schmitt, não atribuem à tecnologia um papel assim relevante no contexto do aumento da desigualdade e redução salarial, em específico nos Estados Unidos. Defendem que um olhar demasiado crítico às novas tecnologias como acentuadoras de desigualdades impede-nos de verificar as causas reais que estão na base do problema das desigualdades.³⁷ Os autores sustentam que as decisões políticas referentes à economia é que alteraram o mercado atual. Fatores como a desregulação de setores ou a redução de impostos para os ricos, entre muitas outras condicionantes políticas, foram decisivas para o contexto de mercado atual. A tecnologia, se analisada de forma isolada, não tem um impacto significativo no mercado. Ela apenas acaba por condicionar o mercado e alterar, muitas vezes agravando, as desigualdades salariais se vier acompanhada com determinadas políticas públicas levadas a cabo pelos governos. Admite-se, portanto, que a tecnologia interfere no trabalho desempenhado pelos trabalhadores, a necessidade de uma instrução cada vez mais técnica e especializada para desempenhar determinadas funções, assim como o aparecimento de robots que substituem os indivíduos, contudo, este impacto não é, por si só, caracterizador de desigualdade económica. Os incentivos, estímulos criados pelos governos, aliado ao enfraquecimento dos movimentos sindicalistas, é que acabam por ser as raízes dos problemas económico-sociais emergentes. Assim sendo, a tecnologia acaba por desempenhar um papel secundário, quando comparado com as políticas públicas.

No terceiro caso, a tecnologia é encarada como um fator que tanto pode ser ativo como passivo englobados nas restantes dimensões. Karl Polanyi foca o seu estudo nas “transformações” do trabalho através da Revolução Industrial. Na sociedade pré-revolução, assistimos, ainda, a uma “submissão” do mercado às relações sociais.³⁸ A terra era adquirida com base na herança familiar, os usos dos recursos existentes estavam dependentes da lei estabelecida e também pelos costumes. E na questão do consumo dos bens, esta estava alicerçada à posição social dos indivíduos

³⁶ No contexto de “inovador”.

³⁷ Mishel, L.; Schmitt, J. Wage inequality: A story of policy choices. 2016, p.1

³⁸ Polanyi, Karl. (2000) A Grande Transformação. (2000), Tradução de Fanny Wrabel, 2ª Edição – Rio de Janeiro: Compus (pp.35-44)

na sociedade e à atividade que desempenhavam relativamente à produção, ou seja, havia normas de distribuição com base nos critérios mencionados e estes também estavam sujeitos às obrigações, desde aos seus impostos e às contribuições sociais às guildas³⁹. Esta organização estava formulada com base nas relações sociais, o mercado desempenhava uma função secundária, pelo que ainda não estava implementada uma economia de mercado. Registava-se, antes, uma primazia do político-social comparativamente à economia. A Revolução Industrial veio alterar a ordem. A criação de um mercado que se autorregula fez com que a política se tivesse que subordinar à economia e, na ótica de Polanyi, não dá para desassociar o papel que a tecnologia cumpriu para que essa mudança se concretizasse.

“Mas como pode essa mesma Revolução ser definida? Qual foi a sua característica básica? Será que foi o aparecimento de cidades fabris, a emergência de favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional, ou a concentração das indústrias? Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentais em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, e que a natureza dessa mesma instituição não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial. Não pretendemos afirmar que foi a máquina que causou esta mudança, mas insistimos que quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a ideia de um mercado autorregulável” (p. 59)

A nova complexidade do tecido produtivo, impulsionado pela tecnologia, pressupõe a garantia dos fatores de produção, do trabalho, da terra e da moeda. Só através da aquisição destes, aliado a uma menor regulamentação estatal, é que se torna possível que a sociedade se transforme numa sociedade de mercado. A possibilidade de compra e venda tem que estar presente em todas as esferas de sociedade, em último caso, como o autor refere, dando origem a “mercadorias fictícias”. Nesta ótica, não existe um progresso tecnológico natural, existe sim, uma capacidade estatal em lidar com essas alterações provenientes da tecnologia, no sentido de acelerar ou abrandar o processo. Admite-se, então, uma dialética do elemento tecnológico com as restantes

³⁹ Distribuição sujeita às necessidades de subsistência.

dimensões e a supremacia de mercado apenas se revela se o cenário político se aliar à ideologia do progresso tecnológico e da autorregulação do mercado.

O quarto e último ponto de vista, consiste na interpretação da tecnologia como mais um instrumento no meio de uma máquina política multidimensional que abrange diversos fatores que acabarão por alterar não só a produção, mas também a própria distribuição dos bens.⁴⁰ Neste prisma, existe uma associação entre as instituições e a ideologia dominante, por um lado, a política, o próprio direito, a mentalidade organizacional e as normas sociais estão aliadas a uma ideologia centrada no modelo de mercado e das relações que advêm deste. Portanto, no próprio sistema, já está incutida e legitimada a desigualdade como necessidade para o próprio funcionamento do mercado. Estas condições, quando aliadas, caminhando na mesma direção, fundam a sociedade tal como a conhecemos hoje. Elementos do direito, capaz de regular atividade econômica e estabelecer fronteiras entre o governo e as práticas empresariais⁴¹, serve de mediador do mercado.

A nível de instituições, Benkler ressalva que as decisões dos agentes económicos nem sempre são com base na eficiência, visto que existe uma discrepância entre o preço de ativos e o seu valor real, entrando em cena os especuladores. No contexto de prática organizacional, pode diferir de empresa para empresa. O destino final é o lucro e a produtividade, mas o caminho até lá chegar pode ser percorrido de diferentes formas, quer a nível de salários dos trabalhadores quer nas práticas do quotidiano da própria organização. Nas práticas a adotar reconhece-se a necessidade de cumprimento para com os trabalhadores e de proporcionar-lhes o bem-estar necessário para que isso possa interferir no aumento da produtividade. É, também, nas condições de trabalho que deve haver um diálogo constante entre a política e as organizações para que haja legislação estabelecida, ou seja, cânones que delimitem a autoridade dos agentes económicos. O *modus operandi* aqui evidenciado torna-se possível devido à ideologia. A ideologia representa um lugar primordial, sendo através dela e em nome desta, que se faz e leva a cabo o modo de funcionamento de determinada sociedade. Fica apenas a faltar o tema da tecnologia para que a análise multidimensional de Benkler fique completa. A tecnologia será determinante no conteúdo de todas as dimensões que referimos até então porque as condiciona. Mas, simultaneamente, existe uma reciprocidade inevitável, visto que a inovação tecnológica resulta de uma ideologia que entra em prática nas instituições, mas a própria tecnologia representa um papel ativo nas mudanças das

⁴⁰ Benkler, Y. A political economy of oligarchy: Winner-takes-all ideology, superstar norms, and the rise of the 1%. 20217, p.1-5

⁴¹ Exemplo disso é a existência de um salário mínimo fixado a nível nacional.

duas dimensões (ideologia e instituições). A tecnologia está presente quer na causa da sua inovação quer no efeito.⁴²

5.4. O trabalho na economia de plataforma

Com a economia de plataforma consolidada, esta origina novas modalidades de trabalho que, alicerçadas na tecnologia, impactam as organizações, o seu funcionamento, a dinâmica de trabalho, implementam novas relações de trabalho com características inovadoras. Questões práticas como os tipos de trabalhos realizados nas plataformas, as condições laborais dos trabalhadores, a proteção a nível legislativo, não obstante estes fatores serem tidos em conta no contexto dos novos processos inerentes ao trabalho, também são de extrema relevância demonstrar os impactos que terão na vida dos trabalhadores.

O papel da ciência consiste em encontrar relações causais entre os fenómenos e formular leis explicativas para os fenómenos. É, também, uma forma de conhecimento mais fidedigna do que o chamado “bom senso”. Contudo, o caso das ciências sociais interfere o “laboratório” do cientista é a sociedade e todas as suas dinâmicas. Ao contrário dos cientistas naturais, que conseguem controlar o ambiente onde operam de uma forma bem mais específica e, conseqüentemente, atribuir leis e previsões, no mundo dos humanos não se pode interpretar apenas de um ponto de vista quantitativo os fenómenos sociais, dado as ambições dos indivíduos, as falhas organizacionais, ou seja, a imprevisibilidade humana (Pasquale, 2016, p.4)

As novas tecnologias desempenham um papel crucial e é através delas que se dá a potencialização e uma aceitação, considerada natural, no trabalho de plataforma. A tecnologia e o fácil acesso a ela, não só torna possível laborar em qualquer lugar em qualquer hora, como está presente 24/7. Como se de o apogeu da flexibilidade se tratasse. Neste contexto, podemos registar uma intensidade crescente no trabalho no quotidiano das pessoas. Na comunicação entre empregadores, clientes e trabalhadores, torna-se expectável que haja uma resposta cada vez mais rápida porque a internet está presente e ao alcance de qualquer um, viabilizando as conexões a um nível que impossibilita a hipótese de se alegar o contrário. De se dizer que não se teve acesso ou que não se pôde estar *online* àquele momento⁴³.

⁴² Id. Ibid., p.7-8

⁴³ Frayssé, O.; O'neil, M. Hacked in the USA: Prosumption and digital labour. The US matrix. New York: Palgrave and Macmillan, 2015, p. 3-4.

A digitalização das relações de trabalho é apelidada de Indústria 4.0 (Schwab, 2019, p.18). Na teoria, formula-se novas e melhores condições de trabalho com o acesso à tecnologia. Contudo, na prática, a nova forma de organização tem como consequências o desemprego e precarização (Antunes; Alves, 2004, p.337). Diversos nomes têm sido atribuídos como forma de entender a nova morfologia do trabalho, *sharing economy* (Zanatta, 2017, p.79), *gig economy* (Stefano, 2016, p.10) ou até *crowdsourcing/crowdworking* (Europarl, 2016). A dificuldade de desenvolver uma teoria para descrever as novas formas de trabalho prende-se no facto de não se caracterizarem como uma fórmula de produção que conhecíamos até agora, estando sujeitas a avanços tecnológicos permanentes a uma velocidade demasiado rápida para que seja feita uma formulação teórica do fenómeno em causa. Assim sendo, para teorizar usa-se as principais características que estão sempre presentes nos novos modelos. Em termos de *crowdwork* entenda-se:

“Em apertada síntese, crowdwork ou trabalho colaborativo é o modelo pelo qual certo tipo de trabalho, de maior complexidade ou não, é repassado para um grupo determinado de trabalhadores via internet ou outra forma de compartilhamento de dados, que podem estar dispersos em qualquer localidade conectada do globo. A título de exemplo, tem-se como crowdwork um grupo de moderadores que avaliam a adequação de conteúdos em determinados anúncios a sítios virtuais ou certo grupo de pessoas que é remunerado para responder a questionários online.” (Loureiro, U; Fonseca, 2020, p.182)

As características do *crowdwork* podem ser: a ausência de treino, tarefas muito específicas (microtarefas), trabalhar *online*, ausência de legislação laboral, remuneração com base nas tarefas efetuadas. Os incentivos que são dados têm a ver com a extrema flexibilidade de horários e a transformação do trabalhador em “microempresário”. (Cherry, 2016, p.599)

De acordo com Ursula Huws, as novas tecnologias permitem que se possa ter um acesso instantâneo a trabalhadores de todo o mundo, através das plataformas digitais. Para esse efeito, os trabalhadores apresentam-se a si, ao seu historial académico, profissional, habilidades adquiridas, portanto, um currículo online, na tentativa de se autopromoverem⁴⁴. Posteriormente, esses perfis serão analisados por recrutadores. As funções, quando desempenhadas apenas *online*, são monitorizadas de forma contínua⁴⁵, estando, assim, os trabalhadores sujeitos a uma supervisão

⁴⁴ Exemplo disso é o LinkedIn.

⁴⁵ Como se de um panótico de Bentham se tratasse, mas, desta vez, tecnológico e não físico.

constante e avaliações de desempenho instantâneas. (Ursula, 2016, p.8) O trabalho é conectado com base em três dimensões: (i) a divisão em pequenas unidades padronizadas; a conectividade *online* e o registo permanente. A nova formulação de plataformas digitais agrega os mais variados setores. Podendo ser público ou privado, atividades técnicas ou intelectuais, não conhecendo qualificação (pode ser exercido por pessoas sem qualificações até outras com qualificações elevadas) e o próprio contrato de trabalho é o mais flexível possível – termo incerto, termo certo ou contratos intermitentes (sazonais), o que contribui para que o trabalhador se torne cada vez mais descartável. (Ursula, H. Logged labour, 2016, p.6)

Em termos de condições de trabalho, Jeremias Prassl refere a importância do algoritmo para o controlo dos trabalhadores. Nomeadamente no registo na plataforma, as informações e documentos serão analisados e só depois é que é aprovado como trabalhador. No exercício das suas funções, as atividades, assim como o seu pagamento, estão na respetiva conta de utilizador. Durante a atividade, o trabalhador está sujeito a um controlo constante que não só controla o seu trabalho como o coloca em formato de ranking, de forma a avaliar o seu desempenho (Prassl, J. Humans as a service, 2018, p.56). Um dos problemas da avaliação é os trabalhadores não terem conhecimento de como funciona o algoritmo e as próprias regras (p.55).

Outro aspeto relevante é a própria entrada nas empresas. O registo nas plataformas só acontece se o trabalhador concordar com as diretrizes e com as (específicas) regras de “prestação de serviços”, o que tem duas consequências principais: retira garantias aos trabalhadores e retira também responsabilidade à empresa.⁴⁶ Em suma, o trabalhador tem que aceitar as condições impostas ou, caso o contrário, fica excluído – contrato de adesão.⁴⁷ (Aloisi, 2016, p.670-671).

A ascensão de aplicações, a criação de redes dispersas e a descentralização são fatores que potenciam a terceirização através do *crowdfunding*. Não só permite a fácil e rápida troca de informações e comunicação como é acessível a uma mão de obra extensa, podendo auferir de rendimentos reduzidos e os trabalhadores acabam por ser pagos aquando da execução das atividades que façam. A modalidade de prestação de serviços baseada em microtarefas que, muitas vezes, não necessitam de qualificação mínima, associada à dependência económica dos trabalhadores e à fraca legislação existente, torna estes trabalhadores vulneráveis a salários que podem nem chegar ao salário mínimo mensal.

⁴⁶ Efeito perverso do título denominado e encorajador de “microempresário”.

⁴⁷ Contrato no qual os direitos e deveres são apenas decididos pelo proponente.

No capitalismo de plataforma, a precariedade do trabalho revela-se em quatro fatores: (i) remuneração baixa; (ii) a instabilidade, devido à incerteza da continuidade do trabalho e o risco constante de perder o emprego; (iii) a impossibilidade de manifestações e reivindicações, dada a pouca consideração das condições de trabalho; (iv) a fraca legislação, que resulta de uma proteção ao trabalhador muito reduzida. (Rodgers, G. Precious work in Western Europe, 1989, p.3).

O algoritmo desempenha um papel fulcral no trabalho de plataforma. A invisibilidade do algoritmo permite que este não seja questionado pelas massas, ou por desconhecimento da sua existência, ou, apesar do reconhecimento da sua existência, por desconhecem a sua capacidade de intervir no quotidiano dos indivíduos.⁴⁸ Os algoritmos foram criados como uma ferramenta para a resolução de problemas. A sua evolução, fez dos algoritmos capazes de alterar o funcionamento de outros sistemas e até a percepção das pessoas. (Mazzotti, 2017, p.33). O consumo digital não é neutro. É, antes, influenciado pelos dados de cada indivíduo que, ao querer fazer parte do mundo digital, tem que conceder dados pessoais para ter acesso a esse mesmo mundo. Consoante os dados de cada um, o consumo será influenciado pelo que nos “aparece no ecrã”. O conteúdo do consumo resulta da análise do algoritmo referente aos nossos dados e é uma análise interminável. Atualiza-se constantemente com o consumo digital, desde ao que se pesquisa, ao que se “gosta”, aos amigos que se tem e às conversas que se trocam, de uma forma geral, ao consumo num todo – tudo é rastreável. O consumidor final não se questiona, assumindo como uma “coisa natural”, contudo, é errado acreditar que o algoritmo, simplesmente, faz coisas. É importante entender que este não é independente e que resulta de várias técnicas levadas a cabo por especialistas que o programam. (Mazzotti, M. Algorithmic life, 2017, p.35).

Para este efeito, teremos como referência a seguinte tabela do trabalho de Frank Pasquale, onde podemos ver as duas narrativas (com os aspetos a favor e os problemas que podem emergir) deste novo modo de laborar.

⁴⁸ A eleição presidencial dos EUA em 2016 (ganhas por Donald Trump) esteve envolvida num escândalo cibernético conduzido por uma empresa de análise de dados chamada Cambridge Analytica (extinta em 2018). A polémica ganhou novos contornos com a série da Netflix “*The Great Hack*” (2019). A série consiste da demonstração dos impactos da divulgação dos dados pessoais em serviços *online* e como é que isso pode ser usado como arma de arremesso contra nós.

Tabela 2 - Narratives of Platform Capitalism

| Conventional Narrative | Counternarrative |
|---|---|
| Platforms promote fairer labor markets by enabling lower-cost entry into these markets by service providers. | Platforms entrench existing inequalities and promote precarity by reducing the bargaining power of workers and the stability of employment. |
| Platforms reduce the impact of discrimination by increasing the number of service providers in transportation, housing, and other markets. | Platforms increase discrimination by identifying customers with picture based profiles which reveal their race or racially-identified names. Ranking and rating systems can also reinforce bias. |
| Regulators of platforms are likely to reflect the biases and interests of incumbent providers (like taxis and hotels) thanks to incumbents' political ties. | Large platforms now command so many resources that their own lobbying efforts can easily swamp those of fragmented and uncoordinated incumbents. |
| Large digital platforms have gained massive market share because of the quality of their service. | Large digital platforms have gained massive market share because of luck, first-mover advantage, network effects, lobbying, strategic lawlessness, and the unusually low cost of investment capital due to quantitative easing. |
| Platforms promote economic growth by drawing the un- and under-employed into the labor market. | Platforms undermine growth by reducing wages as workers scramble for gigs by offering to complete them for lower wages than their competitors. |
| Platforms promote flexibility by breaking down jobs into tasks, enabling workers to piece together work at their own pace. | Low-pay gigs and piecework force workers to be "ready for duty" constantly lest they miss an opportunity to work. |
| Using data-driven profiles of users, platforms can preemptively channel them to the workers they are most compatible with. | Users may experience loss of agency when serendipitous or unpredictable options are effectively hidden or obscured. |

Fonte: 35 Yale L. & Pol'y Rev. 309 (2016-2017)

5.5. O caso Uber

A Uber Technologies é uma empresa multinacional americana fundada em 2009 que opera na área dos transportes privados urbanos. Apesar da sua sede ser em São Francisco, a empresa pode atuar em qualquer lugar do planeta, sendo que para sua utilização apenas necessita de um *smartphone* com ligação à internet (Baboin, 2017, p.332). A empresa fornece a tecnologia para que os consumidores entrem em contacto com os motoristas, através de uma aplicação. Nesta medida, não se consideram como uma empresa de transporte, mas sim de tecnologia. Atualmente, a empresa opera em mais de sessenta países e conta com mais de cinco milhões de motoristas.⁴⁹

A Uber surge num momento fundamental de expansão do aumento de aplicações digitais, que acabou por ser uma consequência da expansão dos *smartphones*⁵⁰. Também se assistia a um grande crescimento do *Facebook*, ou seja, a fundação da Uber ocorre no momento de enormes mudanças de consumo. O conceito da Uber, embora continue a ser o mesmo até aos dias de hoje, ampliou a sua gama de serviços, criando diferentes segmentos ao longo do tempo. O segmento UberPool tem o mesmo funcionamento, com a diferença de poder transportar mais do que um cliente na mesma viagem. Esta alteração resultava de uma diminuição do custo de viagem para o cliente. Mais tarde, em 2014, nasce a UberEats. Neste caso, em vez de se transportar pessoas, transporta-se comida – *food delivery*.

Em Portugal, a Uber instalou-se em 2014⁵¹. A sua chegada veio causar grande transtorno aos taxistas, que se manifestaram várias vezes⁵². Ao mesmo tempo que os taxistas demonstravam o seu descontentamento e apelando que o Governo não legalizasse estas plataformas, ocorria o efeito perverso de estes estarem a expor a Uber (e também a Cabify, empresa concorrente) a uma publicidade gratuita. O que acabou por resultar em muitos mais *downloads* que o normal. Ainda no presente ano, decorrem manifestações em Bruxelas, a nível europeu, referentes ao caso “*Uber Files*”.

“A investigação “Uber Files” envolveu 40 meios de comunicação em 29 países (Portugal não está nesta lista de media partners, embora o caso português tenha sido abordado), e analisou mais de 124 mil documentos. Concluiu que, entre 2013 e

⁴⁹ Dados retirados do site: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>

⁵⁰ Por exemplo, o primeiro iPhone sai em 2007.

⁵¹ <https://www.uber.com/pt/blog/celebramos-7-anos-da-uber-em-portugal/>

⁵² <https://pplware.sapo.pt/smartphones-tablets/ios/manifestacao-taxistas-uber-app-store/>

2017, o então CEO da plataforma de transporte, Travis Kalanick, deu aval a uma estratégia (inclusive em Portugal) que explorava a violência contra motoristas da Uber para promover a imagem da empresa contra os taxistas e os governos que criavam problemas ao seu negócio” (TSF, 08 de setembro, 2022)⁵³

A aplicação tem na sua plataforma duas interfaces distintas. Uma dedicada unicamente para aquele que pretende requisitar o serviço (cliente) e outra para o motorista que vai fornecer o serviço, funcionando, assim, a Uber Technologies, como intermediária. No primeiro caso, a utilização é simples, sendo apenas necessária a instalação da aplicação e terá que fornecer alguns dados pessoais (informações do cartão de crédito, inclusive). Criada a conta, para fazer uso dos serviços disponibilizados, tem que colocar três coisas: a forma de pagamento que pretende, o local de embarque e o de saída. No caso dos motoristas o sistema é mais complexo. Para se tornar um motorista da Uber é preciso preencher alguns pré-requisitos⁵⁴. A partir do momento em que se é trabalhador da empresa, este estará a ser monitorizado de forma contínua através do sistema de geolocalização (gps, por exemplo), de forma que a tecnologia consiga fazer o paralelo entre quem requisita o serviço e quem o fornece. Isto é, se um cliente requisita o transporte, a Uber emite um aviso para os motoristas que se encontrem perto do local onde foi requisitado o serviço, portanto, a geolocalização tem que estar ativa nas duas partes.

Como se pode ler no seguinte depoimento:

“No modelo Uber, o passageiro tem acesso de antemão ao nome e à foto do motorista, sabe o modelo e a placa do carro que o transportará, e pode visualizar as avaliações do condutor realizadas pelos passageiros anteriores, que são disponibilizadas no aplicativo. Tem conhecimento também da rota que será seguida, além de estimativas do preço do serviço, do tempo de espera para a chegada do veículo e da duração da viagem” (Sarmiento, apud Baboin ,2017, p.333.)

Para além do controlo de localização, os motoristas também estão sujeitos a outros tipos de controlo por parte da empresa. Por exemplo, caso o motorista ignore ou recuse as notificações de serviço lançadas pela Uber, recebe suspensões que vão evoluindo gradualmente, em última instância, podendo ser desconectados. Também através das notas dos clientes, os trabalhadores

⁵³ <https://www.tsf.pt/mundo/uber-files-taxistas-europeus-manifestam-se-esta-quinta-feira-em-bruxelas-15147017.html>

⁵⁴ É possível ver os pré-requisitos necessários no site: <https://www.vendus.pt/blog/trabalhar-uber/>

estão sujeitos a monitorização. Ao fim da prestação de serviço, de o cliente chegar ao local de saída, este pode classificar a prestação do motorista com base em critérios relacionados com o indivíduo mas também com o carro⁵⁵. Caso não atinjam uma nota mínima de acordo com os parâmetros da Uber (ou do seu algoritmo), podem ser desconectados.

Relativamente aos preços, o valor é estabelecido através de um *modus operandi* idêntico a um táxi – através da distância e do tempo gastos. No caso da Uber, os valores definidos pela empresa resultam de critérios que se estabelecem de forma unilateral, a partir do seu algoritmo. A forma de cálculo presente no algoritmo e que acaba por fixar os preços finais das viagens, resulta de uma metodologia desconhecida do grande público, visto que a Uber não nos fornece essas informações.

Para que o modelo de negócio da Uber prospere, necessita de dois intervenientes: capital humano e o processamento de dados (Baboin, 2017, p.334). Neste âmbito e quando comparada aos táxis, a sua vantagem competitiva⁵⁶ é o aparato virtual rápido, eficaz e acessível ao consumidor que, para entrar em prática, necessita do trabalho humano, neste caso, o de transporte que, até agora, a tecnologia ainda não conseguiu substituir. A vantagem do algoritmo é que os seus recursos não são afetados pela quantidade de pessoas que esteja a requisitar os seus serviços. Os únicos fatores que podem abrandar o ritmo são os humanos, no caso dos consumidores e dos motoristas possíveis. Caso o capital humano continue a aumentar, por muito que aumente, continuará a ser possível o uso, em simultâneo, dos benefícios da aplicação. “*O código da Uber é um bem imaterial, gerado por trabalho humano, que possibilita à empresa executar indefinidamente a sua atividade comercial*” (Baboin, 2017, p.335).

A relação contratual unilateral da Uber com os seus trabalhadores verifica-se no momento de aceitar a viagem. A aplicação avisa o motorista que alguém está a requerer o serviço e este só fica a conhecer o destino e o dinheiro que irá receber depois de aceitar a viagem. Caso o motorista decline a viagem, fica sem saber qual seria o trajeto e os seus ganhos. (Rosenblat & Calo, 2017). Os motoristas estão subjugados aos preços afixados pela plataforma, resultando de um controlo total das tarifas a serem aplicadas por viagens, contrastando com a retórica propagada pela empresa ao referir o aspeto de empreendedorismo dos seus colaboradores. Esta total dependência faz com que se as tarifas aplicadas pelo gerenciamento automático forem baixas, cria a necessi-

⁵⁵ Motorista mal-educado, carro sujo, fraca condução. São apenas alguns exemplos de apreciações que podem ser dadas pelos consumidores.

⁵⁶ O que o economista austríaco Schumpeter define como “destruição criativa”.

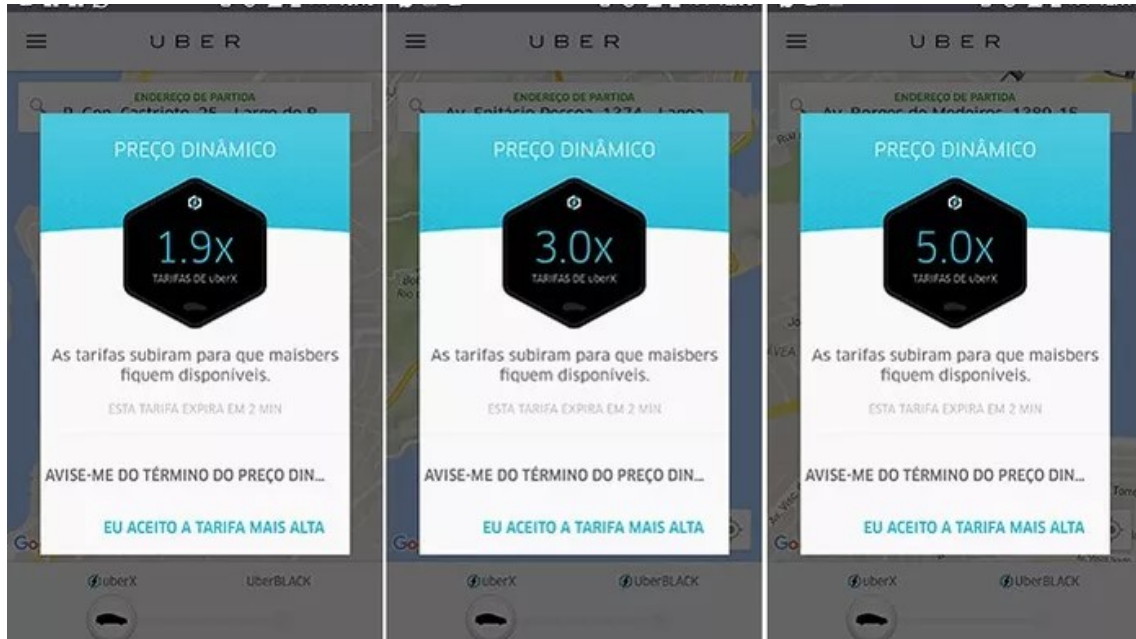
dade de os trabalhadores laborarem mais horas para satisfazerem as suas necessidades financeiras. A própria apresentação da Uber de apenas fornecer o *software* necessário para ligar os passageiros aos motoristas iliba a empresa das consequências que podem advir.

Uma das diferenças da Uber em relação aos táxis é o seu algoritmo para que seja estabelecido o valor final a ser pago pelo cliente, utilizam a chamada tarifa dinâmica. Na página da Uber é possível ler-se:

“Quando a tarifa dinâmica estiver a ser aplicada, será apresentado no seu cartão de oferta um multiplicador para as taxas normais, um montante de tarifa dinâmica. Isto irá variar consoante a sua cidade. A percentagem da taxa de serviço da Uber não sofre alterações com a aplicação da tarifa dinâmica. Como as taxas são atualizadas em tempo real com base na procura, a tarifa dinâmica pode alterar-se rapidamente. A tarifa dinâmica também é específica para diferentes áreas da mesma cidade, portanto, pode ser aplicada à mesma hora em algumas zonas e em outras não.”
(<https://www.uber.com/pt/pt-pt/drive/driver-app/how-surge-works/>)

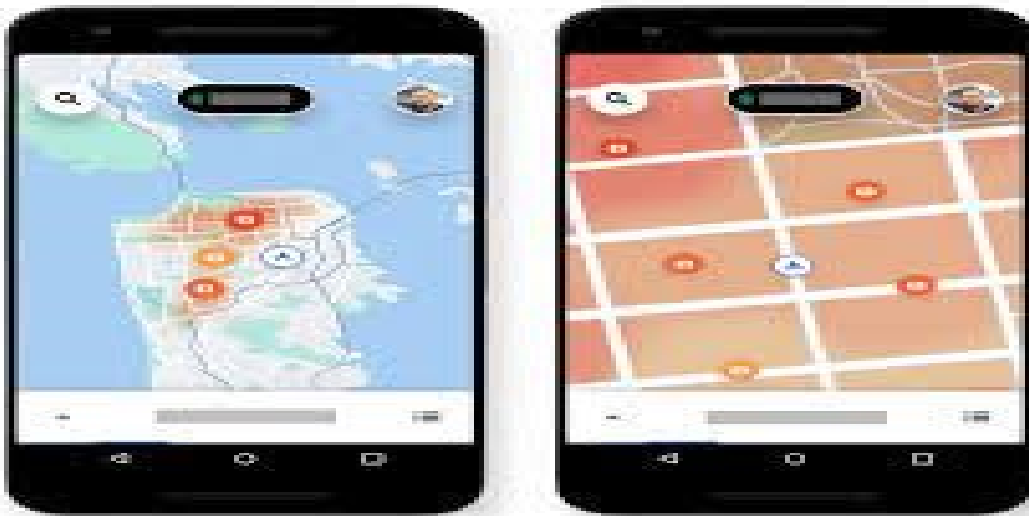
Este mecanismo ocorre devido ao número elevado de pessoas a requisitar os serviços comparativamente aos motoristas existentes. Fatores exteriores tais como “hora de ponta” ou “más condições atmosféricas”, podem resultar numa procura elevada a determinada hora em determinado local. Caso isso se verifique, o preço da tarifa aumenta de forma que quem estiver disposto a pagar mais, tem a sua viagem assegurada. A outra opção pode ser esperar que a afluência seja mais baixa e a tarifa baixar. A mesma aplicação funciona de formas diferentes consoante o utilizador. Caso se trate de um cliente, este no momento que pretende requisitar o serviço é informado caso esteja prestes a pagar uma tarifa dinâmica, ficando ao critério dele se pretende continuar ou aguardar. No caso do motorista, tem acesso ao mapa da zona que está a laborar e consoante as cores (tons de laranja-claro até ao vermelho-escuro), altera o valor ganho por ele, em caso de viagem fornecida. Como se pode ver nas seguintes imagens:

Figura 4 - Tarifa Dinâmica (Uber)



Fonte: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2015/12/uber-como-funciona-o-preco-dinamico.ghml>

Figura 5 - Tarifa Dinâmica 2 (Uber)



Fonte: <https://www.uber.com/pt/pt-pt/drive/driver-app/how-surge-works/>

Através do uso da tarifa dinâmica, a Uber, com o seu automatizado algoritmo, fornece as indicações aos motoristas de onde a procura é mais elevada e/ou menor, em tempo real. Ou seja, consegue dirigir e reunir os esforços dos trabalhadores para as áreas de maior afluência do mercado, suscitando uma maior probabilidade de obter um rendimento superior, caso isso não aconteça, provoca insatisfação e dúvida do pouco transparente sistema. (Rosenblat, Alex & Stark, Luke, p. 3766). Tal sucede, devido ao sistema ter em conta a geolocalização do cliente e não do trabalhador.

Para além da aplicação fornecer “as zonas quentes” que permitem aos trabalhadores obter melhores remunerações, estas vêm acompanhadas de mensagens motivacionais. Por exemplo, em casos de o motorista estar a querer desconectar-se da plataforma ou no caso da possibilidade de haver maior procura nas próximas horas num determinado local – neste sentido, o caráter é preditivo e não em tempo real, aumentando a imprevisibilidade dos ganhos dos trabalhadores, o que não impede a Uber de os conseguir mover para as áreas pretendidas.

“Are you sure you want to go offline? Demand is very high in your area. Make more money, don't stop now!” (Rosenblat, Alex & Stark, Luke, p.3769)

Este é um exemplo de mensagem na altura em que o trabalhador se tenta desconectar. Um outro exemplo pode ser

“Get ready for a big weekend in New Orleans! There are lots of events in New Orleans this weekend where we expect Uber demand to be high! Details about the biggest events below.” (Rosenblat, Alex & Stark, Luke, p.3770).

O problema destas mensagens é não conseguirem fornecer ao trabalhador um grau de certeza considerável e credível, sendo sempre escritas com um sentido entusiástico que nem sempre corresponde à realidade. Num trabalho⁵⁷ realizado na cidade de Ouro Preto, no Brasil, onde se pretende entender a qualidade de vida no trabalho dos motoristas da Uber, nas entrevistas realizadas repara-se que a resposta dos trabalhadores sobre este tópico não é homogénea. Alguns consideram benéfica e útil a informação disponibilizada pela Uber, enquanto outros acham que na maior parte das vezes não corresponde às suas expectativas.

Relativamente ao sistema de avaliações dos motoristas, os passageiros ganham uma notoriedade ímpar. O novo modelo implantado pela Uber fornece ferramentas que, apesar de não pioneiro, atribui imensa responsabilidade ao cliente. Estamos perante uma liberalização do conhecido Livro de Reclamações⁵⁸. Com a agravante de que, no modelo tradicional, o cliente recorre ao Livro para fazer uma queixa e, mais tarde, o estabelecimento pode vir a ser fiscalizado pelas entidades reguladoras: no caso da Uber, a classificação dada pelos clientes não tem como base um estabelecimento, organização ou empresa, mas um trabalhador, em concreto. A Uber fornece

⁵⁷https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/933/1/MONOGRAFIA_QualidadeTransporteAplicativos.pdf

⁵⁸No caso português, o consumidor, sem qualquer custo adicionado, pode fazer queixa de um produto ou serviço. Acaba por ser uma “mancha negativa no histórico” do estabelecimento e pode servir como alerta aos futuros clientes.

diretrizes aos seus trabalhadores que indicam como fornecer um serviço correto, tornando o procedimento do motorista padronizado, o que acaba por condicionar a própria autonomia deste. A plataforma permite que a avaliação dos motoristas seja feita consoante os seguintes tópicos: estrelas, comentários, notas Uber, elogios e sistema de mão dupla. A avaliação mais genérica consiste na atribuição de estrelas, numeradas de um a cinco, de forma a avaliar a experiência que o cliente teve. A caixa de comentários tem tendência a aumentar caso o número de estrelas atribuídas seja menor, isto é, caso se dê uma avaliação de cinco estrelas, presume-se que a viagem foi conforme as normas estabelecidas e sem aspetos negativos a apontar, quanto mais longe a avaliação se encontrar das cinco estrelas, maior a necessidade de explicar por via dos comentários o que pode vir a ser melhorado no futuro. As notas Uber serão o resultado da média das avaliações das últimas quinhentas viagens, permitindo à plataforma atribuir uma nota. Caso essa nota se encontre abaixo dos padrões considerados mínimos, o trabalhador pode ser expulso da plataforma. O elogio acaba por ser o antónimo do comentário. O comentário é usado quando a avaliação não foi de cinco estrelas, assumindo aspetos a melhorar, por outro lado, o elogio é um acréscimo a uma boa avaliação, podendo ser usado se o cliente considera que o motorista mostrou dedicação em fornecer um serviço agradável. Este parâmetro tem grande relevância para os trabalhadores porque ficam afixados no seu perfil. O sistema de mão dupla é a avaliação que resulta da experiência do motorista face ao cliente. As estrelas e os comentários são, desta vez, usados pelos trabalhadores para avaliar a experiência que tiveram com os clientes. Caso o mesmo cliente tenha más avaliações por parte de diferentes motoristas, pode ficar impedido de usar a plataforma. É importante dizer que as avaliações são sempre anónimas.⁵⁹

As plataformas eletrónicas permitiram a criação de conteúdo e torna as empresas vulneráveis a qualquer tipo de comentário positivo ou depreciativo. No caso da Uber, existe uma pressão diferenciada porque a avaliação é focada no funcionário.

Na própria esfera do trabalho do motorista, a Uber pode intervir na carga horária diária. O limite de horas consecutivas para o trabalhador poder fornecer viagens é de doze horas, chegando a este máximo, a Uber, automaticamente, o coloca em modo *offline*.⁶⁰ A plataforma apenas permite a reconexão do trabalhador ao fim de seis horas. Neste sentido, a Uber pretende contribuir não só para a flexibilização dos horários mas, e principalmente, para garantir a segurança dos trabalha-

⁵⁹ <https://www.uber.com/pt-BR/blog/sistema-de-avaliacoes-uber/>

⁶⁰ Pode ver-se no seguinte site: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-lanca-ferramenta-que-limita-o-tempo-online-do-motorista-dirigindo-usando-o-aplicativo-para-promover-seguranca-viaria/>

dores e dos clientes. Esta medida tornou-se necessária face às notícias que saíam de trabalhadores da Uber a fazerem jornadas de trabalho extremamente longas, tonando a fadiga e a sonolência motivos de preocupação.⁶¹ Ainda neste contexto, a plataforma também utiliza outras técnicas para intervir no modo de laborar do trabalhador. Através de um conjunto de mensagens e/ou alertas, a Uber incentiva o trabalhador a trabalhar mais com notificações a avisar se está ou não próximo de atingir a meta diária, em termos financeiros, sendo que este valor pode ser, arbitrariamente, definido pela empresa.⁶² A própria configuração da aplicação, em termos de design e desenho, faz sobressair as opções benéficas para a empresa, de forma a captar a atenção do trabalhador para essa opção. A estratégia adotada resulta de um conjunto de técnicas com origem psicológica, mais concretamente, o uso de um sistema apoiado em gráficos que se assemelha a jogos – ludificação. Este método torna-se mais evidente quando a Uber insere alguns dados dos trabalhadores, tais como: a quantidade de viagens realizadas em determinado período, o dinheiro que arrecadou, as horas que laborou e a média de avaliações. Estes dados, quando se tornam públicos para os restantes trabalhadores, cria um espírito competitivo que pode tornar-se ainda superior através dos distintivos atribuídos pela plataforma. O trabalho passa a ser encarado não apenas no ponto de vista de obter rendimentos mas também como se de um jogo se tratasse.

Contudo, a empresa sublinha que a decisão final de escolher o local e a quantidade de horas que se conduz, é inteiramente da responsabilidade do motorista, rejeitando a existência de um caráter coercivo nas suas intervenções.

“And most of this happens without giving off a whiff of coercion.” We show drivers areas of high demand or incentivize them to drive more”, said Michael Amodeo, na Uber spokesman. “But any driver can stop work literally at the tap of a button – the decision whether or not to drive is 100 percent theirs.” (Scheiber, Noam. The New York Times, 02/2017)

5.6. O capitalismo e o desenvolvimento

O capitalismo trouxe consigo uma ideia de progresso. Este conceito pode ser, simultaneamente, vago ou generalizador. É necessário identificar em que contexto o pretendemos situar, parecendo-me inegável que se o tópico em evidência for a ciência e as tecnologias a resposta é afirmativa. Houve, de facto, nos últimos avanços significativos em várias áreas científicas e a busca

⁶¹ <https://nypost.com/2016/02/07/uber-drivers-working-up-to-19-hours-a-day-just-to-get-by/>

⁶² Scheiber, Noam. How Uber uses psychological tricks to push its drivers buttons. The New York Times (2 de abril, 2017). Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2017/04/02/technology/uber-drivers-psychological-tricks.html>

desenfreada por novas tecnologias também. Há uma infinidade de questões, abstratas ou concretas, que podemos utilizar como medidores de progresso. Tomemos como exemplo o sufrágio universal – um dos grandes avanços democráticos permitiu a Adolf Hitler chegar ao poder. Com isto não pretendo tecer uma crítica negativa há possibilidade de os cidadãos elegerem quem os governa. Pretendo, antes, criticar a teoria de que o progresso seja linear, a existência de uma linha que se prolonga no tempo (sempre) com uma tendência ascendente⁶³.

No contexto do desenvolvimento, é importante definir antecipadamente o que se pretende domesticar: se a (in)existência do desenvolvimento, como sendo um conceito que representa uma realidade inalcançável, utópica, da qual os nossos esforços se unem para tentarmos aproximarmos dela; ou se é, de facto, um processo pelo qual o ser humano, obrigatoriamente, tem presente no seu caminho e, portanto, cabe a ele apropriar-se dos melhores meios para atingir o fim – o desenvolvimento. A diferença está nos pormenores que, apesar de pormenores, diferenciam e delimitam o alcance do discurso. A partir do ponto de partida assumido, a retórica será totalmente diferente. De um lado, assumimos que o desenvolvimento não é passivo de ser alcançado (o que não impossibilita normas, práticas, estilos de vida que o potenciem), enquanto, noutra perspetiva, entende-se que o desenvolvimento está substancialmente dependente do sistema político e económico adotado. Verificarmos que o desenvolvimento, no apogeu do seu significado, trata-se de uma utopia, não é motivo para que não façamos o nosso caminho em nome do progresso. Como nos diz Rist:

que o progresso tem a mesma natureza que a história, que todas as nações percorrem o mesmo caminho e que nem todas caminham à mesma velocidade que a sociedade ocidental, pelo que esta lidera o processo, devido à maior dimensão da sua produção, ao papel dominante que a Razão nela exerce e à escala das suas descobertas científicas e tecnológicas (Rist, 2008, p.40)

O desenvolvimento ganha um rosto, um exemplo a seguir – sociedade ocidental. É com o término da Segunda Guerra Mundial que o desenvolvimento assume um papel de destaque na política, com o plano de rejuvenescimento económico dos países menos afortunados levado a cabo pelos Estados Unidos e União Soviética, cada um com a sua ideologia. Amaro (2004: 40-41)

⁶³ Francisco Bethencourt, historiador português, numa entrevista dada à Fundação Francisco Manuel dos Santos fala dos extermínios e relembra que a magnitude em seis anos da escravatura do Regime Nazi foi o equivalente ao tráfico de escravos para os Estados Unidos em cerca de três séculos. Factos ocorridos no século passado.

refere que a intenção aparentemente nobre dos gigantes capitalistas e socialistas pode ser apenas aparente. Devido ao histórico evidenciado por alguns países europeus (desde a Revolução Industrial até ao fim da Segunda Guerra Mundial) considerados desenvolvidos, através da sua industrialização, esta servirá como incentivo aos países recém-descolonizados, como exemplos a seguir. É neste contexto que surgirão várias instituições internacionais cujos principais objetivos remetem para o melhoramento das condições de vida e prosperidade (ex.: BM, FMI, ODCE, PNUD, entre outros). Atualmente, o desenvolvimento já é passivo de ser calculado numericamente e, consequentemente, hierarquizado. É através de um dado estatístico criado pelo Programa das Nações Unidas denominado de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os três fatores cruciais para o cálculo são a saúde, através da esperança média de vida ao nascer, a educação, a partir do índice de alfabetização dos adultos e nível de escolarização da população e, por último, a renda, que corresponde ao Produto Interno Bruto per capita.

Recorrentemente, associamos a complexidade das coisas há evolução. Esta ideologia em que aquilo que é complexo significa que é superior ao que é simples, na medida que se associa a complexidade a um aumento generalizado a nível financeiro e qualidade de vida dos cidadãos, quando isso não se evidencia, gere a discordância com o modelo económico adotado, como lembra Davis

“...em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração. Na verdade, o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós-modernas podem mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Huyuk, na Anatólia, construída no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos. (Davis, 2006: 28/29)”

A construção de uma realidade promissora daquilo que é capitalista, urbano, acaba por não ascender a todos os indivíduos, o que os leva a retornar para o que é rural, simplificado. Este “retrocesso” pode estar a dar os primeiros passos a nível habitacional, mas se falarmos no contexto laboral já está mais que institucionalizado. O que noutros tempos era visto como vergonha – trabalhar para sobreviver; a interpretação e o significado dado ao trabalho, tem contornos e apre-

ciações completamente diferentes. Independentemente do *status*, da condição económica, do lugar que ocupa na hierarquia financeira, o trabalho é visto com apreço, melhor dito, quanto mais tempo dedicado ao trabalho, maior a admiração. Se for alguém não dotado de muitas condições financeiras, mas trabalhador, é vulgarmente apelidado de “humilde”, enquanto um empresário com muitos recursos e trabalhador é sinónimo de ter “vencido na vida”. A questão predominante que se impõe aos teóricos evolucionistas da história, e não só, é até que ponto o mercado capitalista, centrado na evidência e na capacidade de inovação tecnológica proporcionará num desenvolvimento universal.

Ainda nesta vertente, Boaventura de Sousa Santos diz

“Que, se, por um lado, parecem hoje, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje”
(2003: 11)

Por um lado, promete-se e espera-se que o desenvolvimento traga consigo “liberdade, igualdade, solidariedade e paz”. Por outro lado, os meios utilizados em nome deste desenvolvimento, nomeadamente o recurso a políticas assentes na inovação tecnológica, aliado à tentativa emergente de reduzir o custo de produção (afetando diretamente o trabalhador que, não possuindo a mesma riqueza e meios de produção do empregador, terá de abdicar da sua força do trabalho em prol de um salário desigual, relativamente ao salário do empregador), constitui todo um contexto político, económico e social, e até cultural, em que se legitima que o topo da hierarquia económica seja liderado pelos que detêm maior capacidade financeira, o que se traduz, diretamente, numa maior capacidade de inovar e mobilizar as suas massas em função do lucro. Mas com este excerto citado, o desenvolvimento adquire outro significado, já se tinha admitido que a vertente económica não chega para avaliar o desenvolvimento, as questões humanas ganham uma relevância idêntica à económica. Porque quando se refere a liberdade e a paz, entra todo um conjunto de fatores que a questão económica se torna insuficiente para abranger tudo. E este excerto é importante nesse sentido. É importante perceber que o desenvolvimento é muito mais que o económico. Acarreta com ele todo um relacionamento moral para com o outro, onde a tolerância desempenha um papel crucial. O que levanta a questão “Que condições técnicas é que a modernidade ocidental conseguiu reunir? E que condições são essas?”, à medida que vamos aumentando os parâmetros

para o desenvolvimento, mais ramificações de entraves e problemas teremos de confrontar. Este excerto recorda-me a “Pirâmide de Maslow” (1952), que representa a hierarquia das necessidades humanas, de forma breve e sucinta, as questões de desenvolvimento primárias das quais foram discutidas até agora remete-nos para a base da pirâmide.

A competitividade e a comparação são escrutinadas até ao limite, sendo que tudo onde seja possível dar mais, produzir mais, contribuir mais, competir mais, tornando qualquer recurso (humano, técnico, matérias-primas) aquando de não usado em todo o seu esplendor, produz a dúvida do “Porque não fazer mais se ainda não se esgotou todos os recursos possíveis?”. Este método encontra-se diretamente ligado com a noção de desenvolvimento, a partir do momento em que não podemos descurar as políticas, ideologias, estilos de vida, dominantes da nossa sociedade atual. Esta é a vertente económica atual pela qual a nossa sociedade se rege. Mas os problemas no caminho do desenvolvimento não se assentam apenas na questão económica, o perigo ambiental, o uso de recursos naturais até à exaustão está a colocar em risco a subsistência de vários ecossistemas e espécies, incluindo a nossa. A religião é comum a todo o mundo, de entre muitas diferentes crenças, há também uma incapacidade generalizada de compreender diferentes culturas, crenças, formas de ser e de estar. A situação é de tal modo caótica que os massacres, em algumas partes do mundo interruptos, noutros mais isolados, mas acontecem, têm, muitas das vezes, uma questão de diferenças religiosas, étnicas, culturais, que os sustentam. O juízo valorativo daquilo que é simples como sendo primitivo e do que é complexo como sendo moderno, faz com que se perca o espírito altruísta e de comunidade, prevalecendo o eu, o eu insaciável que procura sempre mais, independentemente de o outro ter cada vez menos.

O termo de desigualdade ganha contornos mais vinculados a partir de 1980, com a tendência política neoliberal a agigantar-se, os fluxos comerciais originam novos mercados de matérias-primas, trabalho e consumo. (Teles, 2022, p.13) As cadeias de valor global⁶⁴ permitiram aos detentores do capital organizar atividades da sua empresa num país e outras atividades noutro país. A tendência, por uma questão lucrativa, foi de optar por manter segmentos tais como a investigação, o design e o marketing nos países de origem, deixando o setor de produção e/ou transformação para países onde pudessem obter mão-de-obra mais barata sem necessitarem desta ser ou se tornar especializada.

⁶⁴ A cadeia representa todo o processo envolvido de determinado bem ou serviço, desde a sua produção até chegar ao consumidor. Torna-se uma cadeia global quando esse processo necessita de ser realizado em mais que um país.

6. O TELETRABALHO

6.1. Definição de teletrabalho

De acordo com Bauregard (2019), o teletrabalho representa uma das modalidades possíveis quando se pretende práticas de trabalho flexíveis, havendo um acordo entre empregadores e funcionários variando as horas e o local de trabalho, na tentativa de conciliar e melhorar a vida pessoal e profissional dos funcionários e, simultaneamente, atender às exigências da organização. (Bauregard et al., 2019)

Por sua vez, Estrada (2014) entende que o teletrabalho ocorre quando o uso de antigas e novas formas de telecomunicação permite estabelecer uma relação de trabalho entre o empregador e o trabalhador, em que este último consiga executar o trabalho à distância, abdicando da presença física num lugar específico de trabalho. (Estrada, 2014 p.15)

Já Nakrosiene (2020), diz que o teletrabalho não é alvo de uma definição consensual, fazendo com que alguns autores se refiram ao teletrabalho como sendo uma alternativa à organização comum do trabalho. Por trabalho comum, entende-se:

“Trabalho que é desempenhado num horário fixo de trabalho (normalmente em full-time), num local físico definido pelo empregador ou pela organização, sob supervisão desse empregador ou organização, com a expectativa de uma continuidade das condições que determinam esse trabalho, em troca de uma compensação remuneratória” (Tiago Lima Quintanilha, 2021).

Golden e Elia (2017), concordam que o conceito de teletrabalho se disperse em vários sentidos, sendo que é maioritariamente entendido como um acordo entre empregador e trabalhador, em que este último desempenha as suas funções fora do espaço físico comum de trabalho e que consiga exercer as suas funções através das novas tecnologias.

As tecnologias de informação e comunicação constituem uma parte fundamental na exequibilidade do teletrabalho. De acordo com Allen (2015), este arranjo entre a entidade patronal e o funcionário apenas é possível se estes se mantiverem em contacto através das tecnologias de informação e comunicação (TIC) (Allen, Golden & 2 Shockley, 2015).

Os trabalhos teóricos alusivos ao teletrabalho receberam um tratamento diferenciado por parte de Demerouti, et al., (2001), através de um modelo designado por *Job Demands-Resources* (JD-R), propondo que as condições de trabalho pudessem ser classificadas tendo em conta duas

categorias: exigências de trabalho (*job demands*) e recursos de trabalho (*job resources*), estando estas relacionadas com os resultados específicos (*outcomes*). De acordo com Nakrosiene et al., (2020), as exigências de trabalho podem ser: carga de trabalho físico, ambiente físico, pressão do tempo, segurança no trabalho, apoio e comunicação com supervisores. No modelo JD-R, exigências de trabalho elevadas correspondem a ambientes de tensão e a um comprometimento dos trabalhadores, que aliado a fortes recursos de trabalho podem atingir níveis altos de performance. (Demeroui et al., 2001)

Assim sendo, Bauregard et al. (2019), defendem que o teletrabalho é determinado por três dimensões: as características do trabalho; as características do trabalhador e as características de gestão. Para Gschwind e Vargas (2019), acrescentam uma quarta característica que corresponde ao ambiente envolvente – enquadramento social e económico.

Já Lippe e Lippényi (2019), oferecem um contributo para a definição do teletrabalho, afirmando que “os teletrabalhadores não existem no vácuo enquanto trabalham” (Lippe e Lippényi, 2019:73), portanto o desempenho das pessoas que partilham o quotidiano com o teletrabalhador também é digno de destaque.

6.2. Vantagens e inconvenientes do teletrabalho

As pesquisas referentes ao teletrabalho referem várias vantagens e desvantagens de diferentes âmbitos. Dividiremos as características consoante tratar-se dos trabalhadores, das empresas e para a sociedade em geral.

Tabela 3 - Teletrabalho - Nível Individual

| Vantagens | Inconvenientes |
|---|---|
| Menos tempo de deslocações; | Isolamento social e profissional; |
| Poupança de custos; | Maior insegurança no trabalho; |
| Mais autonomia; | Trabalhar mais horas por dia; |
| Redução do stress; | Dificuldades no desenvolvimento profissional; |
| Maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. | Excesso de sedentarismo. |

Fonte: *Elaboração Própria*

Relativamente aos trabalhadores, a literatura apresenta como vantagens: redução dos custos de transporte; alimentação fora do trabalho; escolha personalizada do ambiente de trabalho; autonomia e mobilidade; possível conciliação do trabalho com a vida familiar. Do lado

das desvantagens temos: maior insegurança no trabalho (devido a uma legislação deficitária e maior possibilidade de demissão); mais entraves no desenvolvimento profissional devido à falta de socialização no trabalho e a ausência de movimentação que pode resultar de um sedentarismo negativo para a saúde do trabalhador. (Pinel, 2012)

Tabela 4 - Teletrabalho - Nível Organizacional

| Vantagens | Inconvenientes |
|------------------------------|---|
| Maior produtividade; | Monitorização do desempenho; |
| Menor taxa de absentismo; | Competências interpessoais; |
| Baixo nível de turnover; | Dificuldades de hierarquizar; |
| Redução das despesas gerais. | Dificuldades de motivar os trabalhadores. |

Fonte: Elaboração Própria

Além disso, verificou-se que o teletrabalho tem trazido várias vantagens para as empresas: redução de custos indiretos determinada pelos menores custos de infraestrutura em relação ao trabalho presencial; menores problemas de convivência entre os funcionários; maior produtividade devido ao trabalho por objetivos e a remuneração por resultados; eliminação dos controles de horário; melhora dos prazos de entrega; eliminação do absentismo; facilidade de expansão geográfica na busca de talentos; possibilidade de crescimento sem mudanças estruturais; possibilidade de contratação de mão-de-obra mais barata de áreas com baixa oferta de emprego; facilidade de expansão geográfica. Por sua vez, as desvantagens para as empresas identificadas pela literatura especializada são as seguintes: possibilidade de perda de confidencialidade dos dados da empresa; pode haver perda de hierarquias na empresa; conflitos entre os teletrabalhadores e os presenciais; maior dificuldade no controle de evolução do trabalho; maior dificuldade em motivar os teletrabalhadores; maior dificuldade em absorver e se identificar com a cultura da empresa, dificuldade de assegurar a lealdade do teletrabalhador à empresa. (Mello, 1999)

Tabela 5 - Teletrabalho - Nível Social

| Vantagens | Inconvenientes |
|-----------------------------------|---|
| Menos poluição; | Perda da capacidade de interagir com os outros. |
| Descongestionamento nas estradas. | |

Fonte: Elaboração Própria

Em termos de sociedade, o teletrabalho pode contribuir vários benefícios, podendo reduzir significativamente o número de viaturas nas estradas e, assim, reduzir os níveis de poluição, especialmente nas grandes cidades.

Por outro lado, pode ter efeitos prejudiciais no modo dos indivíduos se relacionarem entre si. (Kurkland & Bailey, 1999)

6.3. Conciliar o trabalho e a vida pessoal

Este termo, popularizado em inglês como *Work-Life Balance*, tem vindo a ganhar destaque devido há pressão a que o indivíduo se encontra envolvido diariamente no seu quotidiano, quer seja na sua vertente mais pessoal e familiar como no trabalho. Schermerhorn (2012) considera que *Work-Life Balance* é a capacidade da pessoa para conseguir encontrar estabilidade entre as obrigações do trabalho e as suas necessidades pessoais.

Parte de estarmos satisfeitos a nível profissional requer muito que sejamos valorizados a vários níveis pelo que fazemos, quando isto não acontece, acaba por afetar diretamente a vida pessoal. Para além disto, é importante que o trabalhador consiga encontrar um equilíbrio entre o trabalho e a sua vida pessoal, de forma a melhorar o bem-estar, física e/ou mental. (Sanfilippo, 2020)

Este conflito pode ser considerado bidirecional, ou seja, resulta de uma interferência entre a família-trabalho como de trabalho-família. Dependendo se acaba por ser o trabalho que interfere na vida quotidiano do trabalhador ou se é a sua vida pessoal que acaba por ter algum efeito durante o seu horário laboral. (Greenhaus & Beutell, 1985)

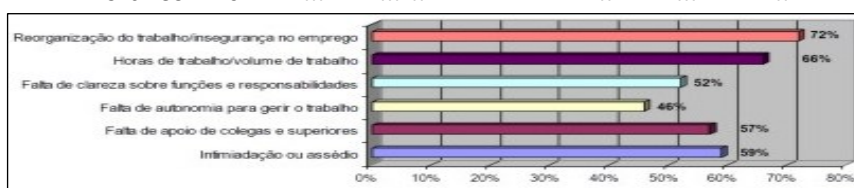
De acordo com Greenhaus e Powell (2006), o conflito que envolve o trabalho e a família decorre devido a três elementos: o tempo, a tensão e o conflito de comportamento. Relativamente ao tempo, este conflito acontece quando o tempo dedicado a uma tarefa torna impraticável a realização das outras restantes tarefas. A tensão pode resultar de um acumular de stress e fadiga que acaba por gerar uma exaustão emocional tal que dificulta a eficácia das restantes obrigações do indivíduo. E por último, o conflito associado ao comportamento ocorre caso o indivíduo tenha que adotar diferentes comportamentos, dependendo de estar em contexto familiar ou laboral, podendo um tipo de abordagem ser funcional numa tarefa e inadequado noutras.

6.4. Relação entre o bem-estar no trabalho e o stress profissional

O bem-estar e o stress são indissociáveis no contexto laboral. Assim sendo, vários modelos teóricos fornecem os seus diferentes contributos, não devem ser interpretados como independentes uns dos outros, mas que se complementam. É a partir de quatro processos psicológicos que podem originar stress e bem-estar: na perda de recursos pessoais ou materiais; a noção e expectativa do esforço do indivíduo versus a recompensa; o excesso ou a ausência de estimulação ambiental; e a relação entre as condições do trabalho e os recursos pessoais e laborais. Estudos realizados por Siegrist e Peter (1996, apud Gonçalves, S., 2014, p.193), descobriram associações entre o risco de doenças cardiovasculares e o desequilíbrio entre o esforço e as recompensas. Relativamente ao modelo exigências-recursos, consiste em balançar as exigências do trabalho com os recursos disponíveis do trabalhador. Este modelo privilegia os indicadores negativos e os positivos, como ambos potencializadores de bem-estar do indivíduo no local de trabalho. O tipo de ocupação não é uma característica diferenciadora neste modelo. Qualquer ambiente de trabalho pressupõe de variadas exigências, nomeadamente a nível físico, psicológico, social e organizacional. Isto por si só não significa que seja negativo, mas quando o requerimento da exigência é superior à capacidade de recuperação do trabalhador, acaba por se tornar negativo. Na outra vertente, situa-se os recursos do trabalho, que acabam por ser todas as ferramentas que o trabalhador poderá usar para desempenhar a função, para aprendizagem e evolução pessoal.

A Agência Europeia para a Saúde e Segurança no Trabalho (EU-OSHA), em 2014, realizou uma sondagem em 31 países europeus (500 entrevistas por país), com as causas que motivam o stress no trabalho. Das seis causas possíveis, a mais elevada, com cerca de 72% foi a “Reorganização do trabalho/Insegurança no emprego”, seguida de perto pelas “Horas de volume de trabalho” com 66%, sendo que “Intimidação/Assédio” registou uns expressivos 59%. De salientar que 4 em cada 10 trabalhadores consideram que a temática do stress não é desenvolvida nas suas empresas. Relativamente às variâncias consoante o sexo, as mulheres são mais expressivas do que os homens (54% para 49%).

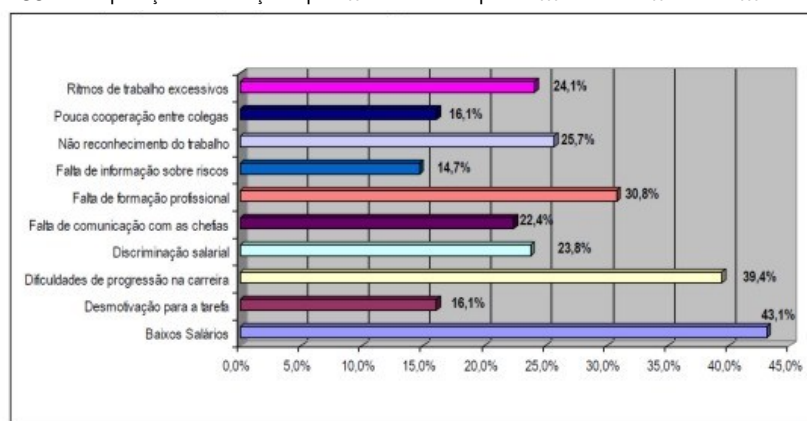
Gráfico 1 - Causas mais comuns de stress relacionado com o trabalho



Fonte: EU-OSHA (2013), Sondagem de Opinião Pan-Europeia sobre Saúde Ocupacional

Em contexto nacional, em 2012, o inquérito realizado pela STAL⁶⁵ (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional) revelou que 43% dos inquiridos consideraram que os baixos salários são o fator chave para o aparecimento e agravamento de questões relacionadas com o stress, seguido das dificuldades de progressão na carreira e a falta de formação profissional, contribuindo com 39% e 31%, respetivamente. De salientar que quase um quarto dos trabalhadores que responderam (23,8%) admitem que a discriminação salarial continua presente.

Gráfico 2 - Exposição a situações potenciadoras de problemas relacionados com o stress



Fonte: STAL (2013), *Inquérito às condições de Trabalho*

6.5. Stress em contexto organizacional

“Ando stressado” é uma frase cada vez mais comum. O nosso quotidiano é pautado de acontecimentos que obriga o indivíduo a adaptar-se perante eles. Quer seja em contexto familiar, no social, ou no local de trabalho, são várias as nuances que poderão originar e potencializar o stress. Devido às alterações do trabalho na sociedade pós-industrial, o grau de exigência e o aparecimento de novos riscos torna-se uma evidência. O aumento de stress no trabalho não afetará apenas a sua capacidade de desempenhar a função, mas também nas suas relações sociais e familiares, o que torna necessário perceber as causas do stress, assim como as suas consequências na saúde e no social. O impacto deste tópico revela-se emergente quando se prevê que o indivíduo passe um terço das horas em que está acordado no trabalho (Conrad, 1988 apud Gonçalves, S., 2014, p.175). De forma a identificar as causas do stress, o autor procede à análise de alguns autores. Segundo Sutherland e Cooper (1990, apud Gonçalves, S., 2014, p.176), as fontes

⁶⁵ É possível consultar as sondagens em: <https://www.stal.pt/index.php/sectores/seguranca-e-saude-no-trabalho/215-stress-relacionado-com-o-trabalho.html>

de stress no trabalho devem-se a questões relacionadas com: o indivíduo, às características inerentes do trabalho, ao papel da organização, à ascensão da carreira profissional, relações sociais em contexto organizacional, conciliação entre o trabalho e a família e a estrutura da organização. O stress profissional não se deve apenas a stressores provenientes do local de trabalho, eles devem ser entendidos como “aditivo” a outros fatores extra o trabalho, portanto o indivíduo, simultaneamente, é sujeito a inúmeras fontes de stress. Relativamente às consequências, há diversas formas de o indivíduo expor o stress, desde a nível comportamental, ausência de saúde e mau estar psicológico. O aumento no consumo de álcool e/ou drogas, consumo de tabaco, uma tendência crescente para sofrer acidentes, são interpretados como mudanças comportamentais. Enquanto uma menor capacidade de lidar com doenças, quer a nível cardíaco ou dificuldades gástricas, revelam uma saúde mais débil. A nível psicológico, o indivíduo pode ter sintomas como dificuldades em dormir, ansiedade, problemas familiares e, num estado mais avançado, depressão. A nível profissional, uma menor energia, receptividade e perda de motivação para com o trabalho, são características comuns. Este conjunto de fatores (profissionais, pessoais, sociais e de saúde) podem ser todos englobados num conceito chamado *burnout*. O significado do conceito não é unânime na literatura, desde a sua definição, de acordo com a psicologia clínica “(...) conjunto de sentimentos e comportamentos normalmente associados ao stress laboral (...)”, enquanto a psicologia social a define como “(...) assume uma sequência de etapas ou fases diferentes com sintomatologia, por sua vez, diferenciada.” (Gil-Monte e Peiró, 1997, apud Gonçalves, S., 2014, p.179). A questão é que um centra-se no estado do indivíduo, enquanto outro o define como sendo um processo. De qualquer das formas, acaba por ser consentido por ambas as teses que o *burnout* é a consequência do stress profissional, aliado a questões ambientais e no grau de exigências/recursos. De acordo com Maslach e Jackson (1986, apud Gonçalves, S., 2014, p.178), o *burnout* atua na exaustão emocional, despersonalização e perda de realização pessoal. As variáveis pessoais também podem contribuir, positivamente ou negativamente, para desenvolver esta síndrome, focar-nos-emos no sexo e na idade. Em relação ao sexo, de entre alguns estudos realizados, os resultados são diferentes, isto pode se dever às próprias características dos estudos e/ou até por questões culturais. Sobre a idade, o estudo levado a cabo por Zabel & Zabel (1982, apud Gonçalves, S., 2014, p.180), concluiu que os mais velhos são menos propensos a desenvolverem sintomas de *burnout*. No entanto, esta relação não é ascendente consoante a idade, sendo que dos 20 aos 25 anos os níveis registados são os mais baixos, dos 25 aos 40 anos sobem e a partir dos 40 anos volta a baixar. Isto pode se dever a fatores como a ausência de coesão social (estado

civil e filhos) na idade intermédia, enquanto nos mais velhos os autores do estudo atribuem a explicação de eles terem expectativas profissionais mais realistas.

6.6. Definição de *burnout*

Disponível em formato digital, podemos obter a definição de *burnout*

“exhaustion of physical or emotional strenght or motivation usually as a resulto of prolonged stress or frustration”, isto segundo o *Merriam-Webster Dictionary*.

Contudo, até chegar a esta definição praticamente consensual do termo, houve um longo caminho a ser percorrido. Sendo que a sua origem não é unânime, o estrangeirismo *burnout* foi estudado através de vários teóricos de diferentes áreas do saber. Destacaremos a psicossociologia da organizações, psicologia social e psicologia clínica. Muitos autores (incluindo Schaufeli e Enzmann) referem que o primeiro autor a se referir a tal fenómeno tenha sido Bradley (1969), relativamente a guardas prisionais que necessitariam de uma nova estrutura organizacional. Na área da psicologia social, o trabalho de Christina Maslach (*Maslach Burnout Inventory and Areas of Worklife Survey*) é considerado um marco importante para a consolidação do termo *burnout* tal como hoje o conhecemos. O seu trabalho decorreu na década de 70 do século xx que consistiu em vários estudos com profissionais ligados às áreas de serviços humanos (psiquiatras, enfermeiros, médicos, advogados, entre outros) que com a sobrecarga emocional registada a tendência crescente era de um desapego com os seus utentes devido ao processo de exaustão gradual (e.g., Maslach & Schaufeli, 1993).

Marques Pinto (2000) escreve que as duas grandes correntes dos estudos de *burnout* são da autoria da psicologia clínica e da psicologia social das organizações. A abordagem clínica numa primeira instância atribuiu especial atenção aos fatores individuais, sendo que os estudos da década de 70 e 80 que seguiam esta linha de raciocínio não tinham uma sustentação teórica adequada (e.g., Maslach, 1999). Só a partir da década de 80 é que a psicologia social e das organizações adotaram uma posição mais organizada a nível teórico e empírico, atribuindo às causas de *burnout* um contexto mais alargado para além de apenas os fatores individuais.

De entre as várias concetualizações e definições, a mais utilizada em estudos empíricos é a de Maslach e Jackson (1986). Os autores sintetizam o *burnout* como uma síndrome tridimensional que envolve a exaustão emocional, despersonalização e perda de realização pessoal, envolvente

por um longo período de tempo em situações emocionalmente desgastantes. Por exaustão emocional entende-se os sentimentos de desgaste; a despersonalização retrata a ausência de interesse e negatividade face ao trabalho; por último, a falta de realização pessoal significa a fraca autoestima em relação à sua eficácia profissional (Maslach, 1999). Atualmente, esta teoria tridimensional tem um instrumento de medida denominado de *Maslach Burnout Inventory* (MBI), com tradução em várias línguas este instrumento tem sido utilizado em diversas investigações, incluindo em Portugal (e.g., Marques Pinto, 2000). Esta ferramenta já tem mais versões, nomeadamente para profissionais de ajuda, de professores/educadores e a versão geral que representa qualquer ocupação (Maslach, Jackson & Leiter, 1996).

6.7. Possíveis causas de *burnout*

De acordo com a revisão de Gil-Monte e Peiró (1997) relativamente a *burnout*, os autores chegam à conclusão de que o conceito pode e tem sido definido em duas vertentes distintas – estado e processo. “[...] conjunto de sentimentos e comportamentos normalmente associados ao stress laboral.”, isto em relação ao estado, sobre o processo pode ler-se como “[...] assume uma sequência de etapas ou fases diferentes com sintomatologia, por sua vez, diferenciada.” (p.14). Esta diferenciação deve-se, sobretudo, a serem diferentes áreas científicas a definir o mesmo conceito. A primeira definição (estado) provém da perspectiva clínica, enquanto a segunda (processo) resulta de uma análise ligada à psicologia social e das organizações. Se tivermos em conta a conceitualização tridimensional original de Maslach e Jackson, o *burnout* é encarado como estado, no entanto, trabalhos mais recentes têm tido resultados mais consensuais com o ponto de vista de *burnout* enquanto processo. A literatura não é consensual relativamente à ordem sequencial dos acontecimentos, porém, há fatores que são unânimes como sendo “desencadeadores” de *burnout*.

“Por desencadeadores da síndrome do burnout no trabalho entendemos aqueles stressores percebidos com carácter crónico que ocorrem no ambiente laboral” (Gil-Monte e Peiró, 1997, p.64)

Foram vários os autores que contribuíram para que se fossem conhecidos os preditores do *burnout*. Os stressores resultam, geralmente, das exigências laborais, ambientais e, essencialmente, da discrepância entre exigências e recursos, podendo resultar consequências individuais e organizacionais. Sobre o ambiente físico do trabalho, o nível de ruído (Tofp & Dillon,

1988) e o conforto físico percebido (Savicki & Cooley, 1987) são possíveis stressores de *burnout*. De acordo com Elloy, Everett e Flynn (1991), o conteúdo do posto de trabalho também é um fator. Estando nele englobado as características da tarefa (variedade, identidade da tarefa e *feedback*). As relações interpessoais também podem se constituir como preditores de *burnout*, estudos levados a cabo por diversos autores (Gaines & Jermier, 1983; Savicki & Cooley, 1987) indicam que as insuficientes oportunidades de promoção profissional têm uma relação positiva com a exaustão emocional, assim como a falta de segurança no posto de trabalho.

Salanova (2003) menciona as novas tecnologias. Por último, as variáveis de clima organizacional, a falta de participação na tomada de decisão, assim como a falta de autonomia e apoio social são também eles fatores para o desencadeamento de *burnout* (Gil-Monte & Peiró, 1997).

6.8. Modelos explicativos do stress e do bem-estar profissional

Tal como indica Chambel (2005) “Conceções e modelos têm procurado integrar a literatura em torno destes dois conceitos, stress e bem-estar” (p.106).

Nos processos psicossociais é frequente a existência de diversos modelos teóricos explicativos do mesmo processo. As teorias devem ser entendidas como complementares umas das outras. Assim sendo, o stress e o bem-estar ocorrem através de quatro processos que possibilitam a elaboração de teorias e modelos neste contexto (Llorens, Libano & Salanova, 2009).

- Processos assentes na perda de recursos pessoais e/ou materiais (modelo de avaliação cognitiva de Lazarus e Folkman, 1984; teoria da conservação de recursos de Hobfoll, 1989);
- A discrepância entre o que a pessoa investe no trabalho e o que recebe em troca (modelo de equilíbrio esforço-recompensa de Siegrist, 1996);
- Processos que têm em conta a estimulação ambiental ou a ausência da mesma, podendo originar stress (modelo vitamínico de Warr, 1987);
- A interação entre as exigências do ambiente laboral e os recursos pessoais e laborais (modelo exigência-controlo de Karasek, 1979).

Todos estes processos são formatos para compreender as variáveis que podem contribuir tanto para o stress como para o bem-estar profissional do indivíduo. De forma a não tornar demasiado exaustiva a interpretação destas teorias, focar-nos-emos em dois processos – Siegrist

(1996) e Warr (1987). Sendo que este trabalho pretende esclarecer as diferenças laborais a que os trabalhadores estiveram sujeitos devido às medidas impostas para controlar a pandemia, as duas variáveis a que estes autores atribuem principal importância vão de encontro com as mudanças que se querem estudar – esforço/recompensa e estímulo ambiental.

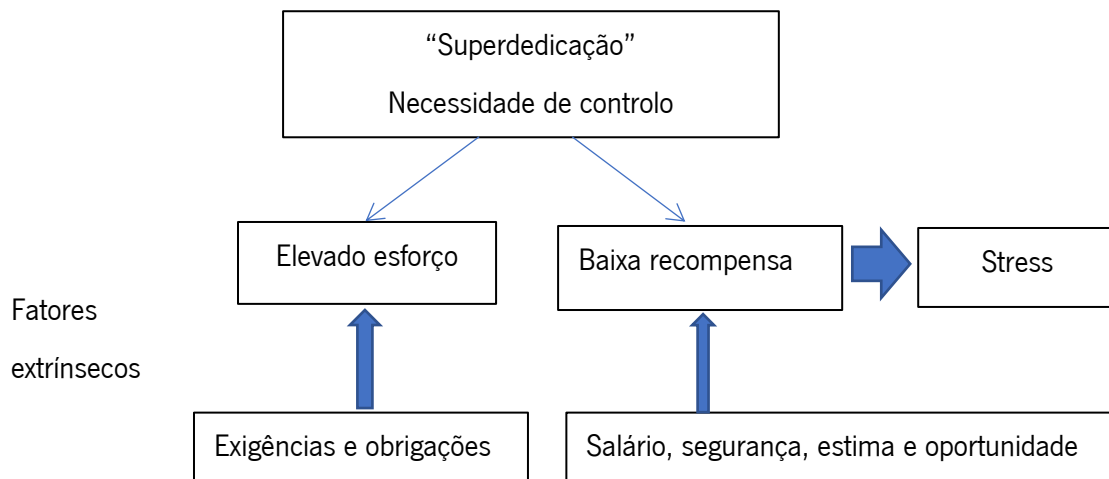
6.9. Modelo de desequilíbrio esforço-recompensa

Este modelo desenvolvido por Johannes Siegrist (1996) parte do pressuposto que o trabalho tem influência nas funções autorreguladoras – autoestima e sentimento de pertença do grupo (estrutura social). A ideia principal do modelo é a reciprocidade, prevê-se que haja uma correspondência entre os esforços investidos e as recompensas atribuídas. Caso o trabalhador considere que tenha investido demasiado para uma recompensa insuficiente, a probabilidade de ocorrência de stress aumenta significativamente, caso haja um equilíbrio a tendência é o trabalhador sentir-se bem a nível profissional.

O modelo privilegia dois tipos de fatores que influenciam a perceção do trabalhador: fatores extrínsecos (exigências, obrigações, recompensas, apoios, oportunidades de carreira) e fatores intrínsecos (alusivos ao indivíduo). Os fatores intrínsecos estão mais relacionados com estratégias de *coping* e à personalidade. Neste âmbito, encontramos o que se pode chamar de *overcommitment* – que consiste num conjunto de atitudes, comportamentos e emoções direcionadas para um comprometimento excessivo, aliado à necessidade de se sentir aprovado; pessoas com estas características tendem a exagerar nos seus esforços. (Hasselhorn, Tackenberg & Peter, 2004).

Estudos levados a cabo por Siegrist, Peter, Junge, Cremer e Seidel (1990) revelaram associações entre o desequilíbrio esforço-recompensa e o risco de doenças cardiovasculares.

Figura 6 - Modelo Desequilíbrio Esforço-Recompensa Fatores intrínsecos



Fonte: Livro *Psicossociologia do Trabalho e das Organizações*, p. 194

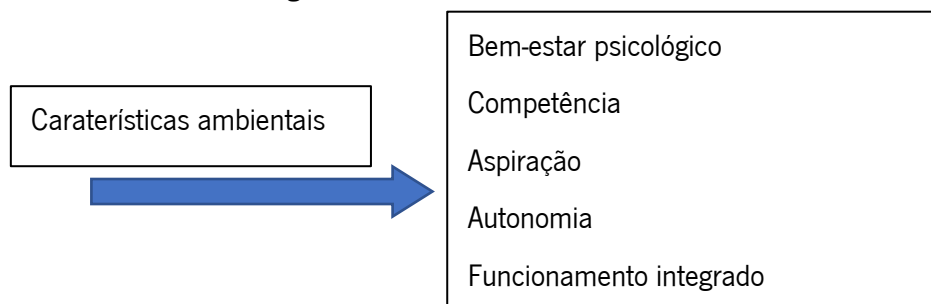
No esquema, conseguimos entender que as experiências que geram stress são aquelas em que o indivíduo gere grandes esforços intrínsecos e afeire de baixas recompensas extrínsecas, podendo o caso agravar-se caso se atinga uma “superdedicação”.

6.10. Modelo vitamínico de Warr

Este modelo elaborado por Peter Warr (1987), é conhecido e prestigiado por ter em consideração diferentes variáveis que acabam por influenciar a saúde mental do trabalhador (Cifre, 1999).

A proposta de Warr assenta em cinco componentes da saúde mental, estas que podem ser afetadas por devidos fatores ambientais (controlo, oportunidade para uso de habilidades, metas externas, pluralidade de tarefas, dinheiro, segurança e posição social): bem-estar psicológico, competência, aspiração, autonomia e o funcionamento integrado.

Figura 7 - Modelo Vitamínico de Warr

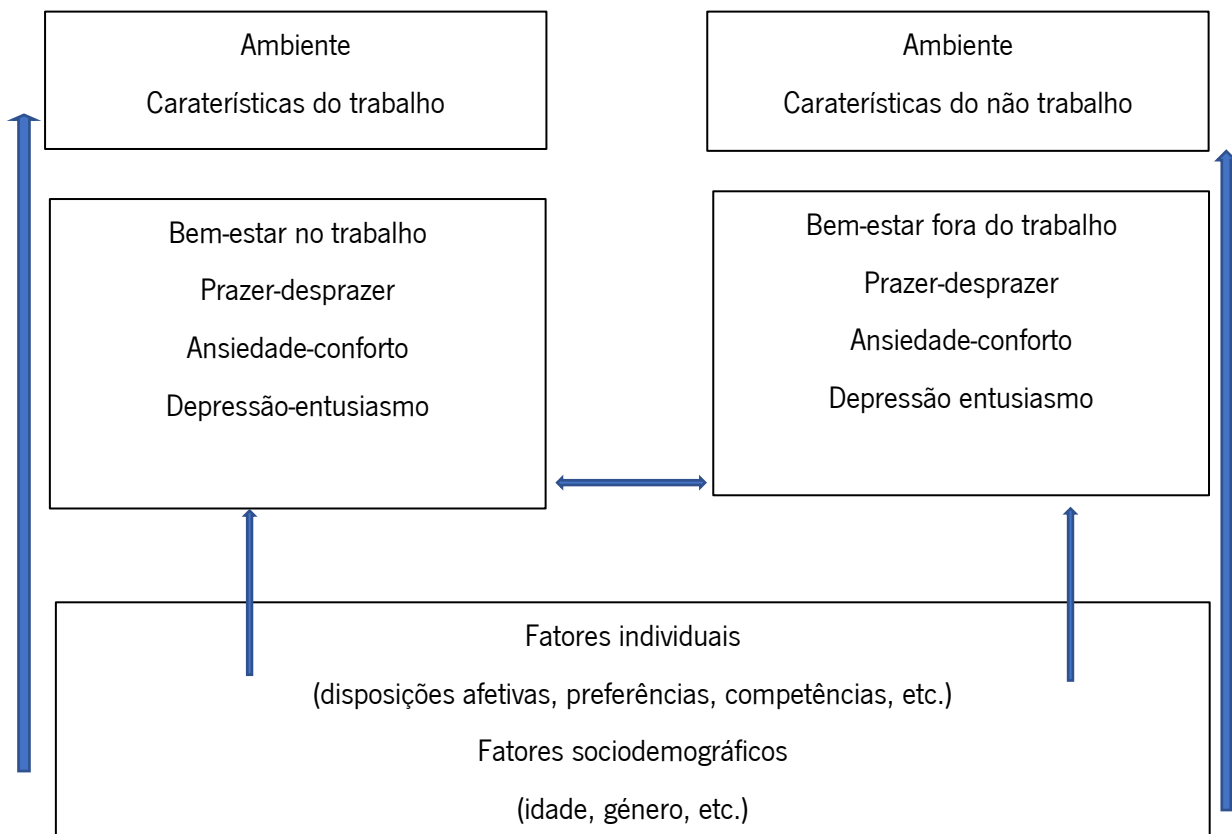


Fonte: Livro *Psicossociologia do Trabalho e das Organizações*, p.197

Mais tarde, nomeadamente em 1998, Warr dedica principal atenção ao bem-estar psicológico como fator primordial na saúde mental e acrescentando no seu modelo fatores individuais e sociodemográficos.

Organizando o modelo em três eixos (prazer/desprazer; ansiedade/conforto; depressão/entusiasmo), sendo estes afetados não só por questões ambientais, mas também pela própria psique individual do indivíduo.

Figura 8 - Modelo Vitamínico de Warr (1998)



Fonte: Livro Psicossociologia do Trabalho e das Organizações, p.197

Tanto num modelo como no outro, a característica principal e presente em ambos são as características ambientais que, de acordo com o autor, influenciam a saúde mental do trabalhador. Esta relação de aspetos psíquicos individuais com aspetos ambientais e sociais resultam num processo que pode beneficiar ou prejudicar a saúde mental do indivíduo.

Warr, com o objetivo de explicar a sua teoria, faz uma analogia entre o seu modelo e as vitaminas e a saúde física. Da mesma forma que a carência de vitaminas provoca problemas a níveis físicos e uma dosagem em excesso dessas mesmas vitaminas também não contribuem para um “superfuncionamento” do organismo, mas sim para o deteriorar, o mesmo acontece com

a saúde mental do trabalhador. Os fatores ambientais podem pecar por déficit ou por excesso que isso terá consequências a nível mental, existe a necessidade de haver um equilíbrio.

As características do trabalho evidenciadas por Warr são as seguintes: oportunidade para controlo (autonomia) ; oportunidade para o uso de habilidades; metas geradas; a variedade (entende-se pelos diferentes estímulos proporcionados pelo meio/ambiente envolvente); a previsibilidade do trabalho; salário e valorização social; segurança física (ex.: humidade, temperatura, estímulos visuais e/ou auditivos etc.); e as hipóteses de contacto interpessoal (quantidade e qualidade das interações sociais). São estes fatores que podem ser entendidos como “vitaminas” para a saúde mental do trabalhador.

7. INQUÉRITO E RESULTADOS

7.1. Metodologia

Antes de expor e justificar a metodologia usada neste trabalho, pretendo domesticar o seu conceito e evolução em termos sociológicos.

É indissociável o uso da metodologia sem a existência de paradigmas. Assim sendo, e de acordo com Thomas Kuhn, os paradigmas são “o conjunto de crenças, valores, técnicas partilhadas pelos membros de uma dada comunidade científica, um modelo para o “que” e para o “como” investigar num dado e definido contexto histórico/social (Coutinho, 2011, p.9). Na Sociologia predominam dois paradigmas teóricos: o positivista e o qualitativo/interpretativo. Relativamente ao paradigma positivista, este caracteriza-se pela sua objetividade e noções científicas explicativas, de previsão e controlo, “procura adaptar o modelo das Ciências Naturais à investigação em Ciências Sociais e Humanas, utilizando uma metodologia de cariz quantitativo” (Coutinho, 2011, p.11).

No paradigma qualitativo, a abordagem utilizada possui um carácter relativista, tendo por base a compreensão, o significado e a ação. Este paradigma reconhece valor do investigador e a subjetividade que nele está inerente, “procura penetrar no mundo pessoal dos sujeitos, para saber como interpretam as diversas situações que e que significado tem para eles” (Latorre et al., 1996, p.42), tentando “compreender o mundo complexo do vivido desde o ponto de vista de quem vive” (Mertens, 1998, p.11) (Coutinho, 2011, p.16-17).

O principal nome, sociologicamente falando, do paradigma interpretativo, foi o sociólogo alemão Max Weber. Contrariamente a Durkheim, que se propunha a estudar os fenómenos sociais, adotando o método das ciências naturais, Weber centrava o estudo social como a ciência da realidade. Tendo como principal alvo de análise a ação e, conseqüentemente, a ação social. A ação seria “a conduta humana em que os sujeitos dão um “sentido subjetivo” (Búrigo; Silva, 2003, p.130). Para ele, esse sentido é “a expressão do que é pensado e subjetivo ao agente (..) é obtido através da razão e das finalidades que os indivíduos atribuem as suas atividades e as relações que estabelecem com o(s) outro(s)” (Búrigo; Silva, 2003, p.131).

Dito isto, sendo que o tema do trabalho envolve a pesquisa de dados que não é possível serem encontrados na bibliografia, o objetivo é de carácter exploratório. Isto é, de forma a complementar com a revisão bibliográfica sobre o tema proposto, realiza-se, também, o trabalho de campo.

De acordo com Ander-Egg (1978, p. 67), a pesquisa tende a apresentar três níveis de limites: ao objeto, ao campo de investigação e a nível de investigação. No primeiro critério, significa que a escolha do número de variáveis que intervêm no fenómeno, irá, também, condicionar o grau de precisão e os resultados. Sobre o campo de investigação, entende-se como limitação o tempo, dado que o fenómeno a ser analisado terá que o ser em determinado contexto temporal, e o espaço, que representa o carácter histórico e geográfico do fenómeno. E em relação ao nível de investigação, assume-se a existência de três estágios: exploratórios, de investigação e de comprovação de hipóteses. Em termos da população e amostra, a população deste estudo é os trabalhadores em Portugal que já tenham laborado em teletrabalho e a amostra define-se como não probabilística e por conveniência. Relativamente à abordagem, isto é, a análise das informações recolhidas será uma análise qualitativa, sendo que se pretende interpretar os dados subjetivos que se tratam de opiniões, sentimentos e/ou comportamentos dos atores sociais. No que diz respeito às técnicas utilizadas, procedemos ao inquérito por questionário

A respeito do uso de inquéritos nas investigações sociais, escreve o sociólogo e professor Albertino Gonçalves

“O preenchimento do questionário releva de uma situação de interacção social que implica um prévio, e na maioria dos casos tácito, “contrato de comunicação”. Importa acordar as regras e os papéis, bem como os objectivos, o quadro, as modalidades e a sequência da acção. Uma vez que a cooperação do entrevistado é incontornável, este precisa de saber: quem lhe pede o quê? Para quê? Porquê a ele? Em que termos?... Por outras palavras, o que pode esperar e a que se compromete.”

(Gonçalves, A. Comunicação e Sociedade, vol. 12, 2007, pp. 201-211)

Contrariamente ao que acontece nas ciências naturais, sendo possível ter um maior controlo das variáveis que estão em estudo e assim obter as relações causa-efeito de forma mais natural, face a redundância. As dificuldades mencionadas pelo professor Albertino no seu ensaio são uma constante sobre a qual os investigadores sociais se devem debruçar, não com o objetivo de alterar a forma de se fazer ciência mas com o reconhecimento de que as formulações do seu questionário podem, conscientemente mas involuntariamente, alterar as respostas dadas pelos inquiridos.

Um dos problemas reside nas perguntas de resposta fechada, nomeadamente nas opções fornecidas e pela ordem em que estão colocadas. Um dos exemplos paradigmáticos é os *“...questionados sobre o nível de rendimento, os inquiridos tenderem a escolher categorias mais*

baixas quando o escalonamento é ascendente do quando é ascendente” (Foddy, 1996, p.7 citado por Gonçalves, A; 2007, p.205). Neste caso a pergunta é a mesma, as opções de resposta são as mesmas, a única variável que se altera é a ordem na qual estão as respostas.

A segunda questão é o uso das palavras. As palavras que o investigador usa, independentemente de serem sinónimas, podem (e vão) resultar em diferentes conclusões. Por exemplo, as palavras “proibir” e “permitir” (Gonçalves, A. 2007, p.207). O exemplo fornecido é uma investigação levada a cabo por Rugg⁶⁶, onde pergunta “Pensa que os Estados Unidos deviam proibir discursos públicos contra a democracia?” – obtendo 54% das respostas “sim” e 46% “não”. Contudo, quando altera a pergunta para “Pensa que os Estados Unidos deviam permitir discursos públicos contra a democracia?” – obteve 75% das respostas “sim” e 25% “não”. A maioria concorda que se devia proibir e, simultaneamente, a maioria concorda que se devia permitir. Albertino Gonçalves avança com possíveis justificações para o sucedido, desde a “atração” para a resposta positiva ou a aversão à palavra “proibir”.

Neste estudo, não se pretende entender o porquê das mesmas perguntas conseguirem obter diferentes respostas, tendo em conta a ordem que se utiliza ou as palavras que se emprega. Pretende-se, antes, perceber as fragilidades a que se está sujeito nesta técnica de recolha de dados.

A amostra deste estudo não pretende ser uma amostra representativa. Isto leva-me às limitações do estudo empírico. Não se pretende fazer uma análise tendo em conta as variáveis que sabemos que afetam e condicionam a opinião do trabalhador face ao trabalho. Questões como a escolaridade, o género, a étnia, a região, devem ser tidas em conta e, posteriormente, podem ser abordadas separadamente, de forma às respostas serem comparadas visando entender se os problemas referidos face ao teletrabalho são compartilhados pelos indivíduos de forma heterogénea ou se há características próprias do trabalhador que acabaram por ter impacto na sua interpretação do teletrabalho.⁶⁷ Dito isto, as respostas obtidas através dos questionários permitem-nos formar uma opinião dos aspetos positivos e negativos de quem laborou em teletrabalho, se as preocupações estão em consonância com a bibliografia estudada e até aventurar-nos em soluções para fazer face às condições desfavoráveis.

⁶⁶ Rugg, D. (1941), “Experiments in wording questions II”, *Public Opinion Quarterly*, 5, pp. 91-92.

⁶⁷ Por exemplo.: Se os homens e as mulheres revelam dificuldades diferentes no modo de laborar de teletrabalho, nomeadamente o conciliar da vida profissional com a pessoal. Ou se o nível de escolaridade condiciona as expectativas do teletrabalhador, uma hipótese à priori poderia ser “Os trabalhadores com mais qualificações preferem trabalhar de forma mais autónoma quando comparado com os menos qualificados”, diversas hipóteses podem e devem ser estudadas de forma a entender este fenómeno que, embora ainda não seja comum, a tendência é para que o trabalho híbrido e o teletrabalho continue a ganhar mais apoiantes e o nosso objetivo é prever os impactos do novo modo de trabalho emergente a nível psicossocial.

7.1.1. Dados Sociodemográficos

O questionário disponibilizado no âmbito do presente estudo obteve um total de 50 respostas. No primeiro segmento, as respostas estão relacionadas com o contexto sociodemográfico (A. Dados Sociodemográficos).

Assim sendo, das 50 respostas obtidas, 34 (68%) são do sexo feminino e 16 (32%) do sexo masculino. No que diz respeito às idades, as respostas estavam disponíveis através de intervalos (18-24; 25-35; 36-50; >51). No intervalo mais jovem (18-24), registaram-se 22 respostas (44%), no segundo escalão (25-35) 11 respostas (22%), no terceiro caso (36-50) obteve-se 15 respostas (30%) e por fim, na categoria >51, apenas 2 pessoas (4%). A terceira questão remete-nos para o “Estado Civil”, das quatro opções fornecidas (“Solteiro/a; Casado/a ou União de Facto; Separado/a ou Divorciado/a e Viúvo/a”), 32 pessoas responderam serem solteiras (64%), 17 são casadas (34%) e apenas uma pessoa está separada ou divorciada. A opção “Viúvo/a” não registou qualquer resposta. A quarta questão perguntava em que região residiam os participantes do estudo. As respostas foram categorizadas em função das NUTSII (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira). O Norte representou a grande maioria das respostas totalizadas, com 44 indivíduos (88%), a Área Metropolitana de Lisboa registou 4 pessoas (8%), restando uma pessoa para a zona Centro e outra que reside na Região Autónoma dos Açores. Nenhum dos inquiridos reside nas restantes áreas geográficas (Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira). A quinta questão é referente às habilitações literárias dos trabalhadores. As respostas possíveis foram divididas em 4 opções (“Até 4º ano; até 9º ano; até 12º ano e ensino superior”). As primeiras duas opções com habilitações académicas inferiores não obtiveram qualquer resposta. 5 indivíduos disseram ter escolaridade até ao 12º ano (10%) e o ensino superior correspondeu há grande maioria com cerca de 45 respostas (90%). A última questão deste primeiro grupo de perguntas está relacionada com o vínculo laboral dos trabalhadores, as três opções fornecidas são: função pública, setor privado e terceiro setor. Assim sendo, 40 dos inquiridos trabalham no setor privado (80%), 8 na função pública (16%) e apenas 2 no terceiro setor (4%).

Tabela 6 - Variáveis Sociodemográficas

| Dados Sociodemográficos | | | |
|-----------------------------|-------------------------|-----------------|----|
| Variáveis Sociodemográficas | | Total (N=50) | % |
| Sexo | Feminino | 34 | 68 |
| | Masculino | 16 | 32 |
| Idade | 18-24 | 22 | 44 |
| | 25-35 | 11 | 22 |
| | 36-50 | 15 | 30 |
| | >50 | 2 | 4 |
| Estado Civil | Solteiro/a | 32 | 64 |
| | Casado/a | 17 | 34 |
| | Separado/a | 1 | 2 |
| | Divorciado/a | 0 | 0 |
| Região | Norte | 44 | 88 |
| | Centro | 1 | 2 |
| | AM Lisboa | 4 | 8 |
| | Alentejo | 0 | 0 |
| | Algarve | 0 | 0 |
| | RA Açores | 1 | 2 |
| | RA Madeira | 0 | 0 |
| | Habilitações Literárias | Até 4ºAno | 0 |
| | Até 9ºAno | 0 | 0 |
| | Até 12ºAno | 5 | 10 |
| | Ensino Superior | 45 | 90 |
| Vínculo Laboral | Função Pública | 8 | 16 |
| | Privado | 40 | 80 |
| | Terceiro Setor | 2 | 4 |

Fonte: *Elaboração Própria*

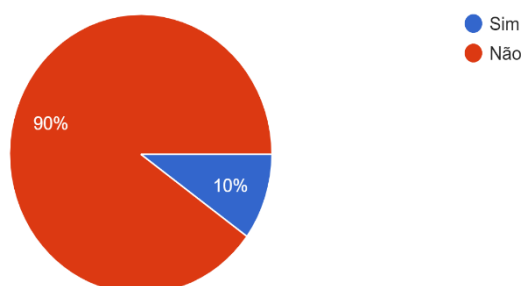
7.1.2. Perceção Global do Teletrabalho

Neste segundo grupo de perguntas, pretende-se compreender, de uma forma geral, os aspetos positivos e negativos de laborar em teletrabalho. Para este efeito dá-se por adquirido que a compreensão dos atores sociais não é estática e definitiva mas representa, antes, volatilidade e flexibilidade ao longo do tempo devido aos mais diversos fatores de ordens distintas. Reconhecendo esta questão, a palavra-chave deste segmento é “perceção”. Reconhecemos que as respostas fornecidas sejam as perceções dos inquiridos no presente.

O teletrabalho já existia antes da pandemia que abalou não só Portugal mas todo o mundo, contudo no caso português era uma modalidade pouco praticada, de mediatismo irrelevante e apenas ao alcance de setores específicos. Dito isto, a primeira pergunta foi feita com o intuito de comprovar esta premissa – “Antes da pandemia, já tinha trabalhado em teletrabalho?”. As respostas comprovaram as expectativas e 45 pessoas disseram que não (90%), enquanto apenas 5 afirmaram já terem experiência neste contexto de trabalho (10%).

Gráfico 3 - Já tinha trabalhado em teletrabalho?

1. Antes da pandemia, já tinha trabalhado em teletrabalho?
50 respostas



Fonte: Google Forms

A segunda questão pede para os inquiridos mencionarem até três vantagens tendo em conta a sua experiência pessoal em teletrabalho. A principal vantagem (a que mais vezes aparece), trata a importância dada às questões económicas: 22 pessoas referiram que uma das vantagens é a redução de custos associados ao trabalho (44%), sendo que 10 especificaram os gastos que deixariam de ter – menos gastos a nível combustível (20%). O segundo fator mais popular foi o tempo – repetindo-se 21 vezes (42%). Em terceiro lugar, surgiu o tema bem-estar com 20 respostas (40%) e as palavras “comodidade” e “tranquilidade” e seus derivados aparecem 18 vezes. O quarto aspeto mais mencionado pelos inquiridos foi a questão do horário, nomeadamente a capacidade de o agilizar, torná-lo menos rígido e mais elástico – 13 pessoas mencionaram esta questão

(26%), tendo a palavra “flexibilidade” surgido em 7 ocasiões. A diversidade de vantagens foi mais ampla e diversa, sendo que questões como a pontualidade; conjugar a vida profissional com a vida familiar; rentabilidade no trabalho; poder laborar em qualquer parte do país ou até noutros países; melhorias das questões ambientais (menor poluição) e o chamado *multitasking*, preencheram a restante panóplia de vantagens que podem advir de laborar a partir de casa.

Tabela 7 - Vantagens do teletrabalho

| Vantagens do Teletrabalho | |
|---------------------------|----|
| Categorias | N |
| Questões Económicas | 22 |
| Tempo Poupado | 21 |
| Bem-estar | 20 |
| Horário flexível | 13 |

Fonte: *Elaboração Própria*

Na terceira pergunta, temos o inverso. Desta vez, pretende-se saber quais são os aspetos negativos do teletrabalho. A desvantagem mais vezes mencionada foi, por larga margem, a questão da falta de sociabilidade e/ou sedentarismo com 35 respostas (70%). 12 pessoas referiram o trabalho em excesso – “mais trabalho” (24%). As distrações foram mencionadas 9 vezes (18%). A dificuldade em separar o trabalho com a vida familiar surgiu em 8 ocasiões (16%). Com menos visibilidade mas também com algumas respostas encontramos os gastos extra; as dificuldades em termos de logística e dificuldade em se “desligar”⁶⁸ do trabalho. Ainda de salientar que 3 pessoas consideraram não haver desvantagens em trabalhar a partir de casa.

Tabela 8 - Desvantagens do teletrabalho

| Desvantagens do Teletrabalho | |
|-----------------------------------|----|
| Categorias | N |
| Sociabilidade/Sedentarismo | 35 |
| Mais Volume de Trabalho | 12 |
| Distrações | 9 |
| Vida Profissional e Vida Familiar | 8 |

Fonte: *Elaboração Própria*

⁶⁸ O chamado “direito à desconexão”.

A quarta questão é referente às capacidades de laborar em teletrabalho e se nesta modalidade o rendimento e desenvolvimento ficam prometidos. A resposta é fechada e as opções fornecidas foram “Sim” e “Não”. 41 dos inquiridos (82%) afirmou que não, enquanto apenas 9 (18%) disseram que sim. A pergunta 4.1 refere-se à anterior e é destinada apenas aos inquiridos que responderam “Sim” na pergunta anterior, pedindo para justificarem. Das respostas obtidas, foi mencionada a ausência de sociabilidade com os colegas, a maior facilidade em perder a concentração e também o sedentarismo poder afetar psicologicamente. Numa das respostas pode ler-se o seguinte

“O contacto com os colegas de trabalho ou superiores hierárquicos nos períodos de pausa são bons momentos de aprendizagem de soluções a erros que podem ser cometidos, assim como, no desempenho das funções inerentes à categoria profissional, são realizados comentários tidos como críticas construtivas e que melhoram o desempenho. Não tão menos relevante, o ambiente laboral não é propício a tantas distrações como aquele em que nos localizamos quando trabalhamos com recurso aos meios telemáticos e, por isso, o teletrabalho também diminui a produtividade e inquina o desempenho do trabalhador. Ainda será relevante dizer que o recurso ao teletrabalho enfraquece as relações com superiores hierárquicos que podem, no regime de trabalho presencial, determinar melhor as nossas capacidades para uma possível promoção.”

Inquirido X

7.1.3. Contexto Organizacional

Este tópico, em seguimento da “Perceção Global do Teletrabalho”, pretende fazer medições em termos de intensidade (1 a 5), organizando por tópicos mais concretos as dificuldades sentidas e em que grau. Nomeadamente em termos do stress, da organização, relação com colegas, a capacidade de conciliar o trabalho e a família e, por último, a pressão exercida pela entidade patronal.

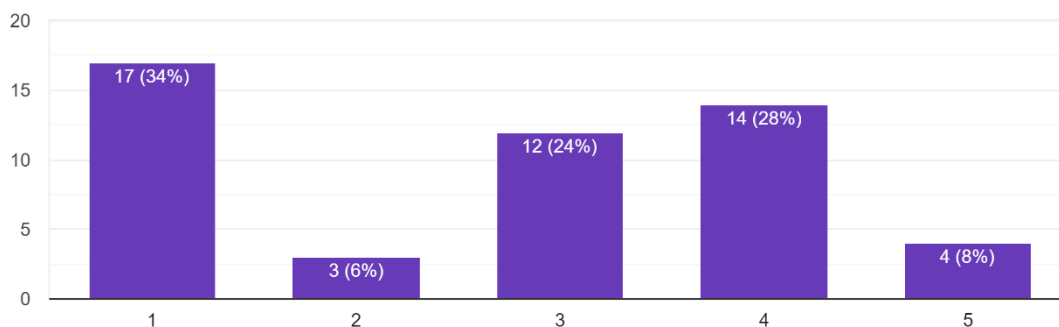
A primeira questão referente ao stress e se este aumentou ou não a partir do momento em que começou a trabalhar em teletrabalho. O grau de intensidade mínimo (1) foi o que registou mais respostas, 17 pessoas (34%) consideraram que não teve grande impacto no aumento do stress e apenas 4 pessoas (8%) admitiram que originou muito stress, atribuindo o

grau máximo (5). De salientar também que o grau 4 de intensidade registou 14 respostas (28%).

Gráfico 4 - Níveis de stress

1. Durante o teletrabalho, o seu nível de stress aumentou?

50 respostas



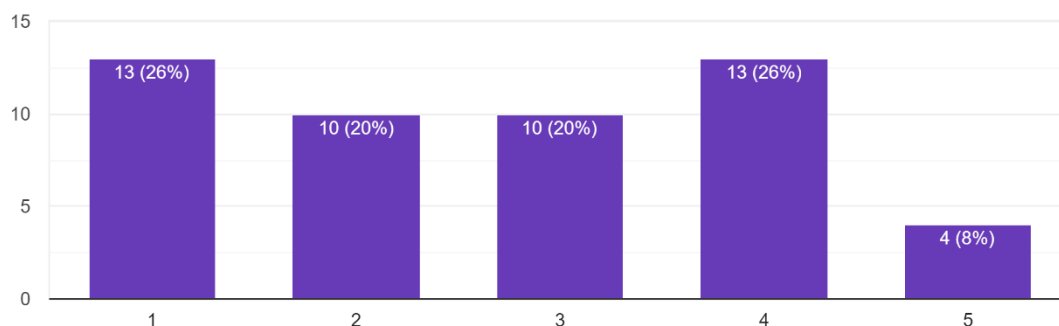
Fonte: Google Forms

Continuando no inquérito, a segunda questão deste grupo tem a ver com a capacidade de organização e se esta foi afetada com o teletrabalho. Das 50 respostas, 4 pessoas (8%) assinalaram o grau 5, logo houve diversas alterações no tópico da sua organização e no polo antagónico, no grau 1, registaram-se 13 respostas (26%). O grau 4 per fez o total de 13 respostas (26%) e os restantes obtiveram ambos 10 respostas cada (20%).

Gráfico 5 - Capacidade de organização

2. A sua capacidade de organização sofreu alguma alteração?

50 respostas



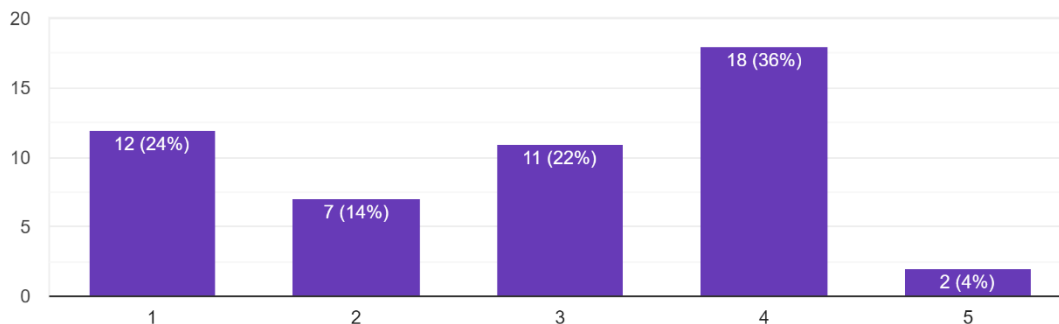
Fonte: Google Forms

A terceira questão refere-se à relação do inquirido com os restantes colegas de trabalho e se esta sofreu alguma alteração. O grau 4 foi o que obteve mais respostas – 18 (36%). 12 pessoas (24%) disseram que não sofreu alteração e apenas 2 pessoas (4%) escolheram o grau máximo.

Gráfico 6 - Relação com os colegas

3. A sua relação com os colegas de trabalho sofreu alguma alteração?

50 respostas



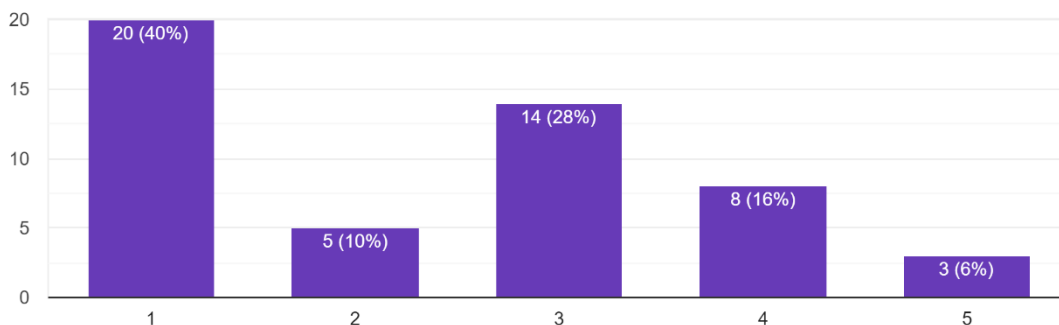
Fonte: Google Forms

A quarta questão é alusiva há capacidade de conciliar a vida profissional com a vida pessoal. O grau mínimo de dificuldade (1) foi o que registou mais respostas, 20 pessoas (40%) admitiram que não houve grande dificuldade nesta conciliação e os dois graus mais elevados (4 e 5) registaram 11 respostas (22%), em conjunto.

Gráfico 7 - Conciliar trabalho e família

4. Teve dificuldade em conciliar o trabalho e a família?

50 respostas



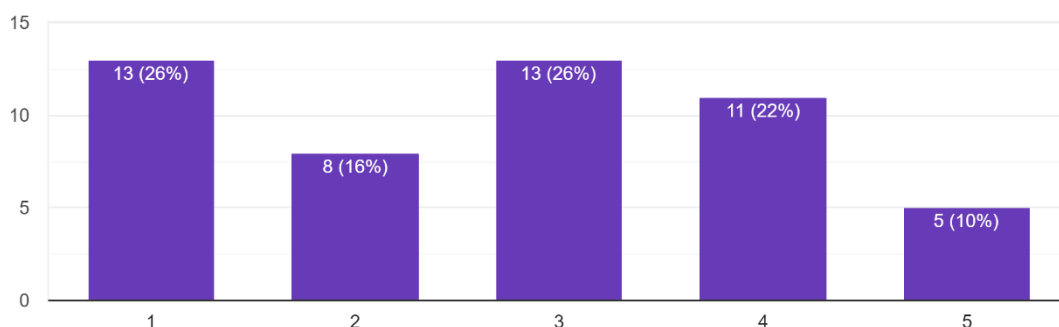
Fonte: Google Forms

A última questão do grupo C pretende entender se houve um aumento de pressão por parte da entidade patronal face aos trabalhadores, neste caso, aos inquiridos. O grau 5 foi o que registou menos respostas – 5 respostas (10%). Por outro lado, 13 pessoas (26%) admitiram o grau 1, ou seja, o grau mínimo.

Gráfico 8 - Pressão acrescida

5. Sentiu uma pressão acrescida por parte da entidade patronal?

50 respostas



Fonte: Google Forms

7.1.4. Perspetivas futuras

Este último tópico do questionário, e tal como o próprio nome indica, assume um caráter de previsão e, assim sendo, visa entender se a modalidade de teletrabalho tem condições para continuar no futuro, normalizando este modo de laborar.

A primeira questão foca-se apenas nas desvantagens já referidas neste questionário e se caso o teletrabalho persista, estes problemas se iriam manter ou se têm tendência a diminuir, na ótica dos inquiridos. 15 pessoas (30%) referiram que a tendência era os problemas diminuírem com o passar do tempo e 9 pessoas (18%) acham que se irão manter. O restante dos inquiridos revelou alguma dificuldade em responder a esta questão.

A penúltima questão do inquérito, também ela referente ao futuro, pergunta se o inquirido acha provável que as empresas optem pelos regimes de teletrabalho e/ou modelo híbrido. 48 pessoas (96%) disseram que sim, que consideram ser provável. Apenas 2 pessoas tiveram respostas contrárias, uma dizendo que não sabia e outra afirmando que não, não acha provável que estes modelos sejam adotados por mais empresas.

Por fim, a última questão é apenas dirigida a quem tenha respondido que não na questão anterior. Portanto, apenas houve uma resposta a esta pergunta, foi ela a seguinte:

“Não, ou melhor, tenho sérias dúvidas porque o decurso dos tempos desde que os confinamentos terminaram demonstram o contrário, o conservadorismo em matéria laboral está a regressar. Na realidade, parece-me que a aposta devia in-

tensificar-se e ser mais sistemática, quer por causa do envelhecimento da população ativa, quer para compensar os baixos salários com uma redução das despesas dos trabalhadores. Já para não falar nos consumos de combustíveis e na poluição.”

Inquirido X

7.2. Comparação dos resultados

Nesta parte, pretende-se analisar as respostas obtidas neste questionário com a bibliografia estudada e evidenciada neste trabalho. Relativamente às vantagens e desvantagens será tido em conta, maioritariamente, os contributos dados por Pinel (2012)⁶⁹, apenas ao nível individual visto que não foi o objetivo principal do inquérito tirar conclusões alusivas ao bom funcionamento das organizações. Procurou-se, antes, entender a perceção dos trabalhadores em teletrabalho.

O estudo da bibliografia permitiu-me elaborar o quadro indicando as principais vantagens e desvantagens de laborar em teletrabalho. Nesse quadro as vantagens referidas são: (1) Menos tempo de deslocações; (2) Poupança de custos; (3) Mais autonomia; (4) Redução do stress e (5) Maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Por outro lado, os inconvenientes registados são: (1) Isolamento social e profissional; (2) Maior insegurança no trabalho; (3) Trabalhar mais horas por dia; (4) Dificuldades no desenvolvimento profissional e (5) Sedentarismo.

Assim sendo, verificamos que as respostas dadas pelos inquiridos deste questionário vão, quase na sua totalidade, ao encontro do que a bibliografia nos indica. Pode ler-se que as questões económicas são o aspeto mais mencionado no que toca às vantagens (“(2) Poupança de custos”), o tempo poupado está em segundo lugar (“(1) Menos tempo de deslocações), a terceira vantagem foi as questões relacionadas com o bem-estar (“(4) Redução do stress”).

No que refere às desvantagens, o tópico mais vezes dito foi a falta de sociabilidade e/ou o sedentarismo (“(1) Isolamento social e profissional / (5) Sedentarismo”), de seguida foi mencionado o maior volume de trabalho (“(3) Trabalhar mais horas por dia”).

Em termos do stress, estudos levados a cabo por Klerk et al (2021)⁷⁰ e Golden et al (2006)⁷¹, registaram que o stress ocupacional seria menor naqueles trabalhadores que estão em regime de

⁶⁹ Ver página 72.

⁷⁰ De Klerk, J.J., Joubert, M., & Mosca, H.F. (2021). Is working from home the new workplace panacea? Lessons from the COVID-19 pandemic for the future world of work. SA Journal of Industrial Psychology/SA Tydskrif vir Bedryfsielkunde, 47(0), a1883. <https://doi.org/10.4102/sajip.v47i0.1883>

⁷¹ Golden, T. D. (2006). The role of relationships in understanding telecommuter satisfaction. Journal of Organizational Behavior, 27, 319-340.10.1002/job.369

teletrabalho. Neste trabalho, embora não se tenha comparado dois grupos de trabalhadores em regimes de trabalho diferentes, foi questionado se o nível de stress dos trabalhadores tinha aumentado aquando do teletrabalho. Apesar da resposta mais dada ter sido o número mínimo de intensidade nesta mudança, verifica-se que nos dois graus mais elevados de intensidade (4 e 5) registaram-se 18 trabalhadores. Embora os dados recolhidos não nos permitam estabelecer uma concordância com a bibliografia disponibilizada, reconhecemos que o stress não foi uma das variáveis mais quantificadas pelos inquiridos. É importante também referir o estudo desenvolvido por Pantoja et al (2021), cujo objetivo foi analisar a qualidade de vida durante o teletrabalho. No seu trabalho, a métrica que usou para avaliar os resultados foi a seguinte:

Tabela 9 - Pantoja et al

| Média | Classificação |
|---------|-------------------|
| 0 – 1,9 | Avaliação péssima |
| 2 – 3,9 | Avaliação ruim |
| 4 – 5,9 | Avaliação mediana |
| 6 – 7,9 | Avaliação boa |
| 8 – 10 | Avaliação ótima |

Fonte: Pantoja et al (2020)

As variáveis medidas foram “(1) Atividades do teletrabalhador; (2) Gestão do teletrabalho; (3) Suporte tecnológico; (4) Condições físicas do trabalho e (5) Sobrecarga decorrente do teletrabalho compulsório”. Destas variáveis, cada uma continha vários indicadores. De todos os indicadores avaliados, o que registou a média mais baixa foi 6,12 e as duas variáveis com médias mais elevadas foram o suporte tecnológico e as condições físicas do teletrabalho. Ambos se revelaram adequados e satisfatórios, o que fornece uma boa qualidade de vida durante este regime. Este resultado sugere que, de forma geral, não se entende que trabalhar a partir de casa seja uma fonte de stress.

Outro tópico que está muito presente no tema do teletrabalho é a conciliação da vida profissional com a vida familiar. No trabalho tradicional, o trabalhador tem um local específico para realizar a sua atividade profissional. Se, por um lado, o teletrabalho permite uma maior flexibilidade de horário, gestão de esforço e até a poupança de tempo mais concretamente no trânsito, não menos verdade é o maior número de distrações a que o trabalhador está sujeito e requer uma

organização e eficiência acrescida. Isto é, no trabalho presencial a organização já é imposta ao trabalhador através de um horário para cumprir que lhe é impossível alterar, no teletrabalho isto pode não acontecer. De acordo com Gajendran e Harrison (2007), a intensidade do teletrabalho é um fator primordial no conflito trabalho versus família, sendo que só obtiveram resultados positivos quando o teletrabalho realizado era de alta intensidade. Isto é, quanto mais tempo o trabalhador estiver em teletrabalho, mais provável é que consiga equilibrar a sua vida profissional com a sua vida pessoal.

Em termos de satisfação no trabalho, as vantagens do teletrabalho centram-se na flexibilidade e na autonomia do teletrabalhador. Por outro lado, as interações com os colegas e chefias fica afetada. O uso da tecnologia como forma de comunicação não substitui totalmente a presença física e a comunicação presencial. Os estudos podem levar nos dois sentidos. A bibliografia fornece-nos trabalhos que corroboram a positividade do teletrabalho e também é possível encontrar estudos que associam o teletrabalho a maiores níveis de stress e descontentamento. Neste estudo em concreto, não se procurou entender se um é superior ao outro mas antes, compreender as mudanças que o teletrabalho acarreta e se se avizinha como um cenário viável a ser adotado pelas empresas no futuro. De uma forma geral, os inquiridos responderam conforme o que a literatura nos fornece e acreditam que tanto o modelo híbrido como o teletrabalho integral serão modalidades que vieram para ficar.

8. REFLEXÕES ATUAIS

8.1. Análise sociológica atual

O jurista e historiador português, António Araújo, no seu livro *Da Direita à Esquerda* pretende domesticar as diferenças e as semelhanças entre os espetros político-ideológicos de esquerda e direita (“Clivagens possíveis” e “Divergências ocultas”). Num tom muitas vezes provocatório, contudo, incisivo, satírico, mas realista, acaba por colocar em evidência uma amálgama de fatores imprescindíveis para entendermos a realidade atual. Num dos subcapítulos, em formato de pergunta, é possível ler-se “O empreendedorismo: doença infantil do capitalismo?”. O capitalismo não vem com manual de instruções, já se encontra instituído na sociedade. Não querendo entrar em definições, para que algo considere sucesso, no sentido de ser-se bem-sucedido, numa sociedade regida pelo consumo está, indissociavelmente, ligado ao bem-estar económico. Pode-se argumentar que a alma empresarial não se ensina, ou tem ou não se tem. Contudo, António Araújo fornece-nos (não só neste capítulo como no livro inteiro) diversos exemplos linguísticos e literários para provar que, de facto, ensina-se, e não é pouco. É possível constatar que na gíria dos negócios, estes apresentam o léxico muito particular, as frases podem conter personificações, eufemismos, hipérboles, com certeza que não se trata de uma intenção de aperfeiçoamento de prosa. A linguagem floreada é rejuvenescedora, até para o mais céptico, é capaz de se deixar vislumbrar pelo palavreado. Tanto as palavras, proferidas ou escritas, pretendem ensinar o indivíduo a tornar-se o mais rentável possível, é elevar a proatividade ao apogeu das necessidades humanas. Faça-se o que se fizer, é em função da proatividade, independentemente de se estar ou não a trabalhar (!). É um lugar-comum ouvir os que pregam o empreendedorismo dizendo “Eu mesmo quando não estou a trabalhar, estou a trabalhar!”. Entende-se, nesta passagem, que o cérebro está sempre com foco na maximização do lucro, da eficiência e da proatividade. Este discurso pressupõe uma voluntariedade, ou seja, quem não está a trabalhar não necessita de continuar a trabalhar. O voluntarioso pelo trabalho poderá, já, constituir o *animal laborans* de Hannah Arendt. O conhecido slogan “Trabalhe para os seus sonhos, não para os sonhos dos outros!” faz parte da megalómana onda de empreendedorismo. O sistema não apenas fornece palavras e métodos de incentivo, também fornece práticas novas, ou velhas, renovadas para reacender o incentivo. Refiro-me aos oradores motivacionais (*motivational speakers*), a mensagem já não é a mesma. Tem (a mensagem) que ser adaptada ao falhanço do empreendedor, consiste no falhar até acertar, não podendo faltar o recurso a exemplos práticos de personalidades que falharam inúmeras vezes até atingir o

sucesso, independentemente da escolaridade, por vezes. Numa linguagem mais estatística, é importante evidenciar os *outliers*. Mas esta palavra não muda consoante a ciência que a utiliza, representa um dado que foge, consideravelmente, de todos os outros. Sobressai porque é fora do normal, é raro. Para os ambiciosos jovens empreendedores, não é de extrema importância que se trate de anomalias ou não, mas sim que exista e que lhes esteja associado um valor substancial de meritocracia. A falta de estudos não é uma desculpa aceitável porque houve quem conseguisse sem estudos. A falta de meios não é desculpa aceitável porque houve quem conseguisse sem meios. Poderia aqui escrever uma enumeração de fatores, internos e/ou externos, que podem e vão condicionar o sucesso empresarial do indivíduo, mas não são aceites nos parâmetros atuais porque é imperativo que o sucesso esteja ao alcance de qualquer um. E é imperativo que esta formulação seja consensual.

Este parágrafo é relevante, revela um dos aspetos promissores do capitalismo. Podemos argumentar que o capitalismo tem três pilares essenciais, são eles a produtividade, o consumo e a meritocracia. Estes três fatores comunicam entre si, interagem, dependem uns dos outros e constituem o que de importante é preciso reter para atingir o sucesso. A meritocracia faz tornar o sonho real⁷², os ensinamentos de gestão permitem maximizar a produtividade e tornarmo-nos mais eficientes. De salientar que o termo “gestão” não é somente utilizado em contexto empresarial, no quotidiano da vida pessoal fala-se imenso em gestão (ex.: “tens que gerir melhor isso”), atribuindo uma carga de eficácia e eficiência não apenas em modo de trabalho, mas a tempo inteiro. E por fim, o consumo. O “hiperconsumo”⁷³ não conhece limites. Polanyi em *A Grande Transformação* fez referência aos mercados que não existiam e foram criados (“mercados fictícios”), Bauman, por sua vez, adiciona o amor ao consumo exacerbado dos tempos atuais.

“Ligações são “relações virtuais”. Ao contrário dos relacionamentos antiquados, parecem feitas à medida para o líquido cenário da vida moderna, em que se espera e se deseja que as “possibilidades românticas” surjam e desapareçam a uma velocidade crescente e em cada vez maior volume, aniquilando-se mutuamente e tentando impor a promessa de “ser a mais satisfatória e a mais completa”” (Bauman, Amor Líquido, 2013, p.14)

⁷² Muitas vezes associado ao “elevador social” que é, idealisticamente, o ensino.

⁷³ Termo muitas vezes referido por Lipovetski. “Cada pessoa, pelo menos em espírito, tornou-se num hiperconsumidor” (*A Sociedade da Deceção*, 2006, p.34)

Numa leitura apressada até parece que se está a falar de marketing, de um anúncio publicitário para convencer quem vê a adquirir o modelo mais *high tech* do mercado. Não é o caso. Trata-se da infiltração do modelo consumista em todas as esferas possíveis e imaginárias. Não é o caso, mas acaba por ser. O marketing está presente em todo o lado, não apenas nos produtos que se pode comprar numa loja. A criação de um currículo, organizado de forma detalhada, fazendo um esforço tremendo para poder incluir tudo que possa ser considerado relevante numa folha A4, tem como objetivo distanciarmo-nos dos outros candidatos à vaga de emprego – acaba por ser uma promoção de nós mesmos, estamos a promover-nos. Da mesma forma que o gestor de recursos humanos procura a melhor pessoa para o cargo, o consumidor procura o melhor artigo disponível. O hedonismo atual é o que permite haver a “destruição criativa”⁷⁴ constante e a um ritmo alucinante. Os produtos têm uma curta duração e são substituídos por outros equivalentes que podem nem trazer nada de novo para além disso mesmo, de serem novos, mais recentes. Contudo, é esse mesmo hedonismo que nos permite ter uma quantidade diversa de lazeres e passatempos que podemos incluir nas nossas rotinas. Independentemente de se tratar do gosto mais peculiar até aos considerados tabus, havendo procura, o mercado oferece – como bom empreendedor que se deve ser, vê oportunidades em todo o lado e procura ser o pioneiro em algo. A respeito disto, diz-nos Lipovetski:

“O capitalismo hipercomercial funciona com a diversificação galopante da oferta, com a multiplicação da variedade dos produtos culturais. É a inflação de novidades e a redução do tempo de vida das obras que são o problema, não a uniformidade. Estamos numa sociedade de superabundância de ofertas e de desestabilização de culturas de classe: é nestas condições que aumenta a individualização dos gostos” (Lipovetski, G. 2012, A Sociedade Decetiva, p.56)

A “individualização dos gostos” não é um termo pejorativo. Se houver duas camisolas no mercado, gostar-se-á de uma ou outra, ou até das duas. Se o leque das possibilidades for mais alargado, preenche as possíveis lacunas e possibilita a todos os consumidores encontrar o que procuram. O prejudicial não reside na diversidade da oferta, atua na “derme” da sociedade, no íntimo de cada um de nós. No que nos move – a busca incessante pelo consumo imediato e

⁷⁴ Termo cunhado pelo economista Joseph Schumpeter. “O crescimento económico e a mudança tecnológica são acompanhados por aquilo que o grande economista Joseph Schumpeter denominou destruição criativa. Substituem o que era velho por coisas novas. As novas empresas arrebatam os clientes das já existentes. As novas tecnologias tornam obsoletos os conhecimentos técnicos e máquinas já existentes.” (Acemoglu D., Robinson, A., *Porque Falham As Nações*, 2013, p.107)

imediatamente descartável. E repetindo o processo. Podemos concluir que a lógica de mercado assumiu a esfera central do quotidiano, nem sempre assim o foi, como relembra Polanyi (em referência à época que antecedeu a Revolução Industrial):

“O sistema económico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspeto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social” (Polanyi, K. A Grande Transformação, p.88)

Onze páginas depois “As vantagens económicas de um mercado livre de trabalho não podiam compensar a destruição social que ele acarretaria” (p.99). Onze páginas que representam o antes e depois da Revolução Industrial. Ainda na primeira metade do século passado, Polanyi referia-se à “destruição social”, mais de meio século depois, surgiram outras destruições.

Evidente que há quem continue a debruçar-se sobre o problema social, mas não no ponto de vista a que se referia Polanyi. Nomeadamente o problema dos operários que face à nova regulamentação necessitavam de novas instituições – sindicatos e leis, de forma a protegerem-se contra os abusos no trabalho. Os sindicatos continuam a existir e a reivindicar, porém, não se revela como o principal problema nos tempos atuais.⁷⁵ Se nos focarmos no ocidente, salvaguardando alguns grupos diminutos, as generalidades dos indivíduos estão conformados com o mercado livre e o consumismo (talvez nem se imaginem a viver doutra forma). Autores como Lipovetski, Byung-Chul Han, Zygmunt Bauman, focam os seus estudos numa vertente mais psicológica. Já não procuram estabelecer injustiças sociais, mas optam por tentar explicar, cada um à sua maneira, o porquê de o hedonismo exacerbado estar a consumir-nos diariamente. Leituras que, se à primeira vista parecem ser hiperbólicas ou alarmistas, numa pesquisa mais alargada, percebemos que vivemos tempos paradoxais em que todos nós procuramos a máxima eficiência e, simultaneamente, falamos constantemente da importância do bem-estar no trabalho e na sua conciliação com a vida pessoal. Por um lado, e no contexto português, o tema da produtividade está sempre em voga (ironicamente, sempre por defeito) e nos dias em que escrevo esta dissertação, há projetos pilotos em empresas para testar a semana laboral de quatro dias. Numa aula, exclamava a

⁷⁵ Evidente que os trabalhadores continuam a reivindicar os seus direitos e é um facto que existe uma onda de sensibilidade para o bem-estar do trabalhador no local de trabalho. Isto é, na ótica de gestão organizacional ou na psicossociologia das organizações, é um tema que está na ordem do dia. Podemos também pegar na “destruição social” por um prisma mais macrossociológico e macroeconómico: desde marcas de telemóveis, ou roupa, ou brinquedos, entre outras, sabe-se que produzem os seus artigos em países considerados de terceiro mundo e isso é um fator que é obrigatório evidenciar.

professora “O avançar da tecnologia servia para trabalharmos menos e parece que cada vez trabalhamos mais”, existe a cultura incutida da eficiência que nos suga lentamente. Chul Han escreve o seguinte:

“O desaparecimento da alteridade indica-nos que vivemos numa época pobre em negatividade. As doenças neuronais do século XXI obedecem, também elas, a uma dialética, ainda que não se trate da dialética da negatividade. Elas seguem, sim, a dialética da positividade. Estamos perante estados patológicos que têm que ver com um excesso de positividade. A violência procede não só da negatividade como também da positividade, não só do outro e do estranho como também do idêntico”. (Han, B. A Sociedade do Cansaço, 2010, p.13)

Para explicar este excerto, volto a referir a noção de *self made man* e da ótica empreendedora ao alcance de todos. O mundo da *performance* está ao nosso dispor, nu de defeitos (“alteridade”) e rico em oportunidades. Pressupõe é que estejamos, perpetuamente, de acordo com o que ele exige de nós. De forma a contextualizar, num sentido prático: a escolarização obrigatória até ao décimo segundo ano fez com que ninguém se diferenciasse ao completá-lo, não estaria a fazer mais que a sua obrigação. Isso originou que os estudantes seguissem os estudos até à licenciatura, o que retirou valor à licenciatura...e por aí adiante.⁷⁶ Mesmo que os estudos estejam completos, há sempre uma formação extracurricular que se deve fazer, pode ser no aperfeiçoamento de programas informáticos ou no domínio de línguas, tudo é útil e proveitoso na sociedade que pede sempre mais e mais. Em termos matemáticos a fórmula “+ com +” dá sempre “+” mas, tal como demonstra Chul Han, a positividade com positividade pode dar “-”. A necessidade da alteridade torna-se uma evidência para evitar uma sociedade entregue às doenças psicológicas (“...depressão, transtorno por défice de atenção e hiperatividade, transtorno de personalidade *borderline* ou *burnout* (p.1)). Comparo este paradoxo ao também paradoxo de Karl Popper – paradoxo da tolerância; diz Popper:

“A tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada até aqueles que são intolerantes; se não estivermos preparados

⁷⁶ Lê-se, várias vezes, cronistas e “fazedores de opinião” a criticar aqueles que sempre fizeram carreira na política, isto é, depois de completarem os estudos nunca tiveram uma profissão se não político. Contudo, caso seja alguém bem-sucedido no mundo empresarial a dedicar-se, numa idade mais avançada, é possível também ler-se que “pode ter conhecimento técnico, mas não tem político”. O que se entende com isto é que na sociedade da *performance* procura-se exatamente isso – o “alguém” mais capacitado possível.

para defender a sociedade tolerante contra os ataques dos intolerantes, o resultado será a destruição dos tolerantes, e com eles, da tolerância.” (Popper, K. 1974, p.289)

Da mesma forma que temos que limitar a tolerância para combater aquele que é intolerante, temos, também, que limitar a positividade para combater a ânsia psicológica que predomina na sociedade atual. Reconhecer a alteridade é reconhecer a inacessibilidade de nem todos atingirem os seus objetivos, o que ambicionam. É compreender a lidar com o facto de nem todos conseguirem, da mesma forma, participar na “festa consumista”⁷⁷.

A esfera económica não representa a totalidade da nossa vida. A lei da oferta e da procura pode ter penetrado em todas as áreas influentes do nosso quotidiano, do físico ao abstrato, da coisa (palpável, física) à emoção, parece que nada resiste à força absorvente do capitalismo. Porém, o facto de estar presente em todo o lado, não significa que nos comportemos, interrompemente, sob a sua alçada. A onisciência do capitalismo, no sentido de não haver tempos em que não estejamos a produzir ou a consumir – com a exceção de quando estamos a dormir⁷⁸, não implica que a nossa ação seja sempre em função dele.

O economista e psicólogo Dan Ariely, no seu livro *Previsivelmente Irracional* (2008), tem como objetivo demonstrar que as nossas escolhas de consumo são, na maioria das vezes, irracionais. Com a agravante de haver um carácter preditivo, ou seja, a irracionalidade não é espontânea, é trabalhada e manipulada porque é previsível que assim o sejamos (irracionalis). O autor apresenta-nos uma coletânea de exemplos, alguns levado a cabo por experiências científicas dele mesmo e dos seus pares e outros comuns do quotidiano de qualquer pessoa. Desde a influência da ordem da exposição dos produtos⁷⁹ à influência do preço para amenizar as enxaquecas⁸⁰. Estas ideias são devidamente fundamentadas, mas não são representativas do que se pretende alcançar aqui, neste trabalho. É importante mencionar que uma das áreas de estudo de Ariely é a economia comportamental, ou seja, a ciência que pretende entender os motivos que levam o indivíduo a tomar determinada decisão em detrimento de outra. Portanto, não é expectável que a simples ordem ou as variações de preço sejam o modelo explicativo holístico para a compreensão do fenómeno – as questões psicológicas, sociais, emocionais, económicas, culturais e até religiosas,

⁷⁷ *A Sociedade da Deceção, p.34*

⁷⁸ Temática muito abordada por Jonathan Crary em “24/7 – O capitalismo tardio e os fins do sono”

⁷⁹ Técnicas já bastante conhecidas e usadas no marketing. Tais como colocar o que se quer vender no meio, à sua esquerda um mais barato e à sua direita um mais caro. Ficando assim com três exemplares do mesmo produto com diferentes valores e, conseqüentemente, diferentes expectativas. A escolha como é uma análise entre o custo-benefício a tendência para escolher a opção intermediária é elevada (p.25)

⁸⁰ P.159

representam o seu papel aquando da tomada de decisão⁸¹. Dada a diversidade de temas que entra nesta ciência, no capítulo quatro do livro o subtítulo é “*Porque gostamos de fazer coisas, mas não quando somos pagos para as fazer*”. Intrigante, no mínimo. Quem não quer fazer uma coisa que gosta de fazer com o acréscimo de ser pago para isso? A resposta é até bastante simples.

“Está em casa da sua sogra para o jantar da Ação de Graças e ela pôs uma mesa cheia de pratos sumptuosos em sua honra! O peru está dourado e estaladiço, o recheio é caseiro e exatamente ao seu gosto. Os seus filhos estão deliciados com as batatas-doces cobertas de malvaíscos e a sua mulher sente-se lisonjeada pela sobremesa, a sua tarde de abóbora preferida. As festividades avançam pela tarde fora. Você desaperta o cinto e beberica um copo de vinho. Olhando ternamente para a sua sogra do outro lado da mesa, levanta-se e puxa da carteira. “Mãe, quanto lhe devo por todo o amor que pôs nisto tudo?”, pergunta você, sinceramente. O silêncio cai sobre a mesa, consigo a segurar num monte de notas. “Acha que 300 dólares chegam? Não, espere, vou-lhe dar 400!”” (Ariely, D. Previsivelmente Irracional, 2008, p.78)

Depois de lido o exemplo, no senso comum é evidente que não é a melhor forma de agradecimento para quem despendeu do seu espaço, energia e tempo, para proporcionar umas agradáveis horas em convívio familiar. A explicação, tal como as dezenas de exemplos dados ao longo do livro, está nas páginas seguintes. Vivemos, simultaneamente, em dois mundos paradoxais. Dotados de diferentes meios instrumentais de conduta que, quando contrariados, não têm, normalmente, um resultado objetivo. É expectável que nós saibamos diferenciar os momentos em que devem ser introduzidas as leis do mercado e nos quais nos devemos reger pelas “normas sociais”. No social o próprio ato revigoriza o indivíduo, não financeiramente, mas, talvez, a nível psicológico. Isto é, interromper o dia de alguém para pedir ajuda a mudar um pneu do carro não é um pedido que nasça na premissa de haver uma remuneração ao fim da ajuda. Exemplos como este permitem-nos entender que, embora a lei de mercado esteja presente em todas as esferas, não é sinónimo que nos comportemos em conformidade com essas leis. No dia-a-dia esta mudança de “chip” mental é automática, não se pergunta o porquê de numa circunstância se procurar a máxima rentabilidade, de regatear com vista chegar ao melhor acordo possível, de fazer

⁸¹ Atualmente, podemos e devemos acrescentar as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental.

aquela análise constante do custo-benefício, e noutras agirmos sem qualquer interesse nestas mesmas noções. A realidade quantitativa, quer seja de tempo, de dinheiro, de energia, é renegada para segundo plano e entra em ação a qualitativa. Nesta última, não se procura retorno, não se analisa os prós e os contras, faz-se pelo próprio ato de fazer.

Não pretendendo entrar em campos filosóficos da ética e da moral, convém diagnosticar a diferença de comportamento quando o dinheiro está envolvido e quando não está. Para esse efeito, apropriar-me-ei de mais um exemplo do mesmo livro. Ariely traz-nos mais um exemplo, desta vez relacionado com uns biscoitos que uma funcionária, de seu nome fictício “Susan”, decide confeccionar em casa e levá-los para o trabalho. Quando chega a hora de começar a distribuí-los pelos restantes colegas de trabalho, vai deambulando pela empresa, fazendo publicidade aos biscoitos que tinha trazido e deixando ao critério deles caso queiram provar e não estipulando limite de quantos poderiam comer. Sucede-se que, o facto de ser gratuito, faz com que aos vários fatores de decisão (desde o gosto pessoal, ao seu regime alimentar, entre outros) acresce mais um – a solidariedade para com os outros funcionários. Mesmo que se goste imenso, não se vai comer mais que um ou dois porque os outros também têm direito. Ariely altera um parâmetro neste exemplo que fará toda a diferença no comportamento das pessoas. A história é a mesma, os biscoitos são os mesmos, com a exceção de, desta vez, caso queiram comer, por cada biscoito que retirem da caixa terão que pagar cinco cêntimos. Este valor, sendo irrisório ou não, faz com que as leis de mercado engulam as normas sociais. O consumidor olha para o biscoito como o bem que está a pagar para o consumir, o que lhe dá legitimidade para retirar vários, até com o intuito de levar para casa porque o seu filho é provável que goste. Significa que no exemplo anterior, sem dinheiro à mistura, os filhos não iriam gostar na mesma? Não, não significa. O que altera o panorama é a introdução do dinheiro.

“Mas, se Susan oferecer os seus biscoitos de graça, eu estou disposto a apostar que o leitor pensará em justiça social, nas consequências de se parecer ganancioso e no bem-estar dos seus colegas. Quando se introduz dinheiro nesta troca, deixamos de pensar no que é socialmente certo e errado e passamos a querer simplesmente maximizar o nosso consumo de biscoitos.” (Ariely, D. Previsivelmente Irracional, 2008, p.98)

Vivemos situações onde se presume que agiremos em função das leis de mercado e outras onde as normas sociais devem prevalecer. A maioria das vezes esta mudança ocorre de forma

automatizada, não consideramos a hipótese de as misturar porque saberíamos que não seria bem aceite no nosso ciclo de interações.

O modo de viver em função do lucro tem um impacto ímpar nas nossas vidas. Condiciona as decisões e altera a nossa perceção da vida como um todo, renegando-a apenas à questão puramente económica. O que pretendo dizer com isto é que se tornou um lugar-comum os jovens estudarem longe de casa, procurarem trabalho longe de casa, constituírem família longe de casa, e a mentalidade de transição consoante as oportunidades que surjam deve estar implementada sem dificuldade, de forma a não estagnarem numa região e numa empresa. Estar muito tempo na mesma empresa já não é sinónimo de lealdade e compromisso, o que as gerações mais velhas dizem, com algum orgulho implícito (e por vezes explícito) “Trabalho há mais de trinta anos na mesma empresa”, é interpretado pelas faixas etárias mais jovem, envolvidas numa rede de consumo, marketing e empreendedorismo, como sinónimo de falta de capacidade ou de coragem para procurar melhores soluções profissionais. Existe uma submissão ao fator profissional como se este fosse constituinte de uma vida rica em todo o seu esplendor. Podemos encontrar aqui uma associação ao “excesso de positividade” presente na *Sociedade de Cansaço* de Han, parar, estabelecer raízes num local é sinónimo de desistir de procurar algo melhor, há um carácter pejorativo neste ideal, é interpretado como uma “negatividade” e, por isso mesmo, não deve ser o modo de ser e estar preferível na sociedade capitalista. O psicólogo Geert Hofstede estabeleceu quatro dimensões culturais para entender o funcionamento e o comportamento, não só das sociedades, mas também das instituições que as compõem. As dualidades “Individualismo-coletivismo; masculinidade-feminilidade” e os critérios de “distância ao poder” e “aversão à incerteza”. Estes fatores, dotados de um método compreensivo e generalizador, permite ao pesquisador enquadrar os seus objetos de estudo, comparando-os.

Tabela 10 - Dimensões de Hofstede

| Dimensões Culturais | Extremos da escala | |
|---|--|---|
| Individualismo-Coletivismo: mede a importância relativa dada entre os interesses do indivíduo e os da sociedade. | Coletivismo: Geralmente os interesses da sociedade ou grupo têm precedência sobre os interesses individuais. | Individualismo: Os interesses individuais têm precedência sobre os interesses da sociedade ou grupo humano. |
| Masculinidade-Feminilidade: assertividade <i>versus</i> passividade; posses materiais <i>versus</i> qualidade de vida. | Masculinidade: Valoriza a posse material e a busca de objetivos pessoais. | Feminilidade: Valoriza a relevância social, a qualidade de vida e o bem-estar social. |
| Orientação ao curto ou longo prazo: em relação à vida, ao trabalho e aos relacionamentos. | Orientação ao curto-prazo: Foco no passado e no presente. Valoriza a tradição e as obrigações sociais. | Orientação ao longo-prazo: Foco no futuro. Valoriza a dedicação, o trabalho duro e a parcimônia. |
| Distância ao poder: crenças sobre a forma mais apropriada de divisão do poder dentro da sociedade. | Baixa distância ao poder: A crença de que os líderes não precisam deter uma grande quantidade de poder em relação aos seus subordinados | Grande distância ao poder: A crença de que, para ter autoridade, a pessoa precisa deter uma quantidade de poder maior que a dos subordinados |
| Aversão à incerteza: grau tolerável de incerteza e seu impacto na criação de normas. | Baixa aversão à incerteza: Povos com grande tolerância à ambiguidade, pouca necessidade de regras para reduzir a incerteza. | Grande aversão à incerteza: Povos com baixa tolerância à ambiguidade; necessita de muitas regras para reduzir a incerteza. |

Fonte: https://www.redalyc.org/journal/4777/477755114006/html/#redalyc_477755114006_ref32

Podemos ver, acima no quadro, as explicações para cada critério. Embora a análise conjunta se torne numa ferramenta mais poderosa para entender as diferenças entre países, neste caso dedicaremos especial atenção à “inversão à incerteza”⁸². Se queremos, verdadeiramente, caminhar para a prosperidade prometida pelo capitalismo, convém compararmo-nos com os países mais, economicamente, desenvolvidos. Se, por um lado, escrevi que a tendência jovial é demonstrar menos apego e à formação de raízes, concentrando-se e dirigindo esforços para as oportunidades económicas mais aliciantes, verificamos que Portugal é o terceiro país com mais dificuldades em lidar com situações de incerteza, entre elas, a perda do emprego⁸³. Certamente, estes dados são influenciados por diversas outras questões que comprometem a análise. Fatores como a escolaridade, a idade, a região, a herança familiar, influenciam a cultura dominante, juntamente com as questões externas mais abrangentes, a empregabilidade, os salários praticados, a ascensão na carreira.⁸⁴ Cada ideia que se vai acrescentando funciona de várias ramificações que, apenas estudadas, podem nos ajudar a melhor compreender o funcionamento das gerações que entram para o mercado de trabalho. Mas que consequências não tão favoráveis pode trazer esta busca pelo bem-estar económico em detrimento de tudo o resto? É uma das perguntas a que Richard

⁸² <https://www.hofstede-insights.com/country-comparison/portugal,the-usa/>, neste site podemos comparar os países com base nos critérios de Hofstede. Neste link, temos a análise de Portugal e Estados Unidos.

⁸³ <https://www.computerworld.com.pt/2017/07/21/na-aversao-a-incerteza-somos-o-segundo-maior-pais/>

⁸⁴ O facto de Portugal ter sido dos últimos países a sair de um regime totalitário também influencia a cultura, nomeadamente no tópico “distância ao poder”.

Sennett pretende trabalhar no livro *A Corrosão do Carácter – as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (1998). Reconheço que a ambiguidade do termo “carácter” daria “pano para mangas”, ainda no prefácio do livro é possível ler-se “O carácter diz respeito às características pessoais que valorizamos em nós e pelas quais procuramos ser avaliados pelos outros” (p.9), uma frase que merece ser retida tendo em conta os exemplos que serão dados no livro. Sennett não se pretende dedicar apenas ao abstracionismo das teorias sociais, pretende, antes, que estas sejam complementadas com experiências concretas que ele dará através de exemplos de vida de pessoas que ele teve o prazer de conhecer e que no livro atribui nomes e locais não coincidentes com a realidade de forma a não revelar a identidade dos indivíduos. O livro, apesar dos seus quase vinte e cinco anos, não deve ser descartado assumindo-se o rótulo de “desatualizado” porque retrata problemas de trabalhadores, qualificados ou não, na sociedade americana. Temas como o teletrabalho, as ferramentas de trabalho cada vez mais tecnológicas, a aversão à rotina, a busca pelo prazer imediato e as dificuldades crescentes de nos afeiçoarmos, são retratados com mestria e, portanto, revela-se mais atual do que nunca. Nomeadamente no contexto português que, se constantemente se comenta que está sempre alguns passos atrás dos restantes países, é para eles que temos que olhar e entender. Que “vendaval”⁸⁵ nos espera?

A flexibilidade do novo capitalismo contrasta com a rigidez do modelo fordista, onde o trabalhador que realizava atividades “superespecializadas”, é substituído pelo trabalhador polivalente, capaz de executar várias operações do processo produtivo. Importante ressaltar que as mudanças derivam da passagem do emprego na indústria para os serviços⁸⁶. Esta reestruturação dá-se a partir da década de oitenta na qual as fábricas, devido ao menor custo de trabalho e a incentivos fiscais, passam a laborar noutras regiões. O trabalhador de longa duração de outrora dá lugar aos contratos de “termo certo” ou “termo incerto”, em que se deixa de cimentar o “emprego para a vida” e começa-se a valorizar a transição contínua, de emprego para emprego—Os denominados “prestadores de serviços” também se situam na chamada *no mans land*⁸⁷, no sentido de fraca regulação do Estado, aliado às empresas tecnológicas digitais que, comumente, não assumem responsabilidades. A flexibilização origina instabilidade, vulnerabilidade, propensão ao risco. Esta transição, diz Sennett

⁸⁵ Palavra usada por Walter Benjamin, no seu livro “O Anjo da História”.

⁸⁶ Neste âmbito, o sociólogo Ricardo Antunes refere a nova onda de profissionais dos serviços como “Proletariado dos serviços”.

⁸⁷ Terra de ninguém.

“A disponibilidade para o risco, porém, já não se destina a ser apenas terreno de capitalistas de risco ou de indivíduos extraordinariamente aventureiros. O risco torna-se uma necessidade diária suportada pelas massas.” (Sennet, R. A Corrosão do Caráter, 1998)

A conotação negativa associada ao risco perde credibilidade no capitalismo flexível, a ênfase é dada ao heroísmo proveniente do mesmo, com a alusão a um “reinventar” constante, tornando-se a condição primordial para alcançar o tão ambicionado sucesso. O risco, ou melhor, a predisposição para arriscar, não está presente em todos os indivíduos, muito antes pelo contrário, como nos comprova a história⁸⁸. Para comprovar as páginas anteriores, Sennet faz referência a um trabalho do psicólogo Amos Tversky “...as pessoas são muito mais sensíveis a estímulos negativos do que a estímulos positivos...há algumas coisas que nos fariam sentir melhor, mas o número de coisas que nos faria sentir pior é ilimitado.” (Tversky apud Sennet, p.127). Os estudos do psicólogo revelam que a tendência “natural” do Homem é ser mais cauteloso do que aquela que o capitalismo flexível pretende que se seja. Neste sentido, não é de estranhar que um dos capítulos seguintes da obra seja alusiva ao fracasso. No exemplo dado, Rose (nome fictício) abdica do seu bar para ir trabalhar na área das bebidas como consultora de marketing, ao fim de um ano acaba por desistir e voltar às raízes, ao bar. Uma das críticas que ela aponta é na “memória curta”⁸⁹ dos seus patrões. Não necessito de detalhar o que mais foi dito, esta expressão acaba por ser completa para entendermos que riscos e apreensões o típico trabalhador tem que enfrentar atualmente. A mentalidade da maximização do lucro, da busca por resultados cada vez mais satisfatórios, dia após dia, não abre espaço para “compaixões” ou “compreensões” não quantificáveis. O que os números não explicam é porque não carece de ser explicado. O Homem sério capitalista idealizado por Benjamin Franklin (apud Weber)⁹⁰, rege-se pelos números, é um facto, mas se preocupa, também, pela sua honestidade, para que quem o veja o considere como homem que também respeita os seus semelhantes. No modelo atual, existe uma alienação hierárquica. Se noutros tempos a alienação era associada exclusivamente ao proletariado industrial, agora estamos perante uma nova alienação que se atribui também aos detentores do capital que se encontram escravos dos números, dos resultados. Neste contexto, não seria expectável que os funcionários perdessem valor porque, afinal de contas, é através deles que se consegue angariar os resultados, porém, a

⁸⁸ A Corrosão do Caráter (pp.125-128)

⁸⁹ P.130

⁹⁰ Ver páginas 39-40 de A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo

cultura do “sai um entra outro”, retira o valor que o funcionário pudesse ter. Neste contexto, não é difícil entender a quantidade exorbitante de livros de autoajuda citados por António Araújo⁹¹ ou nos números crescentes do consumo de fármacos relacionados com antidepressivos⁹². Se, por um lado, a cultura empreendedora fomenta os ganhos possíveis através da assunção do risco e negligencia os negativos, a falta de reconhecimento no seio da empresa também se revela um fator importantíssimo na falta de interesse ou motivação do funcionário em fazer uma carreira longa na organização.

A nova tendência de interpretar a predisposição para o risco como uma coisa positiva resulta do cansaço acumulado pela rotina. O cansaço⁹³, entenda-se, é englobado num discurso político-económico-ideológico que não reconhece o valor (talvez merecido) à rotina. Chega-se cada vez mais perto da perfeição com o treino diário, sistemático, repetitivo. É o treino que, repetindo várias vezes o mesmo procedimento, nos torna especialistas no que fazemos. Deste jeito, deveria ser preservada, principalmente em nome da melhoria da produtividade, não só quantitativamente, mas também em termos de qualidade. “*A rotina pode aviltar mas também pode proteger; a rotina pode decompor o trabalho, mas também pode compor a vida.*” (p.66) O que nesta frase nos pretende dizer Sennett em nada difere com excesso de positividade de Chul Han. Ambos pretendem traçar um caminho onde haja espaço para um discurso não em conformidade com o que vigora. Enquanto Sennett reconsidera o modelo atual que teme a monotonia da rotina, Han teme que a busca incessante pela produção continue⁹⁴ sem vestígios nem sinais de abrandamento. A “obesidade” dos sistemas atuais⁹⁵ atua no princípio da liberdade. O indivíduo que procura a mudança é o mesmo indivíduo que está mais próximo da sua realização pessoal e, porventura, da liberdade que procura. Esta ideia atual não se vem a comprovar, talvez, esta obsessão na mudança apenas vem a confirmar que ele continua preso ao ideal que é a mudança que o vai concretizar e que, na prática, apenas o distancia da finalidade, com a perda da sua identidade, ou de valores, e porque não, do caráter.

““Não quero a vida de um Boxter”, disse ele ao New York Times, “porque, quando se tem um Boxter gostava-se de ter um 911, e você sabe o que quer quem tem um 911? Quer ter um ferrari”. É uma lição que todos podemos aprender. Quanto mais

⁹¹ Páginas 141-155 (Da Direita À Esquerda)

⁹² <https://www.tsf.pt/sociedade/saude/portugal-e-o-terceiro-pais-no-mundo-onde-se-consome-mais-antidepressivos-4887695.html>

⁹³ Como sinónimo de estagnação, de falta de ambição.

⁹⁴ “*Enquanto sociedade ativa, a sociedade de produção evolui progressivamente para uma sociedade de doping (...) Até alguns cientistas sérios já vieram, entretanto, argumentar que é praticamente uma irresponsabilidade não fazer uso de tais substâncias.*” (p.51, *A Sociedade do Cansaço*)

⁹⁵ Por “sistemas atuais” pretendo referir-me a três tendências predominantes na contemporaneidade: O discurso interrompido do empreendedorismo; o hedonismo como finalidade máxima e o hiperconsumo.

temos, mais queremos ter. A única cura é quebrar o ciclo da relatividade” (p.39, Previsivelmente Irracional)

Uma das negatividades que, a meu ver, Han procura, é representada através daquele que quebre a o discurso hegemónico atual, neste caso, referente ao consumo. A vitalidade do mercado funciona através da “destruição criativa”⁹⁶, mas, para além disso, funciona se o consumidor der motivos para que funcione – se, de facto, consumir. Ainda alusivo a esta questão

“No entanto, este fenómeno contemporâneo de aceleração não é uma mera sucessão linear de inovações nas quais um novo elemento é substituído por outro desatualizado. Cada substituição é sempre acompanhada por um aumento exponencial que ultrapassa o anterior número de escolhas e opções. É um processo contínuo de distensão e expansão, simultâneo em diferentes graus e em diferentes locais, processo no qual se multiplicam as áreas do tempo e da experiência anexadas às novas tarefas e exigências maquinicas.” (Crary, J. 24/7, p.50)

Na ótica de Jonathan Crary, a transformação tecnológica continua está tão enraizada no funcionamento das sociedades que as pessoas o interpretam como de algo natural se tratasse. A velocidade estonteante pela qual os objetos são atualizados apenas contribui para que o consumidor fique cada vez mais alienado à compra que efetuou. Um exemplo muito prático e simples, é a constante atualização de modelos de telemóvel da iPhone, se no início desta era dos telemóveis modernos dava prazer usufruir das novas condições de utilidade associadas a tal dispositivo, agora, não só damos como adquirido, como nem o modelo específico do telemóvel suscita algum prazer a quem o tem, porque quem o tem apenas o tem até à chegada do novo modelo mais recente em que, não raras vezes, as diferenças para o modelo anterior nem compensam a transição para o modelo mais recente. Se em toda a história o Homem sempre teve a necessidade de criar para facilitar, em todos os sentidos, a sua vida, ferramentas que serviam de instrumento para certa finalidade, a busca pela finalidade ficou pelo caminho e só resta a instrumentalização pela instrumentalização. Os progressos tecnológicos ocorridos num passado não tão longínquo, davam-se em nome de temas fulcrais, da liberdade à prosperidade, como forma de minimizar a necessi-

⁹⁶ Termo cunhado pelo economista Joseph Schumpeter, é possível ler-se em *Porque Falham as Nações “Substituem o que era velho por coisas novas. Os novos setores atraem recursos, desviando-os dos velhos. As novas tecnologias tornam obsoletos os conhecimentos técnicos e máquinas já existentes. (p.107)*

dade da mão-de-obra humana, entre vários outros exemplos. A questão não se trata se os resultados foram alcançados ou se realmente até haveria esses objetivos, também poderia ser uma retórica utilizada para que o consumidor se sensibilizasse para com o produto. Contudo, nem esse fingimento é necessário nos tempos atuais. O consumidor torna-se escravo do seu próprio consumo. Se acima lemos que Lipovetski fala de “individualização de gostos”, por outro lado, Crary refere-se ao filósofo Bernard Stiegler, evocando a sua teoria da “homogeneização” dos gostos, as megaproduções de filmes, programas de televisão, conteúdos na Internet, o que faz com que todos vejam a mesma coisa⁹⁷.

“Stiegler conclui pela existência de uma destruição em curso do “narcisismo primordial”, essencial para o ser humano cuidar de si e dos outros, e assinala os muitos episódios de assassinios/suicídios em massa como resultados fatídicos desta ampla degradação psíquica e existencial. Faz um apelo urgente à criação de contraprodutos que possam reintroduzir a singularidade na experiência cultural e de alguma forma quebrar a associação do desejo aos imperativos de consumo” (Crary, J. 24/7, 2018, p.58)

Nas páginas seguintes não se revela uma crítica nem uma observação ao que pode querer significar os “contraprodutos” pretendidos por Stiegler. Ocorre-me a semelhança ao termo *contra-cultura*⁹⁸, onde, há uma valorização do pensamento crítico em detrimento da aceitação das massas e está em consonância com o que o filósofo pretende, servindo de uma rutura para com os vícios do consumo. Contudo, a existência desta realidade alternativa, valores alternativos, personalidades diversas, gostos únicos e consumos singulares, não constitui um entrave ao problema evidenciado por Stiegler. Por definição, se se trata de condição alternativa, é porque não é a norma, e se passar a ser a norma, cria a necessidade de emergir novas alternativas para enfrentar uma nova norma. O discurso é cíclico e nada resolve. Mas as preocupações de Crary não se baseiam no próprio objeto que serve de consumo às massas. O foco não está no objeto, mas sim no que ele representa, no que ele obriga ao consumidor, para que este se mantenha a consumi-lo, sem se dar conta do desinteresse que realmente tem pelo que está a consumir. Isto é, a repetição e o prazer instantâneo e fugaz, é a base necessária para que o seu consumo seja contínuo. É repetido na

⁹⁷ A gama de oferta tanto se multiplica e expande, como se reduz e se contrai. A Netflix tem cada vez mais séries e filmes disponíveis e é uma plataforma cada vez mais utilizada. Não obstante a diversidade da oferta, os consumidores cingem-se àquela plataforma. Todos consomem o mesmo.

⁹⁸ Movimento social, cultural e político ocorrido em 1960 onde jovens contestam os valores primordiais das culturas ocidentais, recusando-se a partilhar as visões do mundo amplamente aceites.

forma, mas não no conteúdo, o que desperta o interesse de quem vê e ouve e rapidamente esquece, estando, assim, receptivo ao próximo consumo.

“O “conteúdo” visual e aditivo é na maioria das vezes material efêmero e intercambiável que, além do seu estatuto de mercadoria, circula para validar e nos habituar à imersão nas exigências do capitalismo do século XXI” (Crary, 24/7, 2018, p.59)

A acumulação de conteúdo disponível, 24/7, faz com que o tempo seja escasso para ver tudo que queremos ou pensamos querer ver. Não só estamos sujeitos a um excesso de estímulos e informações, como nos prestamos a isso, procuramo-los, adaptamo-nos e dominando a maestria do *multitasking* evidenciamo-lo com vaidade e, aquele que não se sujeita a tal aprisionamento, esconde-o com vergonha, interpretando como se de uma incapacidade se tratasse. Neste contexto, Han explica-nos que esta tentativa de nos tornarmos em seres multifunções, não representa qualquer progresso.

“A técnica de gestão do tempo e da atenção associada ao multifuncionalismo não representa qualquer progresso civilizacional. O multifuncionalismo não tem que ver com capacidades desenvolvidas apenas pelo homem na sociedade do trabalho e da informação tardomoderna. Na realidade, estamos antes perante uma regressão. O multifuncionalismo é, com efeito, amplamente praticado pelos animais em estado selvagem. Trata-se de uma técnica de atenção indispensável à sobrevivência dos animais na selva.” (Han, A Sociedade do Cansaço, 2014, p.25)

Quer seja por influência externa⁹⁹ ou de forma a combater os “tempos mortos”, repetimos as doses, dia após dia. O início desta era da informação onde fisicamente estamos num sítio, mas “podemos habitar universos incomensuráveis e não-comunicantes” (p.60), que trazia consigo entusiasmo culminou em estados de ansiedade e depressivos.

⁹⁹ Ver e atualizar-se para que se esteja a par dos assuntos abordados, maioritariamente, no grupo de amigos, por exemplo. A diversidade de oferta fez, também, que nos tornássemos em indivíduos multidisciplinares, assumindo opiniões sobre os mais variados temas que, embora não dominemos, significa que estamos atolados de informações, e que isso é, à boa maneira de Han – positivo.

9. CONCLUSÃO

Lipovetski fala-nos do “paradoxo da saúde”, que significa, muito sucintamente, que quando os níveis de saúde aumentam mais revoltantes e expressivas são as manifestações de desagrado¹⁰⁰. O paradoxo não está apenas na área da saúde. As questões relacionadas com o trabalho estão na ordem do dia e tudo o que nele acarreta. Se, por um lado, encontramos o discurso associado à produtividade e a necessidade de esta aumentar, temos a retórica antagónica que vai, constantemente, alertar-nos para os níveis de stress e ansiedade que não param de subir. Simultaneamente, parece complicado atingirem-se estes propósitos. Bauman escreve “*Voar suavemente traz contentamento, voar sem direção provoca stress*”¹⁰¹. Não podia estar mais certo. As questões ligadas à ansiedade e ao stress representam um problema de grande escala na nossa era contemporânea, estando, por vezes, relacionadas com questões profissionais e por tudo o resto. Sennet alertava para o perigo do excesso de flexibilização para que a sociedade se estaria a dirigir, isto antes do ano dois mil. Quase um quarto de século depois percebemos que as preces dele não foram ouvidas ou, se foram, não o suficiente para reverter o panorama. Os projetos a longo prazo (de uma vida) já não seduzem ninguém. O que antes era visto como estabilidade agora é visto como enfadonho e pode significar estarmos a perder muitas outras coisas que poderíamos estar a fazer para além daquilo. A estabilidade passou a ser sinónimo de estagnação e, consequentemente, falta de ambição. Estes valores não se coadunam com a moda consumista das massas que pretendem enfatizar ao máximo tudo que se faça como fonte de prazer. O ilusório hedonismo que se pretende inculcar frustra quem não o atinge. Pretende-se que os meios já não sejam apenas meios mas também fins em si mesmos. Aquele sentimento abstrato muitas vezes denominado por “realização pessoal” já atingiu a esfera do trabalho¹⁰². Pretende-se, então, encontrar a felicidade em qualquer coisa que se faça. As expectativas elevam-se e as decepções aumentam.

Com este trabalho pudemos ver que, apesar da flexibilização continuar a ser vista com agrado, os seus perigos e dificuldades são também perceptíveis e reconhecidos por muitos. Pretendeu-se alertar para os meandros em que estamos inseridos, percorrendo realidades das quais não

¹⁰⁰ P.51 (*A Sociedade da Decepção*)

¹⁰¹ P.68 (*Amor Líquido*)

¹⁰² Como nos relembra Lipovetski “*O ideal de bem-estar já não é unicamente material: tem a ver agora com a própria vida profissional, que deve cumprir promessas de realização pessoal*” (p.36, *A Sociedade da Decepção*)

podemos escapar e tentar decifrar o porquê de se registrar uma onda crescente de patologias do foro mental e/ou psicológico, principalmente em jovens adultos.

Nesta ótica, as transformações do trabalho apressadas pela pandemia, permitiu provar que, em vários setores, as pessoas são capazes de laborar sem um local físico específico para o efeito. Esta é uma alteração que não altera nada do que foi dito anteriormente. A perseverança tende a diminuir numa sociedade cada vez mais instantânea onde (quase) tudo está à distância de um clique. Os novos desafios deixam de ser estimulantes quando viram rotina e o retorno frequentemente não é visto como sendo suficiente porque a pessoa deixa de se sentir feliz onde está numa nova cultura onde predomina o excesso de positividade. Portanto, procura-se novos desafios, novas futuras rotinas e assim sucessivamente.

As comparações com os pares são inevitáveis e a abundância de ofertas e de hipóteses para consumo são rápidas, facilmente substituíveis e ilimitadas. O excesso de estímulos torna normal o anormal e faz com que os rumos que antes eram prioritários se tornem secundários porque são mais difíceis e exigentes de alcançar. O consumo material, efêmero e imediato preenche o indivíduo momentaneamente. Momento que, embora possa ser renovado constantemente, acaba por colapsar e mesmo podendo ser renovado através de remendos, já não ilude o suficiente para escapar da esfera de decepção, ansiedade e stress. O diagnóstico pode fazer-se através das palavras de José Saramago

*“O filósofo do rei, quando não tinha que fazer, ia sentar-se ao pé de mim, a ver-me passar as peúgas dos pajens, e às vezes dava-lhe para filosofar, dizia que todo o homem é uma ilha, eu, como aquilo não era comigo, visto que sou mulher, não lhe dava importância, tu que achas, Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós, Se não saímos de nós próprios, queres tu dizer, Não é a mesma coisa.” (Saramago, José. *O Conto da Ilha Desconhecida*, 1997, p.11)*

10. BIBLIOGRAFIA

Abílio, Luciana C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?format=pdf&lang=pt>

Adams-Prassl, Jeremias, Pimlico Plumbers, Uber Drivers, Cycle Couriers, and Court Translators: Who is a Worker? (April 7, 2017). (2017) 33 Law Quarterly Review (Forthcoming), Oxford Legal Studies Research Paper No. 25/2017, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2948712>

Acemoglu D., Robinson, A., *Porque Falham As Nações*, 2013. Círculo de Leitores (Lisboa).

Aderaldo, I. L., Aderaldo, C. V. L., & Lima, A. C. (2017). Aspectos críticos do teletrabalho em uma companhia multinacional. *Cadernos EBAPE. Br*, 15, 511-533.

Alves, P. (2014, fevereiro 14). A Divisão do Trabalho em Durkheim, Marx e Weber. *Diálogos Interdisciplinares*, 3(1), 46-58.

ALVES, P. R. Notas pessoais da aula Fundamentos da Sociologia, Profa. Dra. Maura Veras. São Paulo: PUC-SP, 2010

Aloisi, Antonio. Commoditized workers: case study reserach on labor law issues arising from a set of “on-demand/gig economy” platforms. *Comparative labor law and policy journal*, v.37, 2016.

Amin, S. (1975). *A crise do capitalismo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Antunes, Ricardo; Alves, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, campinas, 2004, p.330-362.

Ander-Egg, Ezequiel. 1995. Buenos Aires. “Técnicas de Investigación Social”.

Araújo, António. 2016. Da Direita à Esquerda – Cultura e Sociedade em Portugal, dos Anos 80 à Atualidade. Editora: Safaa Dib (pp.54-59)

Areosa, João. 2010. “O risco nas ciências sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante”. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/16117>

Ariely, D. 2008. “Previsivelmente Irracional”, Editora: Lua de Papel

A política como vocação. A ciência como vocação. In: GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974a.

Araújo, António. (2016). Da Direita à Esquerda – Cultura e sociedade em Portugal, dos anos 80 à atualidade. Editora: Safaa Dib

ARISTÓTELES. Política. In: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de História. Lisboa: Plátano, 1977. v.1.

BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

Beck, Ulrich. 1986. Alemanha. “Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade”.

Benkler, Yochai. Network pragmatismo: Towards an open social economy. 2017. Disponível em: <http://www.benkler.org/Benkler%20Network%20Pragmatism%20Open%20Social%20Economy%20PASS%20Proceedings%202017.pdf>>

Benkler, Y. A political economy of oligarchy: Winner-takes-all ideology, superstar norms, and the rise of the 1%. 20217, p.1-5

- Bento, Helena. 2020. “Transmissão do vírus pelo ar é a “mais provável” de todas. Especialista põe em causa recomendações da DGS e OMS” in Expresso. Publicado a 8 de julho de 2020.. Disponível em <https://expresso.pt/coronavirus/2020-07-08-Transmissao-do-virus-pelo-ar-e-a-mais-provavel-de-todas.-Especialista-poe-em-causa-recomendacoes-da-DGS-e-OMS>
- Búrigo, Fábio Luiz & Carlos da Silva, José. 2003. “A metodologia e a epistemologia na sociologia de Durkheim e de Max Weber”.. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Carochinho, José António. 2011. “O conceito de “perceção do risco”: contributo da psicologia social” in República: Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais nº11. Pp 77-86. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4296>
- CARMO, Paulo Sérgio do, 1950. A ideologia do trabalho 3ª edição; capa de Roko – São Paulo: Moderna, 1992.
- Carvalho, Mónica. 2017. “Governança do risco, participação e comunicação na perspetiva da “sociedade de risco global”. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/45553>
- Cherry, Miriam. Beyond Misclassification: The Digital Transformation of Work. Comparative Labor Law & Policy Journal, v.37, 2016, p.599.
- Costa, I. D. S. A. D. (2007). Teletrabalho: subjugação e construção de subjetividades. *Revista de Administração Pública*, 41, 105-124.
- COMTE, Auguste. “Cours de philosophie positive”: première leçon. In: La science sociale, 1825, p. 125-126.
- Coutinho, Clara. 2006. “Aspetos metodológicos da investigação em tecnologia educativa em Portugal (1985-2000)”. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/6497>

- Cifre, E. (1999). Bienestar psicológico, características del trabajo y nuevas tecnologías: Validación-ampliación del modelo vitamínico de Warr. Tesis doctoral no publicada. Universitat Jaume L, Castellón.
- Chambel, M.J. (2005). Stress e bem-estar nas organizações. (pp. 105-134). Lisboa. Climepsi Editores.
- Cherry, M. Beyond Misclassification. 2016, p.599
- David, Marília Luz. 2011. "Sobre os conceitos de risco em Luhmann e Giddens". Disponível em DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2011v8n1p30>
- David S. Landes 1969. The Unbound Prometheus: Press Syndicate of the University of Cambridge, p.104
- De Klerk, J.J., Joubert, M., & Mosca, H.F. (2021). Is working from home the new workplace panacea? Lessons from the COVID-19 pandemic for the future world of work. SA Journal of Industrial Psychology/SA Tydskrif vir Bedryfsielkunde, 47(0), a1883. <https://doi.org/10.4102/sajip.v47i0.1883>
- Diário de Notícias, 2020. "Afinal, o pangolim não terá sido o intermediário do novo coronavírus" in Diário de Notícias. Publicado a 15 de maio de 2020. Disponível em <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/afinal-o-pangolim-nao-tera-sido-o-intermediario-do-novo-coronavirus-12200870.html>
- Dias, É. (2021). A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, 29, 565-573.
- Durkheim, É. (1977). *Da divisão do trabalho social* (Vol. 2). São Paulo: Martins fontes (2010).

- Dre.pt, 2020. “Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020”, in dre.pt. Publicado em 02/04/2020. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/131068115/details/maximized>
- Elloy, D. F., Everett, J. E. & Flynn, W.R. (1991). Na examination of the correlates of job involvement. *Group and Organization Studies*, 160-177.
- Europarl. Report on a european agenda for the collaborative economy. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2017-0195_EN.html.
- Exame, 2020. “Merkel: Coronavírus é o maior desafio da Alemanha desde a 2ª Guerra Mundial”, in exame. Publicado em 18/03/2020. Disponível em: <https://exame.com/mundo/merkel-coronavirus-e-o-maior-desafio-da-alemanha-desde-2a-guerra-mundial/>
- Expresso, 2020. ““Democracia não está suspensa”: Costa tem poderes reforçados mas não quer parar o país”, in Expresso. Publicado em 18/03/2020. Disponível em: <https://expresso.pt/coronavirus/2020-03-18-Democracia-nao-esta-suspensa-Costa-tem-poderes-reforcados-mas-nao-quer-parar-o-pais>
- Expresso. 2020. “Covid-19. O surto em Portugal, gráficos e mapas” in Expresso. Publicado a 12 de julho de 2020. Disponível em <https://expresso.pt/coronavirus/2020-07-12-Covid-19.-O-surto-em-Portugal-em-graficos-e-mapas>
- Expresso, 2020. “Decreto do estado de emergência está pronto. Costa colaborou com Marcelo”, in Expresso. Publicado em 18/03/2020. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2020-03-18-Decreto-do-estado-de-emergencia-esta-pronto.-Costa-colaborou-com-Marcelo-1>
- Fonner, K. L. & Roloff, M. E. (2010). Why teleworkers are more satisfied with their jobs than are office-based workers: When less contact is beneficial. *Journal of Applied Communication Research*, 38(4), 336-361. 10.1080/00909882.2010.513998

- Frayssé, O.; O'neil, M. Hacked in the USA: Prosumption and digital labour. The US matrix. New York: Palgrave and Macmillan, 2015, p. 3-4.
- Gaines, J. & Jermier, J.M. (1983). Emotional exhaustion in a high stress organization. *Academy of Management Journal*, 567-586.
- Gajendran, R. S., & Harrison, D. A. (2007). The good, the bad, and the unknown about telecommuting: Meta-analysis of psychological mediators and individual consequences. *Journal of Applied Psychology*, 92, 1524– 1541
- Gajendran, R. S., & Harrison, D. A. (2007). The good, the bad, and the unknown about telecommuting: Meta-analysis of psychological mediators and individual consequences. *Journal of Applied Psychology*, 92, 1524– 1541
- Giddens, Anthony. 1991. "Modernity and Self-Identity".
- Gil-Monte, P.R. & Peiró, J.M. (1997). *Desgaste psíquico en el trabajo: El síndrome de quemarse*. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.
- Golden, D. Timothy., John F. Veiga, e Richard N. Dino (2008), "The impact of professional isolation on teleworker job performance and turnover intentions: Does time spent teleworking, interacting face-to-face, or having access to communication-enhancing technology matter?", *Journal of Applied Psychology*.
- Golden, T. D. (2006). The role of relationships in understanding telecommuter satisfaction. *Journal of Organizational Behavior*, 27, 319-340.10.1002/job.369
- Gonçalves, A. *Comunicação e Sociedade*, vol. 12, 2007, pp. 201-211
- Gonçalves Caldeira Brant Losekann, R., & Cardoso Mourão, H. (2020). DESAFIOS DO TELETRABALHO NA PANDEMIA COVID-19: QUANDO O HOME VIRA OFFICE. *Caderno De Administração*, 28, 71-75.

- Goode, W. J., & Hatt, P. K. 1952. "Methods in social research".
- Goulart, J. (2009). Teletrabalho: Alternativa de trabalho flexível. Brasília: Editora Senac.
- Hasselhorn, H.M., Tackenberg, P. & Peter, R. (2004). Effort-reward imbalance among nurses in stable countries and in countries in transition.
- Hau, F., & Todescat, M. (2021). O teletrabalho na percepção dos teletrabalhadores e seus gestores: vantagens e desvantagens em um estudo de caso.
- Kelliher, C., & Anderson, D. (2010). Doing more with less? flexible working practices and the intensification of work. *Human Relations*, 63(1), pp. 83–106.
<https://doi.org/10.1177/0018726709349199>
- LOUREIRO, Uriel, FONSECA, Bruno. Crowdwork e o trabalho on demand: a morfologia do trabalho no início do século XXI. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 32, 2020, p. 175-190.
- Lusa, 2020. "EUA têm "imensas provas" de que coronavírus vem de laboratório em Wuhan" in Sábado. Publicado a 3 de maio de 2020.. Disponível em <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/eua-tem-imensas-provas-de-que-coronavirus-vem-de-laboratorio-em-wuhan>
- MARQUES, Adhemar. Pelos caminhos da história. Curitiba: Positivo, 2006.
- Manuscritos económico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Marshall, Thomas H. Citizenship and social class. Vol. 11. Cambridge, 1950.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007
- MARX, Karl. Early writings. Translated by Rodney Livingstone and Gregor Benton. London: Penguin Classics. 1992.
- Maslach, C. & Schaufeli, W.B. (1993). Historical and conceptual development of burnout. (pp.1-16)
- Maslach, C., Jackson, S.E. & Leiter, M.P. (1996) Maslach Burnout Inventory. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Mishel, Lawrence; Schmitt, John; Shierholz, Heidi. Wage inequality: A story of policy choices. New Labor Forum, New York, 2014.
- Mishel, Lawrence; Shierholz, Heidi. Robots, or automation, are not the problema: Too little workers power is. 2017
- Mello, A. (1999). Teletrabalho (telework): o trabalho em qualquer lugar e a qualquer hora. *Rio de janeiro: Qualitymark.*
- Mendes, José Manuel. 2015. Coimbra. "Sociologia do Risco: Uma breve introdução e algumas lições" imprensa da Universidade de Coimbra.. Disponível em DOI: <http://dx.doi.org/10.14195989-26-1066-5>
- Merriam-Webster Dictionary. [Online]. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/burnout>
- Mumford, L. Technics and civilization. New York: Harcourt, Brace and Co., 1934.

- Mussolini, B. O Estado Corporativo. Disponível em: <https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/o-estado-corporativo.pdf>
- MULLER, Hans Peter. Trabalho, profissão e “vocação”; o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). O trabalho na história do pensamento ocidental. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos e Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 237
- Nohara, J. J., Acevedo, C. R., Ribeiro, A. F., & Silva, M. M. da. (2010). O teletrabalho na percepção dos teletrabalhadores. *INMR - Innovation & Management Review*, 7(2), 150-170.
- Nuno Teles, “Pandemia, crise económica e o novo papel do Estado”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 128 | 2022, 15-38.
- Pasquale, Frank. Two Narratives of Platform Capitalism, 35 Yale L & Pol’y Rev. 309 (2016)
- Pantoja, M. J., Oliveira, M. A. M., De Andrade, L. L. S. (2021). Qualidade de vida no teletrabalho (E-qvt) obrigatório: diagnóstico de gestores no setor público brasileiro. *Revista da UI_IP-Santarém*. Vol. 9, N. ° 4, pp. 23-37.
- PINEL, Maria de Fátima de Lima. Teletrabalhador. 2012. Disponível em: <http://www.teletrabalhador.com/index.html>
- Polanyi, Karl. (2000) A Grande Transformação. (2000), Tradução de Fanny Wrabel, 2º Edição – Rio de Janeiro: Compus (pp.76-99)
- Público. 2020. “Coronavírus: Universidade do Minho suspende aulas campus de Braga” in Público. Publicado a 7 de Março.. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/03/07/sociedade/noticia/universidade-minho-suspende-aulas-campus-braga-1906850>
- Prassl, Jeremias. *Humans at work: the promises and perils of work in the gig economy*. New York: Oxford University Press, 2018.

- Russ, J. (1991). *O socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes
- Rodgers, Gerry. Precarious work in Western Europe: The state of the debate. Precarious jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe. 1989
- Rosenblat, Alex and Stark, Luke, Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers (July 30, 2016). *International Journal Of Communication*, 10, 27., Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2686227> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2686227>
- Sábado.pt, 2020. “Estado de emergência: Saiba quais são todas as medidas propostas por Marcelo”, in SÁBADO. Publicado em 16/04/2020. Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/estado-de-emergencia-saiba-quais-sao-todas-as-medidas-propostas-por-marcelo>
- Sakabiva, M. (2003). Trabajando com tecnologias y afrontando el tecnoestrés: el rol de las creencias de eficacia. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, 225-247.
- Sakuda, L. O., & Vasconcelos, F. D. C. (2005). Teletrabalho: desafios e perspectivas. *Organizações & Sociedade*, 12(33), 39-49.
- Sargent, Thomas J. And Francois R. Velde. “Macroeconomic features of the French Revolution.” *Journal of Political Economy* (1995): 474-518
- Santos, Boaventura de Sousa (2003), *Democratizar a Democracia – Os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 11-69
- Savicki, V. & Cooley, E. (1987). The relationship of work environment and cliente contact to burnout in mental health professionals. *Journal of Counseling and Development*, 249-252.
- Schermerhorn, J. R. (2012). *Management* (12^a ed.). New York: John Wiley and Sons

SCHLUCHTER, Wolfgang. Politeísmo dos valores. In: SOUZA, Jessé (Org.). A atualidade de Max Weber. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

Scheiber, Noam. How Uber uses psychological tricks to push its drivers buttons. The New York Times (2 de abril, 2017). Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2017/04/02/technology/uber-drivers-psychological-tricks.html>

Selltiz, C. 1971. Madrid. “Métodos de investigación en las relaciones sociales”.

Schwab, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro, 2019.

SINGER, Peter. Mestres do Pensar - Marx. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Slovic, Paul. 2006. “Risk Perception and Affect”. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2006.00461.x>

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e urbanização. 11 ed. São Paulo: Contexto. 2001

STEFANO, Valerio De. The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”. ILO Conditions of Work and Employment Series. v. 71, p. 1-43. Geneva: 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed_protect/-protrav/-travail/documents/publication/wcms_443267.pdf.

Rugg, D. (1941), “Experiments in wording questions II”, Public Opinion Quaterly, 5, pp. 91-92.

Tapscott, D., & Ticoll, D. (2003). The naked corporation: How the age of transparency will revolutionize business. Simon and Schuster; e Fung, A., Graham, M., & Weil, D. (2007). Full disclosure: The perils and promise of transparency. Cambridge University Press

Tofp, M. & Dillon, E. (1988). Noise-induced stress as a predictor of burnout in critical care nurses. *Heart and Lung*, 567-574.

Ursula, H. *Logged labour*, 2016. p.8

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967

Weber, M. [2013 (1905)]. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967

WILLAIME, Jean-Paul. As reformas e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 63-87.

WOOD, Allen W. *Karl Marx: arguments of the philosophers*. 2.ed. New York: Routledge, 2004.

ZANATTA, Rafael A. F. *Economias do Compartilhamento: Superando Um Problema Conceitual*. In: *Economias do compartilhamento e o direito*. Curitiba: Juruá, 2017.

11. APÊNDICE

Inquérito

Descrição: A Pandemia e os seus Impactos no Trabalho

Chamo-me Vasco Ferreira, tenho 23 anos e sou aluno do segundo ano do Mestrado em Sociologia - Organizações e Trabalho no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Estou a elaborar uma dissertação cujo o título é "A Pandemia e os seus Impactos no Trabalho", tendo como finalidade entender que mudanças laborais os trabalhadores devido às medidas impostas pelo Governo de forma a minimizar os danos causados pela pandemia de Covid19 tiveram que enfrentar, analisar os prós e os contras e retirar ilações para o futuro.

Dito isto, o questionário que se segue é de carácter voluntário e a confidencialidade dos dados recolhidos é garantida.

Peço-lhe que leia atentamente as perguntas.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Se surgir alguma dúvida, não hesite em contactar via e-mail:

vasco.dsferreira14@gmail.com

Secção 2 de 5 – A) Dados Sociodemográficos

1. Idade: 18-24

25-35

36-50

+51

2. Sexo: Feminino

Masculino

3. Estado Civil: Solteiro

Casado/a ou União de Facto

Separado/a ou Divorciado/a

Viúvo/a

4.Região: Norte

Centro

Área Metropolitana de Lisboa

Alentejo

Algarve

Região Autónoma dos Açores

Região Autónoma da Madeira

5. Habilitações Literárias: Até 4º ano

Até 9º ano

Até 12º ano

Ensino Superior

6.Vínculo Laboral: Função Pública

Privado

Terceiro Setor

Secção 3 de 5 – B) Perceção Global do Teletrabalho

1.Antes da pandemia, já tinha trabalho em teletrabalho?

Sim

Não

2.De acordo com a sua experiência pessoal de teletrabalho, mencione até três vantagens.

(Texto de resposta longa)

3.De acordo com a sua experiência pessoal de teletrabalho, mencione até três inconvenientes.

(Texto de resposta longa)

4.Acha que o seu desenvolvimento profissional fica comprometido se estiver em teletrabalho?

Sim

Não

4.1. Se respondeu que sim, justifique.

(Texto de resposta longa)

Secção 4 de 5 – C) Contexto Organizacional

Neste tópico, as perguntas estão numeradas de 1 a 5, consoante o grau de intensidade, sendo que o 1 representa o grau menor enquanto o 5 é o nível mais alto de intensidade.

1. Durante o teletrabalho, o seu nível de stress aumentou?

1 - 2 - 3 - 4 - 5

2. A sua capacidade de organização sofreu alguma alteração?

1 - 2 - 3 - 4 - 5

3. A sua relação com os colegas de trabalho sofreu alguma alteração?

1 - 2 - 3 - 4 - 5

4. Teve dificuldade em conciliar o trabalho e a família?

1 - 2 - 3 - 4 - 5

5. Sentiu uma pressão acrescida por parte da entidade patronal?

1 - 2 - 3 - 4 - 5

Secção 5 de 5 – D) Perspetivas Futuras

Neste último espaço, a resposta é aberta, pretende-se que responda à questão que lhe é colocada e caso queira deixar um comentário que considere pertinente, este é o espaço destinado a isso.

1. Acha que a longo prazo os problemas que teve neste tempo em que laborou em teletrabalho podiam diminuir ou manter-se?

(Texto de resposta longa)

2. Num futuro próximo, considera provável que mais empresas optem pelo teletrabalho ou regime híbrido?

(Texto de resposta longa)

2.1. Se respondeu que não, justifique.

(Texto de resposta longa)